

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

EDUARDO GIACOMIN DE DAVID

A GRANDE IMPRENSA NA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA:

A Guerra das Malvinas pelas páginas de jornais brasileiros

PORTO ALEGRE

2019

Eduardo Giacomini de David

A GRANDE IMPRENSA NA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA:

A Guerra das Malvinas pelas páginas de jornais brasileiros

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof. Dr. Eduardo Munhoz Svartman

PORTO ALEGRE

2019

CIP - Catalogação na Publicação

David, Eduardo Giacomini de
A grande imprensa na transição democrática: a
Guerra das Malvinas pelas páginas de jornais
brasileiros / Eduardo Giacomini de David. -- 2019.
126 f.
Orientador: Eduardo Munhoz Svartman.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas, Bacharelado em
Ciências Sociais, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Transição democrática. 2. Grande imprensa. 3.
Guerra das Malvinas. 4. Liberdade de imprensa. 5.
Jornalismo. I. Svartman, Eduardo Munhoz, orient. II.
Título.

Eduardo Giacomin de David

A GRANDE IMPRENSA NA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA:

A Guerra das Malvinas pelas páginas de jornais brasileiros

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Ciências Sociais.

Porto Alegre, _____ de _____ de 2019.

A banca examinadora aprova, com o conceito A, o presente Trabalho de Conclusão de Curso elaborado por Eduardo Giacomin de David para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Eduardo Munhoz Svartman

Departamento de Ciência Política – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó

Departamento de História – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Luciana Wietchikoski

Doutora em Ciência Política – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

AGRADECIMENTOS

Seria inviável mencionar neste espaço todos os professores, amigos e familiares que direta ou indiretamente contribuíram para minha formação. A todos estes, deixo aqui o meu mais sincero obrigado. Ainda assim, por sua fundamental participação em minha trajetória acadêmica, algumas pessoas merecem aqui uma menção especial.

Primeiramente gostaria de agradecer aos meus pais Roberto e Adriane por todo o incondicional empenho em minha formação e pela irrestrita compreensão, incentivo e apoio nos caminhos por mim trilhados. Sem vocês, nada teria sido possível. A estes, juntamente à minha irmã Rafaela, também agradeço enormemente pela confiança em mim depositada e pela compreensão de meu afastamento temporário em tantos momentos de dedicação aos estudos.

Agradeço também aos meus tios Augusto e Helena, bem como a meu primo Alexandre, meus “pais e irmãos da capital”, por me receberem de braços abertos em sua casa, a qual por cinco anos foi meu lar e abrigo seguro.

Agradeço ao professor Eduardo Munhoz Svartman por sua incansável dedicação e empenho em minha orientação nesta pesquisa, bem como pela convivência e pelos incontáveis aprendizados que obtive nas disciplinas e iniciação científica com ele realizadas. Também gostaria de agradecer neste espaço aos demais membros da banca avaliadora pelo aceite em fazer parte esta.

Agradeço à instituição UFRGS, em especial seu corpo docente e administrativo, por me proporcionar as oportunidades e os meios para que concluísse com êxito esta etapa tão importante de minha formação.

Agradeço também à Tomaz Espósito Neto por me auxiliar na obtenção de alguns dados bastante pertinentes à realização deste trabalho. Estes, após sua atuação neste sentido, me foram gentilmente disponibilizados pelo Centro de Documentação da UFGD, para o qual também deixo aqui os meus agradecimentos.

RESUMO

Esta pesquisa analisa como três importantes jornais brasileiros – *O Estado de São Paulo*, *O Globo* e *Zero Hora* – realizaram a cobertura da Guerra das Malvinas, um conflito armado que opôs Argentina e Reino Unido no ano de 1982. Mais que verificar o modo como tais periódicos repercutiram este conflito, tal trabalho busca apreciar a forma como este foi utilizado por tais jornais para se realizarem discussões e análises acerca da ditadura e transição democráticas brasileiras. Assim, tendo como pano de fundo o conflito anglo-argentino, se intenta averiguar qual foi o papel e a atuação destes jornais frente ao processo de redemocratização que estava ocorrendo no Brasil naquele momento. Desta forma, a partir da análise da cobertura de tal evento específico por estes jornais se procura contribuir para o entendimento de como estava se desenrolando naquele momento a transição brasileira no tocante à grande imprensa e qual era o papel e a atuação desta em tal processo. A cobertura e discussão de tal embate militar anglo-argentino pela imprensa brasileira é significativa para se compreender a atuação desta na transição democrática haja vista que tal conflito se constituiu em uma oportunidade singular para esta imprensa criticar o governo argentino, o qual possuía naquele momento traços autoritários em comum com o brasileiro. Assim, imprensa poderia tecer críticas e denúncias, veladas ou explícitas, às posições e ações do governo brasileiro, no passado ou no presente, com relação à perseguição da oposição e à supressão da liberdade de imprensa, usando-se a Argentina como um meio para tanto. Isto fica ainda mais viável dado que, durante o transcorrer do conflito, jornalistas brasileiros que realizavam a cobertura deste em solo argentino foram alvo de diversos constrangimentos e intimidações por parte da ditadura argentina e seus colaboradores. Tais eventos se constituíram como ocasiões *sui generis* para a imprensa brasileira criticar as violações à liberdade de imprensa executadas contra esta, o que poderia permitir a ela tecer críticas neste aspecto ao governo brasileiro. Com estes objetivos em mente, se procederá à análise de discurso de editoriais, reportagens, artigos de opinião, colunas e comentários relacionados ao conflito anglo-argentino, aos constrangimentos e intimidações que os jornalistas brasileiros sofreram na Argentina na cobertura deste e à liberdade de imprensa, de forma mais ampla, veiculados nos referidos jornais de primeiro de abril de 1982, data que é a véspera do início do conflito anglo-argentino, a 30 de junho do mesmo ano, quinze dias após seu término, quando tal assunto espaço neste periódicos.

Palavras-chave: Transição democrática. Grande imprensa. Guerra das Malvinas. Liberdade de imprensa. Jornalismo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA BRASILEIRA	10
1.1 A EVOLUÇÃO DOS ESTUDOS SOBRE AS TRANSIÇÕES DEMOCRÁTICAS	11
1.2 O DESENVOLVER DA TRANSIÇÃO BRASILEIRA.....	20
2 A GRANDE IMPRENSA NA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA BRASILEIRA	26
2.1 A (AUSÊNCIA DA) GRANDE IMPRENSA NOS ESTUDOS SOBRE A TRANSIÇÃO BRASILEIRA.....	27
2.2 A GRANDE IMPRENSA DURANTE O DECÊNIO INICIAL DA DITADURA BRASILEIRA.....	34
2.3 A ATUAÇÃO E O PAPEL DA GRANDE IMPRENSA DURANTE A TRANSIÇÃO BRASILEIRA.....	48
3 A ANÁLISE DE DISCURSO E OS JORNAIS ENQUANTO FONTE E OBJETO DE PESQUISA	63
4 A GUERRA DAS MALVINAS PELOS JORNAIS BRASILEIROS: OS JORNALISTAS E A TRANSIÇÃO	73
4.1 SOBRE OS JORNAIS ANALISADOS E SEUS JORNALISTAS NA ARGENTINA.....	73
4.1.1 O Globo.....	74
4.1.2 O Estado de São Paulo.....	80
4.1.3 Zero Hora.....	87
4.2 FALANDO DA ARGENTINA E PENSANDO NO BRASIL? JORNAIS, JORNALISTAS E TRANSIÇÃO	92
4.2.1 O Globo: “Para não nos tornamos uma Argentina”	92
4.2.2 O Estado de São Paulo: “O único guardião do jornalismo?”.....	98
4.2.3 Zero Hora: “Jornalismo, a profissão do perigo”	109
CONCLUSÃO.....	118
REFERÊNCIAS	122

INTRODUÇÃO

O presente estudo analisará como três importantes jornais diários brasileiros realizaram a cobertura da Guerra das Malvinas, um conflito armado que opôs Argentina e Reino Unido no ano de 1982. Mais que se verificar a forma como tais periódicos repercutiram e retrataram este embate militar, tal trabalho apreciará o modo como este foi utilizado por tal relevante segmento da imprensa escrita nacional para se realizar discussões e análises acerca da ditadura brasileira e sua transição rumo à democracia, a qual estava se desenvolvendo naquele momento. Com isto, tendo como pano de fundo o conflito anglo-argentino, o qual teve grandes repercussões no Brasil e na imprensa brasileira, se intenta averiguar qual foi o papel e a atuação destes jornais frente ao processo de redemocratização que estava se dando no Brasil de então. Em outras palavras, a partir da análise da cobertura de tal evento específico por estes jornais se procura contribuir para o entendimento de como estava se desenrolando naquele momento a transição brasileira no tocante à grande imprensa e qual era o papel e a atuação desta em tal processo, temática a qual é uma lacuna dentro da literatura da Ciência Política sobre a redemocratização brasileira, conforme argumentam Abreu e Lattman-Weltman (2006).

A cobertura e discussão de tal embate militar anglo-argentino pela imprensa brasileira é significativa para se compreender a atuação desta na transição democrática haja vista que tal conflito se constituiu em uma oportunidade singular para esta imprensa se posicionar, muitas vezes criticamente, diante da atuação diplomática nacional frente este e, principalmente, para criticar o governo argentino, o qual possuía naquele momento traços autoritários em comum com o brasileiro. A imprensa poderia, desta forma, tecer críticas e denúncias, veladas ou explícitas, às posições e ações do governo brasileiro, no passado ou no presente, com relação à perseguição da oposição e à supressão da liberdade de imprensa, usando-se a Argentina como um meio para tanto.

Isto fica ainda mais viável dado que, durante o transcorrer do conflito, jornalistas brasileiros que realizavam a cobertura deste em solo argentino foram alvo de diversos constrangimentos e intimidações por parte da ditadura argentina e seus colaboradores. Tais eventos, ainda não analisados pela literatura acadêmica, se constituíram como ocasiões *sui generis* para a imprensa brasileira criticar as violações à liberdade de imprensa executadas contra esta, o que poderia permitir a ela tecer críticas neste aspecto ao governo brasileiro. Neste sentido, a não retratação de tais eventos pela imprensa ou a sua retratação enquanto algo isolado e específico a nosso vizinho denotaria um baixo grau de liberdade da imprensa naquele período

no Brasil, possível fruto tanto de censura quanto da autocensura, bem como a pequena atuação desta no sentido de pautar e tensionar o processo de transição. Por outro lado, a mobilização destes jornais na denúncia de tais casos e na defesa da liberdade de imprensa, fazendo considerações, explícitas ou veladas, sobre esta no Brasil, apontam para um maior grau de liberdade dos meios de comunicação brasileiros, seja frente à censura ou a autocensura, dado o processo de transição em vigor, bem como uma atuação mais ativa da imprensa favoravelmente a este processo.

Assim, objetivando verificar a atuação e o papel da grande imprensa escrita nacional neste momento específico do processo de transição brasileiro, se procederá à análise de discurso de editoriais, reportagens, artigos de opinião, colunas e comentários relacionados ao conflito anglo-argentino, aos constrangimentos e intimidações que os jornalistas brasileiros sofreram na Argentina na cobertura deste e à liberdade de imprensa, de forma mais ampla, veiculados nos jornais diários *O Globo*, *O Estado de São Paulo* e *Zero Hora* entre o dia primeiro de abril de 1982, data que é a véspera do início do conflito anglo-argentino, e 30 de junho do mesmo ano, quinze dias após seu término, quando tal assunto espaço neste periódicos.

Levando em conta algumas considerações e observações acerca do uso dos jornais enquanto fonte e objeto de pesquisa, se promoverá a análise de discurso com base nos instrumentais para o desenvolvimento desta metodologia e as considerações acerca desta expostos em Orlandi (2015) e Pinto (2006). Para a primeira autora, a análise de discurso não pensa o texto como sendo o “[...] objeto final de sua explicação, mas como unidade que lhe permite ter acesso ao discurso” (2015, p. 70), o qual por sua vez é produtor e materializador de sentidos e significações. Tal metodologia se preocupa, portanto, não com a significação do texto ou do discurso em si, mas sim com os modos e as dinâmicas destes, influenciados pelas condições e o ambiente de sua produção e pelo *interdiscurso*, enquanto sendo produtores de sentidos simbólicos, os quais são articulados de maneira muito significativa na produção de memórias e nas disputas políticas. Para tanto, se deve

[...] colocar o dito em relação ao não dito, o que o sujeito diz em um lugar com o que é dito em outro lugar, o que é dito de um modo com o que é dito de outro, procurando ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras (ORLANDI, 2015, p. 57).

Quanto à escolha dos jornais, *O Globo* e *O Estado de São Paulo*, respectivamente das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, foram selecionados para tal análise haja vista que possuíam naquele momento uma grande tiragem, bem como circulação, prestígio e importância a nível nacional, dada sua imagem socialmente reconhecida de seriedade no trato investigativo

e informativo. Já *Zero Hora*, de Porto Alegre, apesar de à época do conflito anglo-argentino também ter uma grande tiragem e circulação, assim como reconhecimento social de sua relevância e respeitabilidade jornalística, tinha um nível regional, restrito basicamente ao Rio Grande do Sul. Tal periódico será aqui examinado pois, conforme argumenta Zambon (1999), ele apresentava um posicionamento diferenciado dos demais jornais do centro do país frente ao conflito e, por isso, poderia apresentar diferentes posturas também frente ao que é neste trabalho avaliado. Além disto, até como fruto de sua relevância, todos estes três jornais ou já possuíam correspondentes na Argentina no momento do conflito ou enviaram algum jornalista de seus quadros para a cobertura deste, os quais se tornaram possíveis alvos das intimidações acima referidas.

Todas as edições de abril, maio e junho de 1982 destes três jornais, as quais se constituem no principal material empírico que embasa tal pesquisa, estão disponíveis para consulta local no Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, o qual se situa no centro de Porto Alegre, no qual foi realizada a pesquisa de campo. Além deste acervo físico, as edições deste período dos jornais *O Estado de São Paulo* e *O Globo* também podem ser acessadas através da internet mediante a contratação de uma assinatura destes jornais. A averiguação do que foi publicado nestes jornais será complementada e se somará à análise de livros e entrevistas de profissionais do meio jornalístico – tais como correspondentes internacionais, enviados especiais e jornalistas – que participaram da cobertura deste conflito e delinearam como esta se deu, bem como a análise de outros documentos que tratem sobre as intimidações por eles sofridas na Argentina, tais como telegramas enviados da embaixada brasileira em Buenos Aires.

Este trabalho será organizado em diversos capítulos e seções, os quais estão conectados entre si e procuram atingir progressivamente e de forma ordenada os objetivos de tal estudo. O primeiro destes capítulos pretende analisar como se desenvolveu a transição democrática brasileira e, para isto, ele se divide em duas seções. Na primeira destas se farão algumas discussões acerca da evolução dos estudos sobre as transições democráticas, a partir das quais exporemos e analisaremos as principais perspectivas teórico-analíticas que embasaram as pesquisas acadêmicas acerca dos processos de transição democrática. Na segunda destas seções analisaremos como se deu a transição democrática brasileira, delineando o desenrolar e os caminhos trilhados por tal transição “lenta, gradual e segura”, segundo palavras de um de seus principais dirigentes e artífices, o presidente Ernesto Geisel.

No segundo capítulo se investigará qual foi a atuação e o papel da grande imprensa na transição democrática brasileira e, para isto, tal capítulo será dividido em três seções. Na

primeira destas será discutida a ausência da grande imprensa nos estudos sobre a transição brasileira, apontando para os motivos pelos quais a rica literatura sobre tal processo basicamente desconsidera a atuação e o papel da grande imprensa brasileira neste. Na segunda seção se buscará contextualizar e discutir como se dava o jornalismo durante o decênio inicial da ditadura, analisando sua atuação e papel neste. Na última seção de tal capítulo, se promoverá uma análise sistemática acerca da atuação da grande imprensa na transição democrática brasileira, bem como se discutirá o papel por ela desempenhado em tal processo.

No terceiro capítulo se farão algumas considerações sobre a da análise de discurso, a qual foi empregada neste trabalho, com base no que é discutido acerca desta por Orlandi (2015) e Pinto (2006). Feito isto, se apontarão algumas observações a respeito do uso dos jornais enquanto fonte e objeto de pesquisa, as quais nos permitiram operacionalizar uma análise mais informada e apurada sobre os discursos neles presentes.

No quarto capítulo se tratará da cobertura da Guerra das Malvinas pelos jornais analisados nesta pesquisa, na qual não apenas se apreciará o modo como tais periódicos repercutiram e retrataram este embate militar, mas se analisará como este conflito foi utilizado por estes três jornais para se fazerem diversas discussões e análises acerca da ditadura e transição brasileiras. Para tanto, na primeira seção deste capítulo se caracterizarão os três jornais analisados nesta pesquisa e falará sobre seus jornalistas que, a partir da Argentina, realizaram a cobertura da Guerra das Malvinas, retratando alguns dos constrangimentos e intimidações por eles sofridos em sua atividade jornalística. Já na segunda seção se analisará como estes jornais cobriram a Guerra das Malvinas e se utilizaram desta, bem como dos constrangimentos e intimidações a seus jornalistas na sua cobertura deste conflito, para realizar análises e discussões sobre a transição democrática brasileira.

Por fim, na conclusão deste trabalho se abordará de forma sintética o que foi desenvolvido neste e se exporão os seus principais achados, contribuições e reflexões. Além disto, neste segmento de nosso trabalho se indicarão alguns caminhos que são pertinentes de serem seguidos em estudos posteriores neste campo de pesquisas tão vasto e até agora pouco explorado que é a imprensa na transição democrática brasileira.

1 A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA BRASILEIRA

Com vistas a analisar como se deu a transição democrática brasileira, objetivo principal de tal capítulo, este se divide em duas seções. Na primeira destas faremos algumas discussões acerca da evolução dos estudos sobre as transições democráticas, a partir das quais exporemos e analisaremos as principais perspectivas teórico-analíticas que embasaram as pesquisas acadêmicas acerca dos processos de transição democrática. A partir do que foi tratado nesta primeira seção, na segunda destas investigaremos como se desenvolveu o processo de transição democrática que conduziu o Brasil de uma ditadura capitaneada pela alta cúpula das Forças Armadas para um regime democrático no qual os civis são os principais atores do jogo político, delineando o desenrolar e os caminhos trilhados por tal transição “lenta, gradual e segura”, segundo palavras de um de seus principais dirigentes e artífices, o presidente Ernesto Geisel.

1.1 A EVOLUÇÃO DOS ESTUDOS SOBRE AS TRANSIÇÕES DEMOCRÁTICAS

Conforme assinalam Nohlen e Thibaut (1994, p. 15), os estudos acerca das transições democráticas – ou seja, sobre as mudanças de regimes políticos autoritários no sentido da sua democratização – se fizeram presentes na Ciência Política desde os seus primórdios; em outros termos, a investigação do modo pelo qual um regime autoritário dá lugar a um democrático sempre se constituiu em uma das principais preocupações, temáticas e campos de análise da Ciência Política. Estes mesmos autores nos indicam, além disso, que tais estudos acerca das transições democráticas realizados no âmbito da Ciência Política foram modificando os seus enfoques e orientações temáticas durante todo o século XX com vistas a dar conta de explicar os variados processos políticos que estavam ocorrendo neste sentido em tal período histórico.

Dado que nosso objetivo neste capítulo é analisar a transição que se desenvolveu no Brasil a partir de 1974, evitaremos aqui uma desnecessária digressão acerca do longo histórico de tais estudos na Ciência Política e mencionaremos apenas as principais mudanças recentes nas perspectivas teórico-analíticas destes estudos se deram a partir da década de 1980. Como menciona Arturi (2001, p. 13), até este momento os estudos sobre as transições democráticas buscavam nas variáveis e fatores macroestruturais as explicações para se entender tais processos políticos, privilegiando assim nas análises acerca destes a influência de aspectos econômicos e sociais de nível macro, como o nível de desenvolvimento econômico, de industrialização e urbanização. Todavia, a congruência de uma série de processos de transição democrática entre os anos 1970 e 1980, a qual foi denominada por Huntington como “terceira onda de

democratização” (1994), além de causar um grande aumento do número de pesquisas acadêmicas sobre tal temática, provocou uma inflexão bastante importante nas perspectivas teóricas e analíticas que embasaram os estudos a partir de então realizados acerca das transições democráticas.

Assim, tais perspectivas teórico-analíticas macroestruturais começaram a perder espaço após a terceira onda de democratização haja vista que esta “[...] forneceu uma inegável contraprova empírica às teorias que apontavam as macrovariáveis de ordem econômica (grau de desenvolvimento econômico) e social (modernização) como pré-condições para a existência de democracias” (ARTURI, 2001, p. 13). Além disto, a exposição de tais limitações empíricas contribuiu para que tais perspectivas macro-orientadas acerca das transições democráticas passassem a ser bastante criticadas a partir deste momento também pelo seu viés demasiado determinista. Desta forma, a partir do início dos anos 1980, os estudos acerca das transições democráticas passaram a se desvincular de tais análises macroestruturais e da teoria da modernização, subjacente a tais análises, as quais possuem suas explicações calcadas sobretudo nas estruturas socioeconômicas.

Isto fez com os estudos acerca das transições democráticas passassem a partir de então por uma radical reorientação teórico-analítica, a qual promoveu o ganho espaço nestes das perspectivas denominadas por Arturi (2001) como micropolíticas, as quais se tornaram hegemônicas nas explicações acerca destes processos políticos. Tais perspectivas teórico-analíticas não se centravam e embasavam mais na estrutura socioeconômica, como era realizado anteriormente, mas sim na ação dos atores políticos que participaram destes processos de transição democrática. Assim, tais perspectivas micropolíticas, que parte do pressuposto que a transição de um regime autoritário à democracia é um processo que depende predominantemente da ação dos atores que atuaram neste, passa a “[...] privilegiar as variáveis propriamente políticas, como a qualidade das lideranças, as escolhas racionais e os recursos dos atores, bem como os efeitos da interação das suas estratégias na configuração das transições para o regime democrático” (ARTURI, 2001, p. 13). Em outros termos,

As análises centradas em variáveis macroestruturais, que haviam sido predominantes até o fim da década de 1970, foram fortemente contestadas por outras perspectivas que privilegiavam fatores eminentemente políticos e institucionais no estudo das transições de regimes autoritários (ARTURI, 2001, p. 11).

Considerações neste sentido também são feitas por Abreu e Lattman-Weltman, os quais indicam que a interpretação acerca do processo de transição brasileiro vem sendo feita em um

[...] movimento teórico pendular que oscila entre um certo estruturalismo econômico e social (mais ou menos determinista) e a operacionalização (mais ou menos econômica e eficaz) de modelos institucionais baseados no [...] individualismo metodológico ou paradigma da escolha racional (ABREU; LATTMAN-WELTMAN, 2006, p. 68).

Além de assinalar que as investigações acerca das transições democráticas passaram a se dar com base nas duas últimas orientações teórico-metodológicas citadas por Abreu e Lattman-Weltman, Arturi aponta também que muitos autores que se filiam a tais perspectivas micropolíticas acerca das transições democráticas procuraram construir seu modelo explicativo acerca destas baseados predominantemente na identificações dos principais atores que nela interferem, na avaliação das habilidades e recursos que estes atores possuem para agir sobre tal processo de transição, na análise dos objetivos e preferências destes atores políticos que participam de tal processo, assim como na averiguação das interações estratégicas entre estes atores e suas atuações no âmbito de tal transição.

Para Arturi, as perspectivas micropolítica dos processos de transição democrática foi sistematizada sobretudo por O'Donnell e Schmitter (1988), os quais, por meio de tal perspectivas teórico-analíticas, tiveram grandes méritos nas suas análises acerca do desenvolvimento destes processos e das implicações do modo como estes se deram sobre a democracia posterior. Analisando vários processos de transição democrática que ocorreram na década de 70, no sul da Europa, e na década de 80, na América Latina, eles colocam as ações dos atores que participam dos processos de transição rumo à democracia, orientadas por seus objetivos e preferências com relação a este, são absolutamente fundamentais para o seu desenrolar, o qual é também condicionado, e em certa medida limitado – embora não totalmente determinado – também por fatores e variáveis de nível macroestrutural. Tais autores nos apontam para dois tipos básicos de transição, negociada/pactuada e por colapso.

Transições negociadas ou pactuadas são aquelas que se dão através de negociações e pactos acerca da redemocratização entre as forças oposicionistas que lutam por esta e os ocupantes do poder no regime autoritário. Em tal tipo de transição, que se dá por meio de concertações e alianças – implícitas ou explícitas – entre os grupos que lutam pelo restabelecimento da democracia e os governantes do período autoritário, estes últimos conseguem controlar e conduzir tal processo político, em geral longo, buscando com isto manter significativos poderes e prerrogativas no regime democrático posterior à transição. Se tais intentos forem exitosos, este tipo de transição, que em geral tem uma dinâmica menos turbulenta e mais estável que a transição por colapso, levará à consideráveis obstáculos e

limitações à consolidação da democracia que emerge a partir de tal processo de transição (O'DONNELL; SCHMITTER, 1988).

Como melhor analisaremos na segunda seção deste capítulo, o Brasil se encaixa muito bem nesta descrição, já que sua longa transição foi em grande medida conduzida e controlada pelos atores que capitanearam o regime autoritário estabelecido após 1964, os militares, os quais realizaram pactos e alianças com as forças que lutavam pela redemocratização, de modo formal e informal, para se promover um retorno à democracia sob seus termos (MARTINS, 1986). Como fruto disto, ainda persistem no Brasil sérias limitações e obstáculos ao regime democrático e sua consolidação, dada a manutenção de uma série de prerrogativas e poderes por parte dos militares. Fez-se aqui, posteriormente à transição, progressos bastante tímidos e erráticos acerca do controle civil sobre os militares: estes ainda possuem uma série de espaços e posições de poder formais e informais a seu dispor, que lhes asseguram prestígio institucional e uma certa tutela sobre a democracia e, além disto, aqueles que cometeram crimes durante a vigência do regime ditatorial, especialmente em suas atividades repressivas, nunca foram sequer julgados e muito menos condenados por seus crimes, dada a anistia ampla, geral e irrestrita, a qual beneficiou tanto os perpetradores quanto as vítimas destes crimes. Assim, o legado do período autoritário ainda é bastante presente no cenário político brasileiro (ZAVERRUCHA, 2010).

O'Donnell e Schmitter nos apontam que as transições por colapso, por outro lado, são aquelas nas quais os governantes do regime autoritário não conseguem realizar pactos e negociações com os grupos que lutam pelo retorno à democracia, não havendo qualquer tipo de entendimento entre estes neste sentido e, com isto, o regime autoritário se erode e desmorona, sofrendo um colapso de modo significativamente rápido. Tal tipo de transição, que normalmente é o resultado das crises enfrentadas pelo regime autoritário, as quais consequentemente fazem ruir suas bases de sustentação e se deterioram seu poder e legitimidade social, faz com que ocupantes do poder neste regime acabem por ser forçados a executar ou presenciar um processo de transição sobre o qual eles não possuem grande capacidade de controle e condução e, como fruto disto, eles não conseguem garantir para si muitas prerrogativas e poderes no regime democrático posterior. Assim, se as transições por colapso intrinsicamente correm maiores riscos de retrocessos e instabilidades, possuindo uma dinâmica bem mais turbulenta e incerta que as transições por pactos ou negociações, dado que não há nas primeiras grandes concertações e alianças entre os grupos que buscam o retorno à democracia e os governantes do período autoritário, por outro lado tal tipo de transição faz com

que a democracia que se origina a partir desta possa ser mais plena e consolidada que a que surge após uma transição pactuada ou negociada (O'DONNELL; SCHMITTER, 1988).

Conforme discutiremos mais adiante neste trabalho, tal tipo de transição é o que se desenvolveu na Argentina após 1982, quando os militares, ocupantes do poder durante o regime autoritário, foram forçados a conduzir uma rápida transição democrática (CAVAROZZI, 1988, p. 71). Sem ter grandes capacidades de controlar e conduzir esta, eles não conseguiram garantir para si muitas prerrogativas e poderes na democracia que emergiu após a transição, diferentemente do que aconteceu com seus congêneres brasileiros. Como fruto de disto, muitos militares argentinos que cometeram crimes em suas atividades repressivas durante período autoritário foram julgados e condenados por estes, em um processo que atingiu inclusive os principais governantes ditatoriais (LOPEZ, 2007). Assim, apesar dos constantes avanços e retrocessos na possibilidade legal de se realizar o julgamento destes crimes, a Argentina foi muito além do que o Brasil neste aspecto que tão bem denota o controle civil sobre os militares. Esta menor manutenção de prerrogativas e espaços de poder pelos antigos governantes do período autoritário na Argentina faz com o atual regime democrático deste país tenha, comparativamente ao brasileiro, menores limitações e obstáculos em sua consolidação e aprofundamento. Isto só foi possível através de uma transição por colapso, a qual o caso argentino exemplifica bem as instabilidades e turbulências: por não haverem pactos e negociações entre os grupos civis que demandavam a redemocratização e os ocupantes do poder no regime autoritário, os quais delineassem e fixassem as características do processo de transição – estabelecendo suas regras gerais e condições, bem como pautas, cronograma, compromissos e limites –, os militares, governantes do período autoritário, em vários momentos pegaram em armas contra a redemocratização e a perda de seus poderes e prerrogativas decorrentes de tal processo, como nos levantes *carapintadas*.

Com base nestes entendimentos sistematizados por O'Donnell e Schmitter, entre as décadas de 1980 e 1990 floresceu uma vasta literatura que analisou os processos de transição democrática que estavam ocorrendo naquele período em vários países da América Latina. A grande maioria das numerosas investigações acerca de tais transições, como a de O'Donnell e Schmitter (1988), um importante alicerce para estas, atentam para ações dos atores políticos durante tais processos de transição, os quais tem seu desenrolar e suas implicações sobre a democracia que deles emerge também condicionado e limitado, em alguma medida, por fatores e variáveis de nível macroestrutural, as quais todavia não determinam tal processo de transição.

Conforme argumenta Arturi (2001, p. 14-15), na década de 1990 vários acadêmicos que analisavam os processos de transição democrática passaram a apontar para as significativas insuficiências e limitações de tais perspectivas teórico-analíticas de caráter micropolítico. Estes acadêmicos assinalavam que tais perspectivas estariam dando demasiada ênfase à ação dos atores políticos e pouco levando em consideração os fatores e variáveis macroestruturais das transições, bem como estariam negligenciando quase por completo o contexto no qual estas se dão e o histórico político-institucional dos países que passam por tais processos políticos. E, mais que exacerbar a atuação dos atores políticos nas transições democráticas, estas perspectivas micropolíticas estariam assentadas sob pressupostos bastante problemáticos, relativos especialmente à racionalidade dos atores que participam dos processos de transição.

Tais acadêmicos que põem fortes dúvidas e questionamentos sobre as perspectivas micropolíticas apontam que os atores que atuam sobre as transições democráticas “[...] não agem exclusivamente em função de seus interesses, identificados racionalmente, mas também são guiados por ideologias, valores e por motivações simbólicas” (ARTURI, 2001, p. 14) as quais se situam para além de quaisquer considerações racionais. Além disto, tais acadêmicos argumentam que a racionalidade dos atores que agem sobre os processos de transição é limitada pelo fato que esta, que informaria a ação destes atores, dadas suas preferências e objetivos nesses processos, é constituída ao longo da própria transição, na qual as regras de funcionamento do jogo político estão em constante modificação e a incerteza é um traço fundamental. Por fim, tais abordagens centradas nas escolhas e ações dos atores teriam um grande risco de promoverem a racionalização retrospectiva ao procurarem reconstruir os processos de transição democrática. Assim, enquanto

Os atores políticos agem, na realidade, quase sempre imersos na incerteza sobre o contexto de suas ações e sobre o efeito e reações que elas produzirão nos outros atores, sobretudo nos processos de transição nos quais não podem contar com as referências habituais e estáveis [...], a tendência dos pesquisadores, e dos próprios atores individuais envolvidos no jogo político, é todavia reconstruir a motivação das ações e a lógica dos acontecimentos a partir do seu resultado final (ARTURI, 2001, p. 15).

As insuficiências e limitações das perspectivas teórico-analíticas acerca das transições democráticas que se enfocam sobre as variáveis e fatores macroestruturais que condicionam tais processos de transição ou sobre as escolhas e ações dos atores políticos que participam destes processos levaram os acadêmicos a proporem uma nova perspectiva para se compreender tais processos de transição rumo à democracia. Esta nova perspectiva teórico-analítica, visando escapar ao recorrente dilema entre o determinismo das estruturas e as liberdades da ação dos atores políticos, procura capturar os vínculos entre as variáveis e fatores macroestruturais, a

tradição histórico-institucional do país analisado e a escolhas e ações dos atores políticos que atuam na transição. Como nos diz Arturi,

Nessa perspectiva as instituições políticas pré-existentes realizam a mediação entre a estrutura socioeconômica e as ações dos atores políticos, pois elas fornecem os parâmetros do espaço político e os recursos institucionais disponíveis para a ação dos atores (ARTURI, 2001, p. 15).

Assim, as iniciativas e ações dos atores políticos que atuam nos processos de transição são condicionados pelo leque de escolhas e opções disponíveis a estes, o qual por sua vez é delimitado pelas instituições e estruturas políticas estabelecidas no passado e pelas variáveis e fatores macroestruturais relativos à aspectos econômicos e sociais. Desta forma, certos atributos da cultura política, comportamentos historicamente arraigados e constrangimentos estruturais interagem em uma via de mão dupla com as escolhas e ações dos atores políticos no tocante à conjuntura da transição democrática, perfazendo conjuntamente uma estratégia destes para se fazer frente à esta. Como assinala Arturi (2001, p. 15), a interação mútua entre a estrutura econômica, social e política pré-existente e a estratégia dos atores políticos dá origem à arranjos que condicionam o desenrolar e o resultado dos processos de transição democrática e, desta forma, estabelecem as possibilidades de nascimento de uma democracia consolidada após o término de tal transição.

Como um exemplo de tal perspectiva teórico-analítica, temos que

[...] no caso brasileiro, a condução do projeto de liberalização política através do processo eleitoral não foi propriamente uma ‘escolha’ do governo Geisel, como se este o tivesse implementado para este fim com clareza dos objetivos a atingir. Na realidade, sua utilização deu-se basicamente pelo fato de que um sistema partidário e um calendário eleitoral estavam disponíveis e em funcionamento. A existência de eleições e a sobrevivência de instituições políticas liberais, mesmo durante o período mais ditatorial do regime autoritário, deve-se a uma característica tradicional do sistema político brasileiro, desde a independência do país, qual seja, a competição intraelites pelo poder político através de eleições (ARTURI, 2001, p. 15).

Linz e Stepan (1996) se filiam a tal perspectiva teórico-analítica que busca analisar as transições democráticas sem subestimar nem superestimar a influência nestas dos aspectos macroestruturais (como desenvolvimento econômico, industrialização e urbanização) ou micropolíticos (sobretudo as escolhas e ações dos atores políticos que participam da transição), apontando para as profundas conexões existentes entre estes aspectos no tocante ao processo de transição. Construindo um amplo e bem articulado painel comparativo acerca dos processos de transição e consolidação democráticas em países da Europa Oriental e América Latina, o qual é complementado por uma rica e muito pertinente revisão teórica e conceitual acerca destes, tais autores, que para Abreu e Lattman-Weltman (2006, p. 83) são os principais sistematizadores de tal perspectiva teórico-analítica,

[...] mantêm o foco da análise nos atores e nas lideranças políticas, mas incorporam na sua explicação variáveis estruturais e históricas [...] [visando] identificar quais traços provenientes da formação do Estado-nação – práticas e instituições – e *paths* de processos de transição (por exemplo, ‘pactuadas’ ou via colapso) facilitam ou dificultam a consolidação da democracia (ARTURI, 2001, p. 16, grifo do autor).

Como fruto de adotarem tal perspectiva teórico-analítica, estes cientistas políticos fizeram algumas importantes constatações acerca dos processos de transição, muitas das quais se constituíram em grandes novidades no estudo desta temática. Eles destacaram que são absolutamente fundamentais para os rumos das transições em direção à democracia sete variáveis, das quais suas são micropolíticas (ou seja, centradas nos atores deste processo), duas possuem corte estrutural e três tem um caráter contextual.

Acerca das variáveis micropolíticas, as quais enfocam os atores que participaram da transição democrática, elas são quem inicia tal transição – em suma, de quem parte a iniciativa de desencadear tal processo, se do próprio regime autoritário ou dos grupos oposicionistas externos à este – e quem conduz e controla tal processo de transição, se os próprios governantes do período autoritário, os quais promovem uma liberalização controlada de cima, ou governos provisórios que emergem após o colapso do regime autoritário. Como os próprios autores reconhecem, o que foi por eles assinalado acerca destas variáveis micropolíticas não são nenhuma novidade: O’Donnell e Schmitter (1988) fizeram considerações bastante similares a estes quando analisaram anteriormente as transições que se deram no sul da Europa e América Latina entre os anos 1970 e 1980. Assim, as novidades trazidas pelos autores aos estudos sobre transição se situam não nas variáveis micropolíticas, exaustivamente analisadas anteriormente por uma série de pesquisadores, mas sim nas variáveis estruturais e contextuais de tais processos de transição.

Sobre as primeiras, elas são o *stateness* – que pode ser compreendida enquanto sendo a capacidade do Estado em exercer o monopólio do uso legítimo da força sobre seu território – e o tipo de regime não democrático prévio à transição. Bastante pertinente para os propósitos de nosso trabalho, acerca desta última variável Linz e Stepan (1996) assinalam que os regimes autoritários que permitiram um maior pluralismo político e a existência de arenas econômicas e sociais mais livres do controle estatal – como foi o caso brasileiro – favoreceram o processo de transição. Nas palavras de Abreu e Lattman-Weltman, Linz e Stepan (1996) nos indicam que

[...] quando se parte de um regime de tipo autoritário as possibilidades de sucesso na transição para a democracia podem ser relativamente favorecidas em função do grau em que tal regime conviveu com margens relativamente significativas de autonomia nas sociedades civil e econômica (ABREU; LATTMAN-WELTMAN, 2006, p. 84).

Estes autores fazem uma sintética explanação acerca das três variáveis contextuais que atuam sobre os processos de transição. Sobre a primeira delas, as influências internacionais, eles assinalam que estas se refeririam às “[...] ações diretas de política externa de potências estrangeiras, as atmosferas ideológicas internacionais de espectro e duração relativamente amplos (*zeitgeist*) e os efeitos internacionais da difusão acelerada de concepções [...]” (2006, p. 85, grifo dos autores). Quanto à segunda destas variáveis, a economia política da legitimidade e da coerção, Abreu e Lattman-Weltman apontam que esta se constituiria enquanto a “[...] legitimidade do poder coercitivo em termos de concepções ‘internas’ acerca da eficácia econômica do regime em via de mudar [...]” (ABREU; LATTMAN-WELTMAN, 2006, p. 85) e, acerca da terceira e última destas variáveis, os ambientes de constitucionalização, estes autores nos dizem que estes diriam respeito ao

[...] ambiente de constitucionalização ou reconstitucionalização, do novo regime, em particular naqueles aspectos em que o novo marco constitucional – ou sua ausência, ou deficiência – viabiliza ou não o enfrentamento das principais questões e impasses vividos pela democracia nascente (ABREU; LATTMAN-WELTMAN, 2006, p. 85).

Orientadas por uma nova perspectiva teórico-analítica, as análises de Linz e Stepan (1996) acerca das transições democráticas promoveram significativos progressos nos estudos sobre tais fenômenos políticos. Todavia, a despeito das contribuições destes autores, o desenvolvimento dos estudos sobre as transições democráticas foi freado a partir dos anos 2000 dado que a grande maioria dos processos nesse sentido já haviam sido concluídos naquele momento, a partir de então as questões sociais e acadêmicas se voltando mais para analisar os dilemas e limites para a consolidação e aprofundamento das democracias que emergiram a partir de tais transições. Assim, após a virada do milênio diminuiu-se muito o número de estudos da Ciência Política acerca das transições democráticas, o que fez com que a perspectiva teórico-analítica que embasa as análises de Linz e Stepan (1996) continuasse sendo a vigente dentro das investigações acadêmicas sobre estes processos de transição.

Apesar de poucas terem sido as pesquisas acerca da imprensa durante a transição democrática brasileira, tal perspectiva teórico-analítica não traz qualquer impeditivo a este nosso trabalho acerca de como a grande imprensa atuou durante esta e qual seu papel no desenvolvimento de tal processo político. Isto se dá, em primeiro lugar, pelo fato que a imprensa certamente pode ser considerada como uma importante arena econômica e social cujo grau de liberdade do controle estatal nos permite analisar como esta atuou e qual papel teve no tocante ao processo de redemocratização. Além disto, conforme nos indicaram Abreu e Lattman-Weltman, a incorporação da imprensa nas análises sobre a transição brasileira nos permite “[...]”

relativizar ou contingenciar o estruturalismo dos anos 1970 e 1980, bem como tornar mais sofisticada e mais concreta a *rational choice* dos anos 1990, ao nos permitir enxergar melhor os processos contingentes de formação de preferências e expectativas” (ABREU; LATTMAN-WELTMAN, 2006, p. 95). Ademais, estes mesmos autores assinalaram, em sua bem construída recapitulação acerca das variáveis que interferem nos processos de transição de acordo com Linz e Stepan (1996), bem como sobre as cinco arenas nas quais se dá a consolidação democrática para estes autores – as sociedades civil, política e econômica, bem como o império da lei e o aparato estatal –, que a imprensa impacta e influencia de múltiplas formas sobre tais variáveis de consolidação e arenas de consolidação, sendo tão importante para estas que não é possível conceber a operação e a articulação conjunta de tais arenas e variáveis sem a imprensa (ABREU; LATTMAN-WELTMAN, 2006, p. 83-93).

Assim, além de representar o estado da arte nos estudos acadêmicos acerca das transições democráticas, tal perspectiva teórico-analítica sobre estas nos permite considerar a imprensa enquanto sendo um dos participantes que atuaram e tiveram um papel mais central no processo de transição que se desenrolou no Brasil a partir de 1974, o que é um dos principais objetivos de nosso trabalho. Para o prosseguimento deste, na seção seguinte deste analisaremos como se deu a transição democrática brasileira segundo os estudiosos de tal temática que seguem tal perspectiva.

1.2 O DESENROLAR DA TRANSIÇÃO BRASILEIRA

A partir do início de abril de 1964 o Brasil passou a viver sob um regime autoritário capitaneado sobretudo pela alta cúpula das Forças Armadas, as quais contavam com o apoio das elites políticas e econômicas nacionais e internacionais. Nos anos iniciais deste regime foi-se construindo, por meio de uma série de medidas legais, como os Atos Institucionais, e ilegais, como a repressão, todo o aparato que o daria suporte, sendo o fim deste período de fechamento progressivo do regime a decretação do Ato Institucional número 5 (AI-5), em treze de dezembro de 1968. A partir daí o Brasil viveu os chamados “anos de chumbo”, caracterizados pela ainda maior presença de práticas sistemáticas de desaparecimento, tortura e assassinato de opositores políticos, bem como de cerceamento de um grande número de liberdades (NAPOLITANO, 2014).

A ascensão do general Ernesto Geisel à presidência, em março de 1974, significou o princípio de um processo de liberalização “lenta, gradual e segura” do regime, segundo palavras do próprio presidente, o que marcou também o fim dos mais característicos “anos de chumbo”, muito embora as violações de liberdades e Direitos Humanos persistissem e os instrumentos legais de constrangimento das oposições continuassem em vigor. Conjuntamente a seu ministro-chefe do Gabinete Civil, o também general Golbery do Couto e Silva, o qual teria papel fundamental na abertura política, Geisel avaliou que a ditadura não duraria para sempre e os civis cedo ou tarde retomariam o poder e redemocratizariam o Brasil. Com isto em mente e seguindo as orientações de Golbery do Couto e Silva, Geisel procurou desenvolver uma transição política controlada que visava reconduzir o Brasil de volta à um regime democrático sem que isto significasse o total colapso ditatorial. Desta forma, conduzindo e moderando este processo de redemocratização “lenta, gradual e segura”, o presidente e seu ministro-chefe da Casa Civil procuravam garantir aos militares, ocupantes do poder no período autoritário, uma série de prerrogativas na democracia vindoura, dentre as quais pode-se mencionar a manutenção de significativos espaços de poder, formais e informais, no regime posterior, de forma a lhes assegurar certa tutela sobre este, assim como o não julgamento daqueles indivíduos que cometeram crimes durante as atividades repressivas desenvolvidas durante a ditadura (SHARE; MAINWARING, 1988).

Assim, no período em que Ernesto Geisel foi presidente brasileiro e Golbery do Couto e Silva seu ministro-chefe da Casa Civil eles fizeram avançar uma transição democrática pactuada; em outras palavras, entre os anos de 1974 a 1979 a redemocratização brasileira progredia, ainda que a passos lentos. Apesar dos percalços pelo qual a transição democrática brasileira passou durante estes anos, nos quais teve momentos de avanço e momentos de retrocesso, esta foi mantido sob estrito controle e condução por parte do governo, a despeito das pressões de setores oposicionistas pelo acelerar desta e as resistências sobretudo por parte de setores duros das Forças Armadas, vinculados sobretudo aos “porões” da ditadura (ou seja, seus aparatos repressivos), os quais se mostravam contrários à tal processo de abertura política. Um dos mais importantes marcos desse avançar progressivo da redemocratização conduzida e controlada por Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva foi a promulgação da Emenda Constitucional Número 11, em 13 de outubro de 1978, a qual revogou o AI-5 e deu fim, portanto, a um dos instrumentos mais duros da ditadura brasileira que vigorava desde 1964.

Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva incumbiram ao sucessor por eles escolhido, o general João Figueiredo, que terminasse tal processo de abertura política por eles iniciado entregando a presidência, ao término de seu mandato, nas mãos de um civil aliado ao regime ditatorial (ARTURI, 2001). João Figueiredo já nos primeiros meses de seu mandato deu um importante passo no avançar da redemocratização brasileira sancionando a Lei da Anistia, a qual anistiou os presos políticos e permitiu o regresso exilados. Esta legislação, aliás, representa muito bem o caráter pactuado da transição democrática brasileira já que se por um lado ela anistiou os opositores do regime ditatorial que lutavam contra este, ela por outro anistiou também aqueles indivíduos que cometeram crimes nas atividades repressivas deste regime, os quais, dada a vigência de tal legislação até os dias de hoje, nunca foram julgados e condenados por seus crimes. Outro passo importante para a redemocratização brasileira foi o fim ao bipartidarismo imposto pelo regime civil-militar através do AI-2 e o retorno do pluripartidarismo, muito embora tal mudança nas primeiras eleições tenha prejudicado a oposição dado que esta, que anteriormente se aglutinava em torno do MDB, se diluiu em uma miríade de partidos.

A despeito de enfrentar maiores dificuldades que seu antecessor, João Figueiredo conseguiu conduzir a transição “lenta, gradual e segura” conforme os desígnios de Geisel e Couto e Silva, entregando ele a presidência em 1985 à José Sarney, o qual era um forte aliado do regime ditatorial e foi o primeiro civil a ocupar este posto após vinte e um anos de ditadura capitaneada pelos militares. Assim, mesmo se deparando com maiores vicissitudes no processo de redemocratização dada a participação nesta de um maior número de atores sociais a esta favoráveis ou contrários, João Figueiredo conseguiu controlar a transição e finalizar esta conforme os desejos de seus proponentes iniciais, os militares ditos moderados. Cumpre aqui notar também que para fazer frente a estes atores sociais que tencionavam o processo de transição e assim garantir o êxito desta proposta de abertura política “lenta, gradual e segura” foram essenciais uma série de manobras institucionais e combates diretos e indiretos àqueles que questionavam a forma como vinha se processando tal transição.

A vitória dessa transição “lenta, gradual e segura” fica muito bem representada pelo fato que José Sarney não apenas era um anterior aliado do regime autoritário, mas foi chefe do partido deste até pouco tempo antes de tomar posse como presidente. Ademais, pode-se questionar o caráter plenamente democrático presidência de Sarney, seja porque o processo eleitoral que o elegeu foi indireto – neste votaram somente os membros do Congresso, por meio do Colégio Eleitoral, e não os eleitores brasileiros como um todo – seja pelos ruídos acerca da

inconstitucionalidade da posse deste dado que Tancredo ainda não havia sido formalmente empossado presidente: dada tal situação quem deveria tomar posse era Ulysses Guimarães, então presidente da Câmara dos Deputados, mas os militares vetaram o nome deste e impuseram o de José Sarney. Além do mais, presidência deste, que vai de 1985 a 1990, foi marcada pela manutenção de grandes poderes por parte dos militares, os quais participavam ativamente de seu governo e o tutelaram em medida bastante significativa.

Além do já comentado, a estratégia adotada pela ditadura brasileira para a transição rumo à democracia, a qual consistia em esta própria conduzir sua saída ordenada do poder, foi muito bem-sucedida em seus propósitos de garantir prerrogativas e espaços de poder aos antigos governantes autoritários no novo regime democrático; isto, como argumenta Zaverucha (2010), significou importantes limitações à este, que em grau considerável persistem até hoje. Assim, os militares brasileiros conseguiram garantir com tal transição “lenta, gradual e segura” por eles conduzida uma enorme gama de prerrogativas na democracia que renascia naquele momento, cuja manutenção era um de seus principais propósitos ao conduzir esta longa redemocratização, o que aponta para o seu triunfo na condução e controle deste processo.

Desta forma, como nos diz Dassin (2015, p. 1),

A longa transição política brasileira obedeceu a limites estabelecidos por uma ampla negociação. [...] [Ela] não foi um processo abrupto, sendo muito mais uma institucionalização, passo a passo, de acordos que estabeleceram a agenda, o calendário e o ritmo das mudanças adotadas, em relação aos quais o processo político amoldou-se. (DASSIN, 2015, p. 1).

Um cenário completamente diferente a este foi vivenciado na Argentina. Enquanto o Brasil passava por sua ditadura, a qual foi ininterrupta, este país experimentou dois períodos ditatoriais distintos, o primeiro indo de 1966 a 1973 e o segundo se dando entre 1976 e 1983. Embora ambos fossem capitaneados por militares de alta patente e apoiados por importantes segmentos da sociedade civil, assim como ocorreu no Brasil, no caso argentino havia uma menor institucionalização do regime autoritário. O último destes períodos ditatoriais, chamado de “Processo de Reorganização Nacional” pela Junta Militar que o comandava e por seus apoiadores civis, se caracterizou por uma repressão bastante violenta contra aqueles que eram tomados como inimigos internos: na “guerra suja” que se desenvolveu neste país se contabilizaram cerca de trinta mil mortes, às quais se somam uma enorme série de outras violações, tais como práticas e políticas sistemáticas de perseguições, encarceramentos, torturas e desaparecimentos, bem como uma enorme limitação das liberdades (ROMERO, 2006).

No início de 1982 o regime autoritário argentino perdia rapidamente grande parte dos apoios com os quais contava anteriormente como fruto do aumento das feridas da “guerra suja” e os crescentes descontentamentos com a profunda crise econômica que o país estava vivenciando naquele momento. Nesta conjuntura política em que se presenciavam enormes manifestações que tomavam as ruas exigindo a redemocratização argentina, a Junta Militar deste país então encabeçada pelo general Galtieri procurou reconquistar o apoio popular que havia perdido e unir a sociedade em torno de si por meio do apelo patriótico da retomada militar de algumas ilhas do Atlântico Sul que os argentinos reivindicavam desde 1833, ano no qual o Reino Unido as ocupou. Dentre estas ilhas as mais importantes eram as Malvinas, as quais acabaram por dar o nome popular ao conflito, Guerra das Malvinas, o qual se iniciou no dia 02 de abril (NETO, 2006).

Esta ação militar argentina contra as ilhas foi inicialmente bastante exitosa em seus propósitos políticos internos: durante a Guerra das Malvinas a Junta Militar argentina passou a receber maior apoio da população deste país, a qual realizou diversas manifestações públicas de apoio à reconquista as Malvinas. Assim, no decorrer dos dois meses e meio de conflito – seja em abril, quando se presenciaram embates diplomáticos entre Argentina e Reino Unido, seja em maio e na primeira quinzena de junho, quando se deu o choque militar entre britânicos e argentinos – a Junta Militar deste último país não enfrentava as mobilizações populares pela redemocratização argentina as quais anteriormente punham em risco sua manutenção no poder. A Guerra das Malvinas amalgamou a sociedade argentina em torno de seu governo, não sendo somente como uma forma de desviar a atenção dos argentinos dos problemas econômicos de seu país, da “guerra suja” e da repressão que vitimou tantos argentinos: mesmo opositores armados ao regime ditatorial deste país e seus exilados comemoravam a iniciativa argentina em reconquistar as ilhas dos britânicos, muitos deste se voluntariando para lutarem nestas contra os britânicos.

No entanto, com a derrota militar argentina nesse conflito todo o descontentamento popular contra a ditadura deste país retornou com força ainda maior que a antes, fazendo com que a Galtieri tivesse de renunciar quatro dias após a rendição argentina e a Junta Militar que ele então comandava fosse forçada a precipitar o fim do regime e entregar o poder aos civis em pouco mais de um ano (ROMERO, 2006).

Desta forma, diferentemente do que se sucedeu no Brasil, na Argentina se presencia uma transição política capitaneada sobretudo por civis, os quais forçaram o regime de então a promover a transição contrariamente às suas intenções. Neste sentido, o colapso da ditadura e

o rápido processo de transição democrática argentina fizeram com que os militares deste país perdessem em maior grau que os brasileiros o conjunto de prerrogativas e espaços de poder que estes dispunham anteriormente: por exemplo, os militares argentinos possuem uma atuação política doméstica bastante diminuta e foram em geral julgados pelos crimes por eles cometidos durante suas atividades repressivas, num processo que ainda hoje vem se desenvolvendo apesar de sofrer algumas instabilidades (MARQUES, 2010). Esta menor manutenção de prerrogativas pelos antigos governantes do regime autoritário faz que com o atual regime democrático argentino tenha menores limitações e obstáculos comparativamente ao brasileiro.

Finalizado este capítulo, naquele que se segue abordaremos como a grande imprensa brasileira se inseria dentro deste cenário de redemocratização. Para isto, discutiremos inicialmente a quase total ausência de estudos acerca da atuação e o papel da grande imprensa brasileira na ditadura e transição democrática de nosso país e apontaremos algumas observações sobre como se analisar a grande imprensa brasileira durante tais períodos históricos. Informados por tais observações, posteriormente investigaremos a atuação e o papel da grande imprensa brasileira durante o decênio inicial da ditadura (1964-1974) e, por fim, analisaremos a atuação e o papel desempenhados por esta grande imprensa durante a transição democrática brasileira.

2 A GRANDE IMPRENSA NA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA BRASILEIRA

Realizadas as discussões acerca da evolução dos estudos sobre os processos de transição e analisado o desenrolar daquele que transcorreu no Brasil, partiremos neste capítulo para a investigação de qual foi a atuação e o papel da grande imprensa brasileira na transição democrática que se desenvolveu em nosso país a partir de 1974. Para tanto, este capítulo está organizado em três seções. Na primeira destas será discutida a ausência da grande imprensa nos estudos sobre a transição brasileira, apontando para os motivos pelos quais a rica literatura sobre tal processo, com exceção de pouquíssimos textos, simplesmente desconsidera a atuação e o papel da grande imprensa brasileira durante a abertura política. Além disto, nesta seção serão apontadas algumas importantes considerações acerca de como se proceder à análise da grande imprensa brasileira durante o período da ditadura e transição democrática, as quais se constituem em bases fundamentais para nosso esforço posterior neste sentido. Feito isto partiremos à segunda seção deste capítulo, na qual se buscará contextualizar e discutir como se dava o jornalismo durante o decênio inicial da ditadura, analisando o desenvolvimento da grande imprensa em tal período histórico, bem como sua atuação e papel neste. Por fim, na última seção de tal capítulo, se promoverá uma análise sistemática acerca da atuação da grande imprensa na transição democrática, bem como se discutirá o papel por ela desempenhado em tal processo.

Antes de tudo isto, todavia, é importante que definamos com maior clareza o que é a grande imprensa. Esta é compreendida neste trabalho enquanto sendo o segmento da imprensa o qual reflete e constitui as correntes de pensamento dominantes na sociedade a qual se insere, influenciando uma parte bastante significativa desta – por isto, a grande imprensa algumas vezes é também denominada como “imprensa hegemônica” ou “de massa”. Ela, ademais, se organiza em grandes conglomerados empresariais os quais têm a informação como seu principal produto. Assim, a grande imprensa está em “[...] oposição à uma imprensa de menor porte [...]” (AQUINO, 1999, p. 37), normalmente conhecida como “imprensa alternativa” ou “contra-hegemônica”, a qual possui uma organização de caráter não empresarial e difunde informações e visões alternativas às correntes de pensamento socialmente dominantes veiculadas pela grande imprensa. Tal mídia alternativa, portanto, não será analisada neste trabalho: não serão considerados nele

[...] os muitos pequenos jornais de oposição [ao regime ditatorial brasileiro], geralmente semanários de curta duração e pequena circulação, os quais desempenharam um papel fundamental na contestação ao regime militar no período

pós-64. [...] estas publicações merecem estudos específicos e não serão discutidas aqui” (DASSIN, 1984, p. 388, tradução nossa).

2.1 A (AUSÊNCIA DA) GRANDE IMPRENSA NOS ESTUDOS SOBRE A TRANSIÇÃO BRASILEIRA

Como tivemos a oportunidade de discutir no capítulo anterior, os processos de transição democrática foram amplamente estudados e analisados por um grande número de cientistas políticos sobretudo entre os anos 1980 e 1990, quando se deu a terceira onda de democratização (HUNTINGTON, 1994). Assinalamos também neste segmento anterior de nosso trabalho que dentre a extensa produção acadêmica acerca destes processos de transição democrática podem ser encontradas variadas perspectivas teórico-analíticas que embasam as pesquisas acadêmicas destes, nas quais são invocadas uma série de complexas variáveis e fatores para se compreender o seu desenrolar, bem como a atuação dos atores que nele interferiram. Também naquele capítulo, a partir do que foi anteriormente tratado neste, analisamos o modo como se desenvolveu a transição democrática brasileira, a qual conduziu o Brasil de uma ditadura capitaneada pela alta cúpula das Forças Armadas para um regime democrático no qual os civis são os principais atores do jogo político. Assim, delineamos os caminhos trilhados por tal processo de transição e verificamos os obstáculos e entraves impostos à consolidação democrática dados em função do modo como tal transição se deu, com seus êxitos e vicissitudes particulares.

No entanto, apesar dos inquestionáveis méritos do grande número de estudos realizados por cientistas políticos acerca da transição democrática brasileira, a quase totalidade destes simplesmente desconsideram a atuação e o papel da grande imprensa em tal processo de transição, como pudemos visualizar no último capítulo. Estas análises acerca dele não se atentam para a agência deste ator político, a grande imprensa, cujo peso naquele momento passava bem longe de ser irrelevante, o que fica patente pelo próprio fato que, como veremos, a ditadura civil-militar brasileira teve como uma de suas mais importantes medidas a tentativa, mais ou menos exitosa, de controlar a grande imprensa, visando com isto assegurar que os discursos e narrativas predominantes nesta fossem favoráveis à manutenção do regime autoritário, garantindo a este uma maior legitimidade e uma base de sustentação mais sólida para sua existência. Conforme argumentam Abreu e Lattman-Weltman (2006, p. 67), nos estudos de cientistas políticos brasileiros acerca da transição no Brasil nada se encontra acerca da atuação da grande imprensa e o papel por ela desempenhado na redemocratização de nosso

país, com exceção de um artigo de Celina Rabello Duarte e o mestrado desta autora, os quais datam respectivamente dos anos de 1983 e 1987. Saindo do Brasil, mas permanecendo na literatura da Ciência Política, podemos encontrar em Dassin (1984) um outro estudo sobre tal temática, o qual também assinala que “[...] as múltiplas conexões entre a mídia e a transição política brasileira não foram examinadas em detalhe” (DASSIN, 1984, p. 387, tradução nossa). Este reduzido número de pesquisas acerca da atuação e do papel da grande imprensa no processo de transição brasileiro, ademais, se mantém até os dias de hoje: de fato, apenas os já mencionados estudos de Duarte (1983; 1987), Dassin (1984) e o de Abreu e Lattman-Weltman (2006) analisam de forma sistemática a atuação da grande imprensa e o papel desempenhado por esta na redemocratização brasileira, todos eles apontando, ao seu tempo, esta lacuna na literatura sobre tal processo de transição¹. Esta quase total ausência da grande imprensa nas pesquisas da Ciência Política acerca da redemocratização brasileira é tão significativa que ela não é sequer mencionada por estudos que discutem teoricamente tal literatura desta área acerca dos processos de transição, como são os artigos de Mainwaring (1992), Nohlen e Thibaut (1994) e Arturi (2001).

Dito isto, a partir de agora pretendemos assinalar e discutir alguns dos motivos elencados pela literatura que explicariam esta falta de análises da Ciência Política sobre a atuação e o papel da grande imprensa na transição brasileira. E, para além disto, posteriormente apontaremos alguns caminhos para se superar esta significativa omissão de tais estudos sobre este processo político, os quais nos permitirão considerar a grande imprensa enquanto um ator político com relevante atuação e papel na transição democrática brasileira e, com isto, permitindo um enriquecimento de nossas interpretações sobre tal processo político.

De acordo com Dassin (1984, p. 387-388), a escassez bibliográfica sobre as relações da grande imprensa brasileira com a abertura política desenvolvida em nosso país a partir de 1974 pode ser explicada por três fatores. O primeiro deles é que, apesar do grande número e da pluralidade de fontes disponíveis para análise, estas provêm, no melhor dos casos, *insights* bastante díspares sobre variados tópicos, sendo estas portanto dificilmente integradas em um

¹ A bem da verdade, há outros dois textos de Alzira Alves de Abreu que tratam acerca da grande imprensa na redemocratização brasileira: “A mídia brasileira na transição democrática”, de 2004, o qual está presente nos anais do XXVIII Encontro Anual da ANPOCS, e “A mídia na transição democrática brasileira”, um artigo publicado em 2005. Todavia, apesar destes textos serem fontes para o trabalho aqui desenvolvido, estes não podem ser contabilizados enquanto estudos autônomos acerca desta temática, haja vista que se constituem basicamente, com a exceção de alguns poucos acréscimos ou decréscimos, em uma seção do capítulo de livro de autoria desta autora e de Fernando Lattman-Weltman, “Uma instituição ausente nos estudos de transição: a mídia brasileira”, de 2006, mencionado neste trabalho.

quadro interpretativo unificado. Além do mais, tanto as fontes advindas da grande imprensa quanto as provenientes da academia são altamente politizadas, sendo profundamente influenciadas pelo próprio processo político no qual se situam, quando não são partes constituintes deste. Por fim, o tamanho significativo da grande imprensa brasileira faz com que qualquer análise singular não consiga analisar sequer uma amostra minimamente representativa desta. Em nossa avaliação, reconhecemos que tais fatores realmente dificultam a análise da atuação e papel da grande imprensa na transição brasileira, muito embora estes certamente não se constituam, como coloca Dassin, enquanto impeditivos frontais à esta, apenas fazendo com que seja exigido um maior esforço analítico e teórico para desenvolver tais análises.

Já para Abreu e Lattman-Weltman (2006, p. 96-97) esta notável lacuna nas análises dos cientistas políticos acerca da transição brasileira pode ser explicada, em alguma medida, pela emergência tardia nesta área das análises acerca das relações entre a imprensa e a política, as quais começaram a ganhar corpo somente ao final dos anos 1980. Isto se deve a dois fatores principais. O primeiro destes é que a área da Comunicação, até este momento, não analisava a imprensa de um ponto de vista interdisciplinar, situação a qual veio a se alterar quando os pesquisadores desta área “introduziram um tratamento diferenciado em seus estudos, sendo então a mídia analisada dentro de um contexto político onde as eleições, a televisão e o *marketing* político tornaram-se fenômenos explicativos do processo político” (ABREU; LATTMAN-WELTMAN, 2006, p. 97, grifo dos autores). Assim, a emergência de estudos na área da Comunicação, a partir da década de 1980, que tratavam das influências da imprensa no processo político – também assinalada por Lima (2004, p. 49) –, favoreceu o surgimento de pesquisas de cientistas políticos brasileiros inseridas dentro desta temática. Um segundo fator que explica a eclosão de estudos acerca das relações entre a imprensa e a política no Brasil a partir da década de 1980 diz respeito ao estímulo provocado nestes pelas cada vez mais evidentes influências da imprensa – sobretudo da dita grande imprensa – nos processos eleitorais, os quais foram retomados em sua plenitude após o final da ditadura (LIMA, 2004, p. 49). Deste modo, o pleno retomar das eleições fez com que estas passassem a apontar as variadas formas de inserção e atuação da imprensa na política, assinalando a relevância de se desenvolver estudos sobre as interconexões entre a política (inicialmente se focando nos processos eleitorais, depois abrangendo outros variados aspectos que vão além destes) e a imprensa no Brasil (ABREU; LATTMAN-WELTMAN, 2006, p. 97). Assim, tal lacuna representada pela não inclusão da grande imprensa nos estudos da Ciência Política sobre a redemocratização brasileira poderia ser entendida como sendo fruto de um desencontro

temporal entre o período de maior desenvolvimento das pesquisas sobre a transição brasileira (que deu dos anos 1980 até o final da década de 1990) e a emergência das análises acerca das relações entre imprensa e política, a qual se deu somente após o final dos anos 80, sendo mais significativa a partir da última década do século XX.

Todavia, não se pode deixar de notar que, mesmo com o reconhecimento tardio da significativa importância da imprensa para o processo político contemporâneo e os crescentes estudos acerca desta temática, a atuação da grande imprensa na redemocratização brasileira ainda é um campo quase totalmente inexplorado, haja vista que os cientistas sociais, de forma geral, não revisitaram tal processo de transição e incorporaram a atuação e o papel da grande imprensa às suas análises acerca deste. Assim, colocamos que a emergência tardia na Ciência Política brasileira das análises acerca das estreitas relações entre a imprensa e o poder político, a qual se deu após o período de auge dos estudos acerca da transição – caracterizando tal desencontro temporal por nós mencionado – não pode explicar por si esta lacuna em tais estudos já que estes, apesar de terem diminuído de ritmo no século XXI, de forma alguma foram interrompidos em sua totalidade. Desta forma, tal ausência da grande imprensa nos estudos da Ciência Política sobre a transição brasileira tem de ter outras explicações.

Outro fator elencado por Abreu e Lattman-Weltman (2006, p. 96) como uma das razões para tal ausência da grande imprensa nos estudos acerca da transição brasileira diz respeito a um certo “substancialismo” de todas as perspectivas teórico-analíticas acerca das transições democráticas. Estas, apesar de serem conflitantes e competirem entre si, como visto anteriormente, possuiriam uma série de pontos em comum, como o fato de tenderem a privilegiar a análise da atuação de certos atores e instituições que “liderariam” a transição, deixando assim pouco espaço para se analisar o papel de outros atores nesta, cujo papel neste processo foi mais indireto e mediado, como é o caso da imprensa. Assim, os cientistas sociais, que se focam em suas análises sobre a redemocratização brasileira nas “lideranças” – militares, políticas, sindicais, empresariais e da sociedade civil –, bem como na competição eleitoral e nos partidos políticos – o que é também notado por Dassin² –, acabam por fechar as portas para análises que abordem como outros atores participaram no processo de transição. Desta forma, com vistas a se superar as dificuldades relativas à inclusão de novos atores como a imprensa

² Ele afirma que “[os estudos sobre a transição brasileira] concentram-se nos militares, na oposição, nas relações entre as estruturas políticas e o desenvolvimento econômico e nas mudanças internas às instituições políticas, particularmente nos mecanismos eleitorais e nos partidos políticos” (1984, p. 411, tradução nossa).

nas explicações acerca das transições, seria necessário promover-se uma crítica destas perspectivas teórico-analíticas que embasam os estudos sobre tais processos políticos.

Todavia, os próprios autores apresentam entre as páginas 83 e 93 de seu texto uma interessante proposta para se inserir nas perspectivas teórico-analíticas vigentes acerca das transições democráticas – mais especificamente naquela seguida por Linz e Stepan (1996) – uma análise acerca da atuação e papel da grande imprensa durante estas, pensando especificamente naquela que se desenvolveu no Brasil, proposta esta a qual aponta variadas indicações para se superar tal lacuna nos estudos da Ciência Política sobre a redemocratização. Assim, ao mesmo tempo que esta proposta é bastante relevante e produtiva, ela contribui para enfraquecer o próprio argumento anterior dos autores de que as perspectivas teórico-analíticas vigentes acerca das transições democráticas necessitam necessariamente ser criticadas e superadas para se incorporar a atuação e papel da grande imprensa nas análises acerca do processo de transição brasileira.

Abreu e Lattman-Weltman (2006, p. 97) também assinalam que a dificuldade de acesso às produções da imprensa que datam do período da redemocratização, as quais continuariam em grande medida inacessíveis aos pesquisadores, contribui para a existência e permanência desta lacuna na literatura da Ciência Política sobre a transição democrática. No entanto, passados quase quinze anos da publicação do texto, significativos avanços foram feitos neste sentido, sendo hoje disponíveis uma grande série de acervos jornalísticos de remontam ao período da redemocratização brasileira, alguns dos quais podem ser facilmente acessados através da internet. Assim, se esta dificuldade de acesso a tais acervos quando o texto foi lançado tornava razoável se compreender que a atuação da grande imprensa não era considerada nas análises sobre a transição brasileira, nos dias de hoje, com a maior facilidade de acesso a estes acervos, este motivo para tal lacuna perdeu grandemente seu poder explicativo.

Se tais explicações acima mencionadas não podem ser desconsideradas de todo para se compreender a quase total ausência de análises acerca da atuação e papel da grande imprensa nos estudos da Ciência Política acerca da transição democrática brasileira, estas também possuem uma série de problemas, como discutimos anteriormente. Desta forma, ainda necessitamos de respostas para melhor compreender o motivo de tal lacuna na literatura desta área sobre a redemocratização brasileira. Sustentamos que a explicação para este fato passa sobretudo pela forma como a grande imprensa é entendida e analisada pelos estudiosos que se debruçaram sobre a transição brasileira. Assim, para nós, as percepções destes pesquisadores de tal processo político acerca da grande imprensa são absolutamente centrais para se

compreender a ausência desta das análises acerca da transição brasileira; nisto fomos bastante além do que foi colocado por Abreu e Lattman-Weltman (2006, p. 96-98), que põem tal explicação basicamente no mesmo nível das anteriormente colocadas.

De maneira geral, os estudiosos da redemocratização brasileira compreendem que a grande imprensa não teria agência e protagonismo em sua atuação, mas seria uma mera marionete de certos grupos sociais mais poderosos que a controlariam em todas suas ações. Assim, ela é avaliada por tais pesquisadores como tendo uma posição totalmente subserviente e subalterna frente a outros atores e instituições sociais; estes, como consequência disto, interpretam que não seria ela a responsável última pela construção dos fatos, discursos e narrativas que divulga diariamente, mas sim tais atores e instituições sociais que a controlam e ditam, de maneira unilateral, tais fatos, discursos e narrativas a serem reproduzidas por ela. Para Abreu e Lattman-Weltman, esta perspectiva é fruto de “[...] certas apropriações de teses marxistas que analisam a mídia como aparelhos ideológicos a serviço da classe dominante e como garantidora de seu poder de dominação” (2006, p. 96).

Assim, avolumam-se as interpretações acadêmicas, na maioria das vezes embasadas em concepções pouco refletidas, de que a totalidade da grande imprensa brasileira, durante todos os momentos do regime autoritário, dada sua própria posição totalmente subserviente e subalterna frente a este, teria se subordinado às determinações ditatoriais. Mais que isto: por atuar como um fantoche e marionete do poder então vigente, ela é vista como tendo sido não apenas conivente com a ditadura de então, mas sim como uma cúmplice desta, já que agiu como propagadora de seus discursos, narrativas e propostas, o que se deu não apenas por medo da repressão, mas também por suas variadas vinculações com a ditadura que assolava o Brasil naquele momento histórico.

A grande imprensa brasileira, por outro lado, se defendendo das acusações de colaboracionismo com a ditadura e buscando construir e afirmar sua legitimidade no regime democrático, apresenta uma interpretação bastante distinta acerca de sua atuação e papel no regime ditatorial. Tal interpretação por ela assumida e propagada assinala que esta procurou atuar de forma independente frente à ditadura e buscou resistir às variadas formas de repressão, censura e cooptação exercidas por esta na tentativa de impor os seus discursos, narrativas e propostas como os socialmente dominantes. Para além desta não subserviência aos desmandos ditatoriais, tal interpretação difundida pela grande imprensa brasileira assevera que ela buscava informar a população de tudo o que estava se passando no país naquele momento, mesmo que isto significasse contestar os ditames e orientações do regime autoritário então vigente. Assim,

para informar seu público, tal interpretação da grande imprensa brasileira assinala que esta teve de lutar, com heroísmo e bravura, contra a censura, os controles e as perseguições promovidas por este regime. Tal interpretação da grande imprensa brasileira acerca de sua atuação e papel durante o regime ditatorial também afirma que, muito embora a censura, os controles e as perseguições realizadas pelo regime ditatorial algumas vezes fizessem esta ter de se curvar frente à ditadura, elas não impediram que a grande imprensa brasileira participasse com certo protagonismo no processo de redemocratização brasileiro, no qual ela teve uma atuação fundamental e bastante destacada.

Desta forma, há uma disputa entre duas narrativas acerca da atuação da grande imprensa brasileira no período autoritário. A primeira, com pretensões acadêmicas e compartilhada, implícita ou explicitamente, por um número bastante considerável de cientistas políticos que se dedicaram ao estudo da transição brasileira, aponta para a conivência e cumplicidade da grande imprensa brasileira frente à ditadura, o que é fruto da subserviência desta frente ao poder então estabelecido. Tal postura da grande imprensa é moralmente condenada por tal narrativa, muitas vezes sem se fazerem quaisquer referências às condições de exercício do jornalismo naquele período, no qual as práticas da censura e da perseguição a jornalistas dissidentes eram a tônica. Já a segunda narrativa, difundida sobretudo pela grande imprensa, procura assinalar a resistência desta ao regime autoritário, tendo muitas vezes tal narrativa adotado uma imagem da luta entre o bem, representado pela imprensa, contra o mal, encarnado pela ditadura. Esta última narrativa procura acobertar e/ou ressignificar, muitas vezes sem o sucesso por ela esperado, os variados episódios em que a grande imprensa brasileira colaborou com a ditadura, de diversas formas e em diferentes níveis. Como se pode perceber, estas duas narrativas acerca da atuação da grande imprensa brasileira durante o período autoritário são dicotômicas, por verem esta ou como subserviente ao autoritarismo, ou como uma força de resistência a este, necessariamente excluindo a possibilidade da grande imprensa se situar, ao mesmo tempo, em ambas as posições, sendo assim tanto cúmplice como vítima da ditadura. Estas narrativas, ademais, se embasam em pressupostos implícitos que são, novamente, dicotômicos: enquanto a primeira se alicerça na suposta ligação umbilical da grande imprensa com o regime autoritário, a segunda se sustenta sobre a suposta desvinculação completa desta com relação a este regime.

Estas narrativas e suas intrínsecas dicotomias, subjacentes ou explícitas, devem ser superadas para que efetivamente avancemos nas análises acerca da atuação e do papel da grande imprensa brasileira na ditadura e na transição rumo à democracia. Tal ruptura com estas é absolutamente necessária pelo fato que tais narrativas dicotômicas, de tom muito mais moral

que analítico, se mostram como falsas mesmo em uma breve análise sobre a atuação da grande imprensa brasileira na ditadura e transição democrática, na qual se pode perceber que esta atuou de forma ambígua, tanto como uma força resistente à ditadura – quando denunciava a censura e pedia por mudanças nos rumos econômicos e políticos do país, por exemplo – quanto de sustentação à esta – quando apoiou o golpe de 1964 e se mostrava contrária ou se omitia frente às mobilizações contrárias ao governo ditatorial, por exemplo. De igual modo, mesmo em um primeiro olhar, fica evidente que não se sustentam os pressupostos que embasam tais narrativas: seja a ligação umbilical da grande imprensa com o regime autoritário, seja a suposta desvinculação completa desta com relação a este regime são obviamente falsos. Em suma, a complexa atuação da grande imprensa durante este período histórico não pode ser compreendida em sua totalidade se adotarmos qualquer uma destas narrativas, nem se aderirmos aos pressupostos implícitos que as embasam.

Além disto, o pesquisador que se debruça sobre a atuação e o papel da grande imprensa na ditadura e transição democrática brasileiras não deve fazer julgamentos morais sobre como esta se comportou em tais períodos históricos. Ele não deve agir enquanto um juiz que avalia a atuação da grande imprensa brasileira em tais momentos políticos de nosso país, mas sim deve se ater a buscar compreender a atuação desta durante a ditadura e transição democrática brasileiras, analisando os condicionantes e as motivações para sua atuação, bem como investigar os papéis desempenhados por esta atuação na ditadura e transição brasileiras, verificando as implicações de tal atuação sobre estas. Para isto, ademais, este pesquisador deve considerar a grande imprensa como sendo um ator que possui relativa capacidade de agência e protagonismo sobre o jogo político, não sendo nesta um mero fantoche totalmente manipulado e subserviente a outros atores sociais.

Com tais considerações em mente, partiremos nas seções deste capítulo à análise da atuação e do papel desempenhado pela grande imprensa durante a ditadura e a transição democrática brasileiras.

2.2 A GRANDE IMPRENSA DURANTE O DECÊNIO INICIAL DA DITADURA BRASILEIRA

Como mencionado anteriormente, este capítulo tem como seus principais objetivos analisar a atuação da grande imprensa brasileira durante a transição democrática desenvolvida

em nosso país a partir de 1974 e assinalar qual foi o papel desempenhado por esta em tal processo de abertura “lenta, gradual e segura”. Todavia, para procedermos a isto, necessitamos inicialmente retornar um pouco mais no tempo para contextualizar e discutir como se desenvolvia o jornalismo durante o decênio inicial da ditadura brasileira (1964-1974), bem como analisar a atuação e o papel da grande imprensa em tal período histórico prévio e condicionante à transição. É isto o que faremos nesta seção.

A grande imprensa brasileira apoiou o golpe de 1964 de forma quase unânime. Vários importantes empresários brasileiros do setor da imprensa participaram ativamente na articulação golpista, utilizando-se para tanto dos meios de comunicação de sua propriedade – como foi o caso de Ruy Mesquita, proprietário d’*O Estado de São Paulo* –, enquanto muitos outros empresários da imprensa foram simpáticos e aderiram à movimentação para a derrubada do presidente democraticamente eleito João Goulart. A mais notável exceção neste sentido geral foi o caso de Samuel Wainer, proprietário dos jornais *Última Hora*, *Diário Carioca* e *Diário de Notícias*, os quais foram os únicos periódicos de grande circulação nacional que, dada a orientação legalista de Wainer, se puseram ao lado de Goulart frente ao golpe de Estado que o destituiu ilegalmente do poder e possibilitou a instauração no Brasil de uma ditadura civil-militar (ABREU, 2005, p. 54). Por tal apoio ao presidente deposto e sua identificação com este, os jornais de propriedade de Wainer sofreram variadas represálias da ditadura que se instauraria após o golpe de 1964, as quais promoveram ou o fechamento imediato destes periódicos – como foi o caso da edição gaúcha do *Última Hora*, como aponta Antonioli (2010, p. 29) – ou seu posterior colapso econômico (DASSIN, 1984, p. 411-412).

Desde seus primórdios até seu ocaso, a ditadura brasileira visou controlar o que era veiculado na imprensa, o que foi uma das principais marcas de tal período histórico, atuando para tanto em três frentes principais. De forma profundamente interligada entre si, os governantes deste período autoritário executaram uma política deliberada de expansão e modernização da grande imprensa, transmitiram por meio desta uma série de propagandas políticas que legitimassem o regime ditatorial e atuaram no sentido de procurar censurar as vozes nela presentes que se opunham ao regime político autoritário. Procederemos, a partir de agora, à avaliação e análise de como se desenrolaram cada uma destas três frentes, igualmente importantes para a tentativa da ditadura de controlar a imprensa, enfatizando também as interligações entre estas frentes, já que sem isto não podemos de forma alguma aprofundar nossa compreensão acerca da atuação e do papel da grande imprensa no período ditatorial e de transição democrática.

As políticas levadas a cabo pela ditadura brasileira visando expandir e modernizar a grande imprensa foram certamente uma das mais importantes facetas da forte intervenção do governo autoritário brasileiro no âmbito da imprensa. Apesar disto, pouco se tem debatido tais ações governamentais com este intuito fora da área da Comunicação: os estudos da Ciência Política e da História, em geral, se focam nas outras duas frentes da atuação da ditadura com relação à imprensa, a censura e a propaganda política. Apesar desta lacuna bibliográfica, os estudos que já foram realizados acerca de tais políticas executadas pelo governo ditatorial brasileiro visando à expansão e modernização da grande imprensa nos apontam que estas se deram em dois eixos principais.

O primeiro destes eixos foi a implantação de um moderno sistema de telecomunicações capaz de integrar o país e atingir a grande maioria da população brasileira (DASSIN, 1984, p. 403; JÚNIOR, 1998, p. 24). Conforme assinalam Abreu e Lattman-Weltman (2006, p. 72), isto era visto pelo governo ditatorial de então como sendo essencial para que este pudesse difundir suas visões de mundo dentre a população brasileira e se legitimar perante esta, elementos os quais seriam absolutamente fundamentais para a dita “segurança nacional” que este governo procurava estabelecer e resguardar. O mais relevante símbolo das políticas neste sentido foi a criação, em 1965, da Empresa Brasileira de Telecomunicações, a Embratel, a qual passou a promover a instalação de uma ampla e moderna rede de telecomunicações capaz de integrar todo o território brasileiro (ABREU; LATTMAN-WELTMAN, 2006, p. 73). A infraestrutura física por ela instalada com este intuito foi a responsável por permitir a formação e consolidação das redes televisivas de abrangência nacional a partir de meados dos anos 1960, como foi o caso da *TV Globo*, a qual possui seus primórdios remontando ao ano de 1965³ e se tornou principal rede de televisão brasileira a partir de 1969 (DASSIN, 1984, p. 402-403; JÚNIOR, 1998, p. 31). Por sua vez, estas redes permitiram que as transmissões televisivas não mais se restringissem somente aos grandes centros urbanos do Rio de Janeiro e São Paulo, como ocorria nas décadas de 50 e 60, fazendo com que a televisão se fizesse agora presente por praticamente todo o país, abarcando quase toda a população deste. Isto, somado às políticas creditícias levadas a cabo pelo governo a partir de 1968 visando incentivar a compra de aparelhos televisivos (DASSIN, 1984, p. 404), os quais até então tinham um preço absolutamente proibitivo às camadas sociais mais baixas da sociedade brasileira, fez com que o acesso à televisão fosse bastante popularizado dentre a população brasileira. Esta popularização do

³ Para discussões mais detalhadas acerca do surgimento da *TV Globo*, o qual se deu a partir de um acordo de legalidade duvidosa com a empresa estadunidense *Time Life*, ver Júnior (1998, p. 31) e GLOBO, O (2019).

acesso à televisão é bem indicada pelo fato que, em finais dos anos 1970, a grande maioria dos 125 milhões de brasileiros tinha acesso cotidiano a tal meio de comunicação (DASSIN, 1984, p. 387), ao mesmo tempo em que apenas de doze a vinte milhões de brasileiros eram leitores de jornais (DASSIN, 1984, p. 386). Tal popularização da televisão a partir dos anos 70 fez com que ela ocupasse uma posição de centralidade na sociedade e política brasileiras, deslocando a imprensa escrita rumo a uma posição mais periférica neste sentido, o que é particularmente importante de ser notado para os propósitos deste trabalho e será melhor discutido mais adiante.

O segundo destes eixos foi a concessão de vultuosos empréstimos à grande imprensa com vistas a esta expandir as suas redações e adquirir novos equipamentos gráficos e audiovisuais, assim como construir novas instalações para abrigar tais redações ampliadas e equipamentos cada vez mais modernos e tecnologicamente sofisticados. Tais empréstimos, que se davam através de bancos públicos, somados à crescente publicidade estatal – que representava cerca de 30% das receitas dos periódicos na ditadura, conforme afirmam Abreu e Lattman-Weltman (2006, p. 74) – beneficiaram grandemente os empresários vinculados à grande imprensa. Assim, foram estreitados os laços de dependência econômica e política entre estes e o governo ditatorial, o que também foi promovido pela distribuição a estes de concessões de emissoras de rádio e televisão, as quais eram rigidamente controladas pelo governo ditatorial de então, que as fazia como uma forma de apadrinhamento político destes empresários. De tal modo, o governo ditatorial promovia uma maior cooptação e controle do empresariado da imprensa, favorecendo com que os ditames da ditadura fossem seguidos por este e seus veículos de imprensa.

A soma destes dois eixos configurou uma política deliberada, por parte do governo ditatorial, no sentido de se promover a expansão e modernização da grande imprensa. Com estas, conforme argumenta Abreu (2005, p. 3-4), a grande imprensa brasileira se tornou, a partir de tal momento, uma enorme empresa comercial a qual operava e se orientava primordialmente segundo as regras do mercado e sob a lógica capitalista de busca do lucro. Tal modernização também trouxe significativas mudanças na forma com que as empresas jornalísticas eram geridas: estas deixaram de ser controladas administrativamente pelos seus donos ou suas famílias, passando a serem dirigidas por profissionais especializados, os quais se utilizavam de métodos e técnicas de gestão empresarial – muito embora, como assinala Lima (2004, p. 56) os proprietários destas empresas ainda mantivessem grande poder sobre estas em seus aspectos editoriais. Concomitantemente a tudo isto se deu a profissionalização da atividade jornalística, indicada pela disseminação dos cursos superiores de jornalismo, pela exigência de diploma

universitário na área para se atuar profissionalmente nesta, bem como pela regulamentação da profissão de jornalista (ABREU, 2004, p. 6-7).

As propagandas políticas que exaltavam o regime ditatorial e seus feitos se constituíam em outra das mais importantes frentes pelas quais este regime buscou atuar na grande imprensa brasileira. Fico (1997) assinala que, reconhecendo a importância e fazendo uso da nova rede de telecomunicações que integrava todo o Brasil, os governantes do período autoritário empregaram os modernos meios de comunicação de massa, em especial a televisão, para veicular na grande imprensa brasileira numerosas propagandas políticas capazes de mobilizar a sociedade em torno de si e de seu projeto nacional de desenvolvimento. Com essas propagandas, as quais difundiam uma visão bastante otimista e ufanista acerca dos pretensos resultados deste projeto de desenvolvimento do país – que, a partir dele, se tornaria “grande” e “iria para frente” –, os governantes almejavam alcançar uma maior legitimidade perante a população, o que se constituía em um elemento fundamental para a “segurança nacional” que estes buscavam estabelecer e salvaguardar. Ademais, estas campanhas veiculadas na grande imprensa devem também ser pensadas enquanto se inserindo dentro das lógicas acima mencionadas; neste sentido, é importante se ter em mente que, por ocuparem significativos espaços nos meios de comunicação de massa, os quais eram adquiridos pelo regime ditatorial, estas propagandas também serviam como um modo de se reforçarem ainda mais os laços de dependência econômica e política da grande imprensa com tal regime, fortalecendo assim a cooptação desta pelos governos do período autoritário. Para além de tais campanhas veiculadas na grande imprensa, também cabe aqui apontar que os variados governos deste período criaram diversos órgãos oficiais que, além de formularem tais propagandas políticas acima mencionadas, eram os responsáveis por assessorar e desenvolver as relações públicas destes, o que também se insere neste esforço com vistas à legitimação destes governos autoritários (FICO, 2009, p. 198).

Por sua vez, a censura certamente se constituiu enquanto uma das mais importantes frentes pela qual a ditadura brasileira pós-1964 buscou atuar na imprensa visando alcançar um relativo controle sobre esta. Isto é reconhecido pela vasta literatura acadêmica da Comunicação, da História e da Ciência Política acerca da censura em tal regime ditatorial. A perseguição e a repressão à imprensa e aos jornalistas considerados opositores à ditadura, bem como os ataques frontais à liberdade destes representados pelas prisões destes últimos e pelo controle governamental do que seria veiculado na imprensa, ambos geralmente englobados sob o termo “censura”, estão certamente entre os pilares ditatoriais mais estudados por tais áreas. Todavia,

apesar de sua notável relevância para o regime autoritário brasileiro, a censura durante este não deve ser analisada enquanto um objeto em si, como foi feito pela maioria dos estudos acerca da censura destas áreas acima mencionadas. Pelo contrário, a censura deve ser entendida enquanto sendo uma das três principais frentes de atuação do governo ditatorial no tocante à imprensa – e não a única ou a principal destas –, com as quais compartilha certas lógicas comuns, sendo analisada em sua relação com estas frentes e tais lógicas que as guiam. A censura, ademais, assim como as demais políticas governamentais com relação à imprensa, deve ser compreendida enquanto sendo reflexo e parte constituinte da própria dinâmica interna, de endurecimentos e distensões, do regime civil-militar brasileiro, como bem argumenta Dassin (1984, p. 391). Uma análise neste sentido será realizada a partir de agora.

Se existiram flagrantes violações à liberdade de imprensa desde quando a ditadura dava seus primeiros passos, esta sempre buscou negar a existência de tais violações ou, quando não era possível negá-las, justificar estas enquanto sendo absolutamente necessárias para a “segurança nacional”. Se logo após o golpe que instaurou tal ditadura variados prédios da imprensa tida como oposicionista foram invadidos e depredados por forças de segurança, ao mesmo tempo em que seus jornalistas e editores eram presos, os governantes de então negavam qualquer forma de desrespeito à liberdade de imprensa. Enquanto Samuel Wainer e seus jornais sofriam variadas represálias pelo seu apoio ao presidente deposto João Goulart, bem como ganhavam corpo outras variadas formas de censura e controle do que era divulgado pela imprensa, o regime ditatorial rejeitava que houvessem limitações à liberdade desta, argumentando, até a promulgação do Ato Institucional Número 5 (AI-5), que não haviam instrumentos legais e burocráticos para tanto. Assim, a ditadura civil-militar brasileira não admitia de forma aberta e pública a existência das restrições e violações à liberdade de imprensa praticadas naquele momento, muito menos assumindo ser ela a responsável por tais violações. Ironicamente, a ditadura chegou a proibir não só a denúncia destas violações ou “[...] a publicação de críticas ao sistema de censura, seu fundamento e legitimidade [...]” (ANTONIOLLI, 2010, p. 24), mas também não permitiu a divulgação pela imprensa de um discurso do líder da Maioria governista negando que houvesse censura no Brasil (ANTONIOLLI, 2010, p. 21).

Isto não quer dizer que a ditadura brasileira, que repetidas vezes atentou contra a liberdade de expressão, embora negasse que a tivesse violado, atuou “[...] de forma contraditória em relação à censura”, como avaliam Abreu e Lattman-Weltman (2006, p. 74-75). Diferentemente do que pensam estes autores, sustentamos que tal posicionamento da ditadura

no que diz respeito às violações à liberdade de expressão não é nem um pouco incoerente e paradoxal, como à primeira vista pode efetivamente parecer, mas é completamente compreensível haja vista que este é fruto de um jogo bastante complexo entre lógicas que, em alguns momentos particulares, como é o caso aqui, são concorrentes entre si. Este posicionamento do governo ditatorial perante a censura – por ele executada, embora negada publicamente – é bastante consistente se pensarmos que este governo teve de se esforçar para buscar equilibrar duas lógicas distintas: ao mesmo tempo em que se propunha a suprimir os discursos ditos subversivos e contrários à “Revolução”, o que muitas vezes implicava na censura, visando com isto garantir e resguardar a “segurança nacional”, este governo não podia assumir publicamente a censura, dado que isto feriria sua legitimidade, haja vista que aqueles que defendiam o regime ditatorial apregoavam que este era necessário para se garantir a liberdade e a democracia, supostamente ameaçadas por Goulart e os comunistas, e a censura certamente seria um desvio em tais sentidos, devendo esta ser, portanto, negada em sua existência.

Antes de nos aprofundarmos na censura que foi desenvolvida pela ditadura civil-militar brasileira, é necessário que falemos brevemente sobre a natureza geral da censura. Ela deve ser entendida como sendo uma disputa para se estabelecer certos fatos, discursos e narrativas como os socialmente hegemônicos. Como consequência disto, ela necessariamente implica em negar e suprimir fatos, discursos e narrativas que não se encaixam ou, mais ainda, se contrapõem frontalmente, àqueles fatos, discursos e narrativas que buscam tal hegemonia. Aproximando-nos do caso da ditadura brasileira, a qual buscava sua legitimidade perante a população em medida significativa na sua suposta legalidade democrática e seu respeito às liberdades, podemos observar que ela via com maus olhos a veiculação na imprensa de notícias e reportagens denunciando incontestáveis desvios democráticos – como os crimes políticos cometidos por agentes de Estado (como a tortura, o desaparecimento forçado e a execução por motivos políticos) ou a censura, as quais eram práticas comuns em nossa ditadura –, os quais iam contrariamente à narrativa governamental de que o Brasil era um país democrático e que respeitava as liberdades de seus cidadãos. Sendo assim, para tal governo ditatorial, estas notícias e reportagens deveriam ser censuradas – e o eram, na medida do possível –, com vistas a se manter a hegemonia da narrativa governamental de que o Brasil era uma nação democrática, a qual contribuía para legitimar o governo de então. Ainda no caso particular da ditadura civil-militar brasileira, a qual buscava sua legitimidade social também nos seus supostos êxitos econômicos, podemos constatar que esta, frente à apresentação pelos meios de comunicação de

análises negativas acerca da economia, buscava negar e rebater – e algumas vezes censurar – estas análises que, em sua avaliação, contribuíam para fazer decair a sua legitimidade perante a população e, assim, corroer o seu poder político fruto desta. Assim, a censura deve ser compreendida como sendo uma disputa pela capacidade de controlar quais fatos, discursos e narrativas serão estabelecidos como socialmente hegemônicos. Esta capacidade, por sua vez, possui fortes implicações e influências sobre arenas do poder que vão além das palavras ditas nos jornais, rádios e televisões, impactando, por exemplo, na legitimidade e na aceitação dos governos e suas ações. Neste sentido, a luta para impor certos discursos e narrativas por parte de um governo ditatorial, que usa o expediente da censura para tanto, como foi o caso do brasileiro, é também uma disputa pela manutenção e conquista de poder.

Pelo fato da grande imprensa, nas sociedades contemporâneas, ser um dos principais locais onde os fatos, discursos e narrativas são enunciados e discutidos, esta é um dos principais campos de disputa em torno daqueles que serão estabelecidos como hegemônicos, sendo por isto o alvo fundamental da censura. Conforme argumenta Lohn (2015, p. 2), a imprensa, por descrever e atribuir significados aos fatos, bem como promover a elaboração de discursos e narrativas acerca destes, ordenando-os, é uma das principais instâncias que configuram, organizam, interpretam e dão sentido à vivência e à experiência dos processos históricos, políticos e sociais, construindo ademais a temporalidade destes; isto, por sua vez, possui variadas e relevantes implicações dentro da esfera política, como o fato de conferir uma maior ou menor legitimidade aos governos, bem como às ações por eles desenvolvidas.

Retornando definitivamente ao caso do regime autoritário brasileiro, o acima mencionado implica dizer que a censura durante este período foi, em grande medida, uma disputa que se deu entre o governo e a imprensa de então pela capacidade de controlar os discursos e as narrativas e, com isto, exercer poder sobre o mundo das palavras e da política. Nesta disputa, enquanto o regime ditatorial brasileiro procurava impor, através da imprensa, seus discursos e narrativas como sendo os hegemônicos, buscando assim sua própria legitimação perante a sociedade e, com isto, a manutenção de seu poder político, a imprensa agia nesta disputa buscando resguardar e recuperar sua relativa capacidade de agência, protagonismo e controle com relação aos discursos e narrativas compartilhados socialmente por meio dela, capacidades estas as quais lhe garantem um certo poder não apenas sobre tais discursos e narrativas, mas também sobre o poder político. Assim, a disputa que se dava entre a imprensa e governo autoritário brasileiro girava em torno não de princípios como a democracia, a liberdade e a verdade – embora estes fossem empregados como instrumentos

discursivos desta luta, sobretudo por parte da imprensa –, mas sim que, em sua última instância, esta disputa se dava em torno de poder. Desta forma, não podemos entender o papel e a atuação da imprensa na ditadura e transição brasileiras se a vemos como sendo uma heroína, moralmente louvável, que luta contra um governo autoritário, repressor e ilegítimo, o qual buscava suprimir a verdade e a liberdade de expressão. A imprensa brasileira, neste momento histórico em particular, deve ser entendida como estando inserida em complexas e intrincadas disputas por poder, as quais muitas vezes a fazem adotar posturas moralmente condenáveis e, à primeira vista, logicamente contraditórias. Com mais estas considerações em mente, podemos agora analisar de forma mais adequada qual foi a atuação e o papel desempenhado pela grande imprensa brasileira na ditadura e na transição democrática de nosso país. Partiremos a isto a partir deste momento.

Durante os momentos iniciais do regime autoritário, a grande imprensa brasileira manteve o apoio por ela dado a este quando da sua instauração, agindo assim em grande sintonia com os governantes de tal período inicial da ditadura. Todavia, com o prolongar e o gradativo recrudescimento desta, se pode observar um progressivo afastamento da grande imprensa com relação à ditadura. Isto se deu como fruto, em medida significativa, do próprio prolongar desta (a grande imprensa avaliava que a “intervenção saneadora” dos militares por ela defendida no sentido de “moderar” a disputa política estava se alongando em demasia) e seu crescente recrudescimento – no âmbito da imprensa, a censura, apesar de ainda não ser institucionalizada, ganhava cada vez maior volume, afetando negativamente a liberdade e os interesses particulares desta. Significativos setores da grande imprensa, assim, começaram a atuar mais autonomamente com relação à ditadura, fazendo algumas críticas pontuais às suas ações e medidas, o que retroalimentou este ciclo entre o prolongar e recrudescimento do regime ditatorial e o afastamento da grande imprensa com relação a este.

A grande imprensa brasileira, todavia, não se comportou de maneira homogênea frente a este cenário de crescentes limitações à sua liberdade, as quais eram representadas sobretudo pela censura que se acentuava a cada dia. Como mencionado anteriormente, alguns importantes setores da grande imprensa buscaram, ao menos inicialmente, manter uma certa autonomia em sua atuação jornalística, o que progressivamente significou a imposição da censura a estes. Face a ela, alguns destes órgãos ainda buscavam manter um relativo grau de liberdade e distanciamento em relação à ditadura, empregando para tanto certas estratégias para driblar a censura por ela realizada, bem como a enfrentar, de modo direto, denunciando-a explicitamente, ou simbólico, sem fazer referência à esta – por exemplo, publicando poemas de Camões e

receitas culinárias no lugar das matérias jornalísticas censuradas, o que apontava a existência da censura e significava um protesto contra esta (JÚNIOR, 1998, p. 28). Ao mesmo tempo, outros setores da grande imprensa tiveram de ceder e se submeter quase que totalmente à censura devido sobretudo à sua profunda dependência econômica e política com relação à ditadura, fruto dos empréstimos estatais por eles feitos para bancar as suas iniciativas de modernização e da veiculação nestes das propagandas políticas estatais que exaltavam o regime ditatorial e seus feitos. E, nesta disputa entre a ditadura e a grande imprensa pela capacidade de controlar os discursos e narrativas divulgadas nesta última, certos segmentos desta se curvaram totalmente à ditadura e observaram rigidamente os seus ditames, considerando a capacidade do governo ditatorial de então em lhes estrangular não apenas por medidas francamente autoritárias, como a censura, mas também por vias econômicas – por exemplo, lhes negando empréstimos e subsídios, não veiculando nestes as propagandas estatais ou lhes impondo outras dificuldades na sua atuação enquanto empresa.

Estas atuações heterogêneas da grande imprensa com relação à censura por ela sofrida se mantiveram sobretudo até a promulgação do AI-5, em treze de dezembro de 1968, o qual marcou o total recrudescimento da ditadura e o início dos “anos de chumbo”, auge de seu autoritarismo. Tal endurecer da ditadura significou o fechamento ainda maior dos espaços para a exposição do dissenso na sociedade em geral, bem como na imprensa em particular. Isto fica nítido pelo fato que, no tocante à esta última, foi o AI-5 que efetivamente estruturou e institucionalizou um sistema de censura à imprensa. Como já discutido, a censura, embora não fosse institucionalizada, ocorria desde os primeiros momentos da ditadura civil-militar brasileira e era fundamental na atuação desta visando controlar o que era veiculado na imprensa. Todavia, se a censura não se deu apenas após a promulgação do AI-5, este foi um “[...] marco divisório na história da censura [no Brasil]” (AQUINO, 1999, p. 207) já que estabeleceu e institucionalizou os instrumentos legais e os órgãos responsáveis pela censura à imprensa, estruturando assim um efetivo sistema com vistas à censura desta. Para entendermos mais acerca deste e seu funcionamento, o que é de importância fundamental aqui, é importante inicialmente que assinalemos

[...] a existência não de uma, mas de duas censuras durante o período militar: uma [...] que havia décadas controlava as diversões públicas; outra, [...] a censura propriamente política da imprensa, que era, para a ditadura, um de seus principais instrumentos repressivos (FICO, 2004, p. 87).

Cada um destes dois tipos de censura tinha diferentes áreas prioritárias de atuação e era executada por órgãos distintos. A primeira delas, a censura das diversões públicas, a qual já

tinha um longo histórico em nosso país, se dava em torno de questões de cunho moral e comportamental e era então exercida pela Divisão de Censura de Diversões Públicas, um órgão subordinado ao Departamento de Polícia Federal (ANTONIOLLI, 2010, p. 21). Enquanto isto, a censura de cunho político, a qual é a mais pertinente para os propósitos da presente pesquisa, foi estruturada e sistematizada legal e burocraticamente sobretudo a partir do AI-5, diferentemente do que se deu quanto à censura das diversões públicas. Ademais, enquanto esta última procurava evitar a “corrupção dos costumes”, a censura política visava proibir a divulgação na imprensa de assuntos e notícias de caráter propriamente político os quais eram definidos pela ditadura civil-militar como centrais à “segurança nacional”, como por exemplo as atividades repressivas por ela executadas contra seus opositores (FICO, 2009, p. 189).

A aplicação da censura de cunho político se deu através de duas formas profundamente complementares entre si (SOARES, 1989, p. 25). A primeira destas se constituía na determinação, pela ditadura civil-militar, de certos assuntos e notícias de cunho político que não poderiam ser abordados pela imprensa, já que estes seriam prejudiciais à ditadura e a “segurança nacional” que ela procurava estabelecer e resguardar. Estas “proibições determinadas”, como eram denominadas pela ditadura, eram comunicadas à imprensa através de ligações telefônicas às redações ou, sobretudo, através da entrega à estas dos chamados “bilhetinhos”, pequenos comunicados escritos, em geral apócrifos, os quais indicavam e informavam os assuntos e notícias que a imprensa não poderia tratar (SOARES, 1989, p. 25-26). Quanto à extensão do emprego dessa forma de censura, Antonioli (2010, p. 23-24) assinala que no ano de 1973 foram expedidos aos órgãos de imprensa brasileiros pelo menos que 159 “proibições determinadas”, o que demonstra o uso recorrente de tal instrumento de censura externo às redações.

A segunda forma de operacionalização da censura política se destinou especificamente aos veículos da grande imprensa que se recusavam a aceitar as ordens estabelecidas pelas “proibições determinadas”, continuando a veicular matérias sobre os assuntos e notícias que eram nestas estabelecidos enquanto proibidos de serem abordados jornalisticamente, bem como à imprensa alternativa, independentemente de sua aceitação ou não de tais proibições (ANTONIOLLI, 2010, p. 24). A censura prévia, como ficou conhecida, se constituía no exame, por funcionários do Departamento da Polícia Federal, dos materiais jornalísticos antes de sua veiculação, o que geralmente era feito nas próprias redações, embora este exame também pudesse ser realizado na sede do Departamento de Polícia Federal da cidade onde estava a redação ou mesmo em Brasília (FICO, 2009, p. 190). E, apesar da censura prévia enquanto tal

só ser regulamentada e instituída formalmente pelo decreto-lei nº 1.077, de 1970, deve-se notar que a presença e o crivo dos censores internamente às redações já havia sido possibilitado anteriormente pelo AI-5, legislação a qual concedeu maiores poderes ao presidente para impor a censura os meios de comunicação que fossem considerados “subversivos” e contrários à “Revolução”, à “segurança nacional” e à “moral e bons costumes”, bem como estabeleceu instrumentos legais para tanto. Assim, através destas duas formas, a ditadura civil-militar brasileira procedeu à “[...] fiscalização sistemática e velada ‘no sentido de impedir a divulgação de notícias ou comentários contrários ao regime e às instituições’” (FICO, 2009, p. 190).

Todavia, para compreendermos a censura e a atuação da imprensa durante a ditadura e a transição democrática brasileiras é imprescindível que analisemos não apenas a censura que foi exercida pelo governo ditatorial sobre esta, mas também que investiguemos e consideremos aquela que foi incorporada pelos próprios jornalistas e veículos de imprensa, a autocensura. Esta, que foi um componente fundamental da censura e da atuação da imprensa durante a ditadura e a transição brasileiras, se constituiu na prática através da qual os meios de comunicação e os jornalistas aceitaram e seguiram as orientações distribuídas pelos aparatos estatais responsáveis pela censura e, assim, controlaram a si próprios em sua atuação jornalística visando com isto não entrar em conflito com estes e com o regime ditatorial no qual eles se inserem. Conforme assinala Soares (1989, p. 38), a autocensura pode ser classificada em dois tipos fundamentais: institucional, quando se refere àquela praticada pelos meios de comunicação, e individual, quando diz respeito àquela exercida pelos jornalistas em sua própria atividade profissional.

Assim, a autocensura foi uma prática incorporada pelos órgãos de imprensa e jornalistas no sentido de proteger-se contra a censura e a repressão impostas pelo regime ditatorial brasileiro. Conforme argumenta Kucinsky (2002, p. 538), a autocensura pressupõe a participação ativa dos veículos de imprensa e dos jornalistas na sua realização, sendo assim sendo um “[...] ato consciente [destes], com o objetivo, também consciente, de dosar a informação que chegará ao leitor ou mesmo suprimi-la”. Desta forma, a autocensura implica não só o consentimento dos veículos de imprensa e dos jornalistas à atividade censória, mas seu engajamento nesta. Assim, eles não são apenas as primeiras vítimas da censura, mas são também, ironicamente os principais cúmplices e executores desta.

Por outro lado, a autocensura não pode ser desvinculada dos enormes constrangimentos à atividade jornalística promovidos pela impetuosa censura executada após o AI-5, a qual é bem representada pelos constantes “bilhetinhos”, indicações por parte do governo de assuntos a não

serem abordados pela imprensa, bem como pelos variados episódios de censura prévia à esta. Para além da censura, os jornalistas tiveram inibida uma atuação mais autônoma frente ao governo ditatorial pelos temores da repressão e das perseguições cometidas por esta contra jornalistas, as quais colaboraram para suscitar a autocensura individual destes. Em outros termos, Caparelli (1989, p. 50) afirma que a autocensura dos jornalistas “vinha também dos assassinatos, das prisões, das torturas e das proibições de jornalistas desempenharem suas atividades, das pressões, dos fechamentos, das explosões de bombas nos jornais e nas emissoras de rádio e televisão”. Já quanto à autocensura institucional realizada pelos órgãos de imprensa, a censura por eles sofrida se soma aos receios destes de, caso atuassem mais autonomamente com relação ao regime ditatorial, serem fechados ou terem cortado seus empréstimos e a veiculação nestes de publicidade estatal, o que faria com que eles sofressem sérios abalos financeiros. Assim, a capacidade de arbítrio deste sobre a imprensa e a dependência econômica e política desta com relação ao regime ditatorial dificultou uma atuação mais autônoma dos órgãos de imprensa frente à este. A tudo isto se junta o fato que, ao promoverem a autocensura, “[...] as instituições livravam-se da incômoda presença dos censores residentes e da onerosa prática de submeter todo o material publicado à censura prévia [...]” (SOARES, 1989, p. 38).

Neste sentido, Smith aponta que “a autocensura foi imposta pelo regime e não pelos censurados a si próprios” e, desta forma, a expressão “autocensura” seria imprópria (2000, p. 41). Fico também considera este termo problemático, já que ele “não revela todos os matizes do problema” ao enfatizar a agência dos jornalistas e dos veículos de imprensa sem dar a mesma ênfase ao contexto no qual autocensura se inseria (2009, p. 189). De todo modo, a prática da autocensura por parte destes últimos e dos jornalistas se tornou uma das tônicas e componentes fundamentais para se compreender a atuação da imprensa durante a ditadura e a transição democrática brasileiras.

Assim, o AI-5 promoveu o recrudescimento ditatorial e permitiu o estabelecimento de um efetivo sistema de censura à imprensa, o qual conforme Aquino se estruturou, “do ponto de vista legal e profissional”, entre os anos de 1968 e 1972 (1999, p. 212). Como fruto disto, se diminuiram ainda mais os espaços para uma atuação relativamente autônoma da imprensa, o que desagradou profundamente não apenas os jornalistas, os quais já haviam começado anteriormente a se afastar do regime, quando da intensificação da prática da censura, mas também os empresários da grande imprensa. A apreensão de jornais, a detenção de jornalistas e principalmente a censura prévia – a qual geralmente significava a presença de censores governamentais dentro das redações, o que afrontava a autoridade e o poder dos proprietários

dos meios de comunicação – fizeram com que estes se distanciassem em maior grau do governo ditatorial e procurassem atuar, na medida do possível, contra tal redução de seus espaços de autonomia relativa provocada pelos crescentes arbítrios ditatoriais. Assim, a quase totalidade da grande imprensa brasileira passou a atuar, a partir deste momento, no sentido de buscar resguardar e defender algum grau de autonomia frente ao governo autoritário de então, a qual era constantemente ameaçada e limitada pelo recrudescimento da ditadura e da censura.

Isto não significa dizer que, logo após a promulgação do AI-5, a grande imprensa brasileira tenha se levantado contrariamente à ditadura enquanto tal. Este total extrapolamento do que foi acima colocado em nada condiz com a realidade, em especial até o princípio do processo de transição brasileiro, em 1974, quando progressivamente passou a ocorrer, de forma muitas vezes velada, tal oposição e confronto da grande imprensa brasileira com a ditadura em si, como discutiremos mais adiante. As críticas ao governo durante os ditos anos de chumbo, as quais eram veiculadas sobretudo pela grande imprensa escrita, se focavam sobretudo nas ações e medidas adotadas pela ditadura e não nesta enquanto tal; neste momento histórico, a grande imprensa não criticava e denunciava a ditadura em si, mas sim determinadas ações e medidas por ela adotadas, como a sua política econômica, e na maioria das vezes fazia críticas bastante ponderadas e cautelosas sobre estas. Assim, apesar de haver uma atuação relativamente autônoma da grande imprensa durante os anos de chumbo, esta foi bastante tímida frente aos constrangimentos impostos pelo regime autoritário, os quais se ligavam sobretudo à profunda dependência econômica e política da grande imprensa com relação ao governo de então, bem como a censura por ele executada contra esta, as quais se constituíam como graves limitantes a um posicionamento mais independente da grande imprensa, os quais se somavam à autocensura por ela incorporada frente à esse cenário ditatorial. Ademais, se junta a isso o fato que tal atuação da grande imprensa brasileira visando resguardar algum grau de autonomia frente ao regime ditatorial não era fruto, até os momentos finais da abertura política, de uma ação coordenada entre os proprietários dos meios de comunicação nem entre estes e os jornalistas a eles vinculados, dadas as profundas divisões e disputas internas à própria grande imprensa. Tais divisões e disputas só eram deixadas de lado em raros momentos de convergência temporária de interesses entre os diversos segmentos desta, como ocorreu após o assassinato de Vladimir Herzog, então diretor de jornalismo da TV Cultura, por agentes da repressão da ditadura: “nessa ocasião, a grande imprensa se juntou na denúncia do que os jornalistas consideravam um crime” (JÚNIOR, 1998, p. 25), inclusive aproveitando tal triste fato para noticiar e discutir

publicamente a censura (ANTONIOLLI, 2010, p. 25). Desta forma, como aponta Smith (2000, p. 170-171),

Em vez de aliar-se para enfrentar o regime, os membros da imprensa com frequência se ocupavam em atacar-se e criticar-se mutuamente. Múltiplas clivagens, inclusive divisões de classe, concorrência empresarial e diferenças políticas impediram a formação de uma identidade comum e bloquearam alianças potenciais.

Ainda assim, podem ser observados neste período alguns significativos exemplos de atuação autônoma da grande imprensa com relação ao regime civil-militar. Um caso neste sentido foi a veiculação pelo *O Estado de São Paulo*, em 1972, de uma campanha contra uma série de medidas adotadas pelo governo ditatorial de então. Este exemplo, ademais, também nos aponta a resposta por parte deste governo à estas atuações mais independentes da imprensa: dada tal campanha promovida por este periódico, o regime ditatorial impôs à este a censura prévia, a qual vigorou neste jornal até o ano de 1975, quando foi suspensa na ocasião do centenário deste (DASSIN, 1984, p. 411).

Discutido como se dava o jornalismo durante os dez anos iniciais da ditadura brasileira e analisado o desenvolvimento da grande imprensa em tal período histórico, bem como sua atuação e papel neste, podemos partir agora à última seção de tal capítulo, na qual analisaremos de forma sistemática a atuação da grande imprensa na transição democrática, bem como discutiremos o papel por ela desempenhado em tal processo.

2.3 A ATUAÇÃO E O PAPEL DA GRANDE IMPRENSA DURANTE A TRANSIÇÃO BRASILEIRA

Em 1974, com a ascensão de Ernesto Geisel à presidência, o qual propunha um lento e gradual processo de transição a ser controlado pelos governantes do regime autoritário com vistas a se promover a saída ordenada destes do centro do poder político, os “anos de chumbo” tiveram fim e deram lugar a um processo de liberalização política que, ao fim e ao cabo, nos trouxe de volta à um regime democrático. Assim, conforme indica Soares (1989, p. 40), a partir deste ano se observa um progressivo relaxamento da repressão de forma mais geral e, mais que isto, uma gradual diminuição da intensidade das práticas de censura à imprensa, as quais deixaram de ser sistemáticas e rotineiras e passaram a ser cada vez mais pontuais e seletivas. Assim, se promoveu a partir de então um processo de crescente liberalização da imprensa o qual, assim como a liberalização política mais ampla no qual esta se insere, foi controlado pelos

governantes do regime autoritário com vistas a manter a transição nos caminhos por eles planejados. Um primeiro aspecto que aponta neste sentido é o fato que tal liberalização da imprensa se deu inicialmente apenas com relação à grande imprensa: a imprensa alternativa só viu o relaxamento das práticas de censura a partir dos anos finais da década de 1970. Além do mais, as legislações que estabeleceram a censura continuaram em vigor durante toda a presidência de Geisel e se mantiveram até os anos finais do governo Figueiredo, o que, conforme assinala Dassin (1983, p. 390), contribuía para que a autocensura – tanto institucional quanto individual – substituísse a censura enquanto o mais sério constrangimento e limitação à atividade jornalística a partir de então. Além do mais, assim como ocorreu no processo mais amplo de transição política, se observaram variados avanços e retrocessos neste sentido geral de diminuir a censura à imprensa. Assim, como indica Abreu (2004, p. 9), em 1975, ao mesmo tempo que a censura prévia ao *O Estado de São Paulo* tinha fim, ela fora estabelecida na revista *Veja*; ademais, também neste ano ocorreu o já mencionado assassinato de Vladimir Herzog por agentes da repressão da ditadura. E cabe também assinalar que, assim como se deu no processo de transição mais amplo, a progressiva liberalização da imprensa não foi consensual: como apontam D’Araújo e Castro (1997, p. 27 *apud* ABREU, 2004, p. 9), o então ministro da Justiça Armando Falcão, que centralizava em seu ministério as questões relativas ao controle da imprensa, identificava-se em medida significativa com propostas contrárias à liberalização desta e ao abrandamento da censura, atuando para pressionar economicamente a imprensa; ademais, o Serviço Nacional de Informações (SNI) assinalava repetidamente ao presidente Geisel suas graves preocupações com relação à suposta “infiltração” de comunistas na imprensa brasileira, a qual transmitiria à população valores ditos subversivos.

De todo modo, este progressivo relaxamento da censura permitiu que a grande imprensa brasileira pudesse atuar a partir de então de forma mais autônoma frente ao governo ditatorial e participasse de modo mais ativo na luta pela volta da democracia. Conforme assinala Abreu (2005, p. 58), tal abrandamento da censura à grande imprensa brasileira se deu inicialmente apenas com relação à imprensa escrita, sendo só ao final do processo de transição que a liberalização da imprensa abrangeu as rádios e televisões brasileiras, o que fez com que estas últimas atuassem de modo mais independente face ao regime civil-militar de nosso país e participassem mais ativamente na luta pela redemocratização apenas quando esta já estivesse bem avançada.

Todavia, diferentemente do que podemos pensar em um primeiro momento, tal afastamento da grande imprensa com relação ao regime ditatorial e a atuação desta

favoravelmente à redemocratização não devem ser compreendidos apenas pelas maiores possibilidades para tanto dado o abrandar da censura. Este afastamento da grande imprensa com relação ao regime ditatorial e a atuação desta favoravelmente à redemocratização se constituem também em formas desta imprensa se legitimar perante seu público, o qual expressava um crescente descontentamento com o governo ditatorial de então haja vista o deteriorar da situação econômica do país, a repressão e o aumento da miséria e exclusão social. Assim, a grande imprensa atuou também no sentido de agradar ao seu público, seguindo uma “visão mercadológica” (JÚNIOR, 1998, p. 29) dado que, enquanto empresa comercial que segue uma lógica capitalista, tem de responder às demandas deste. Ademais, já argumentado anteriormente, tal atuação da grande imprensa brasileira favoravelmente à redemocratização não deve ser entendida como sendo orientada por princípios como a democracia, a liberdade e a verdade, mas sim como se inserindo na luta pelo poder que se deu entre o regime ditatorial e a imprensa.

Conforme argumenta Abreu (2005, p. 56), a atuação mais independente e autônoma da grande imprensa brasileira frente ao governo ditatorial durante o período da transição democrática se desenvolveu sobretudo através das páginas de opinião, das editorias de economia, das telenovelas e do noticiário internacional veiculado nesta grande imprensa. Analisaremos a partir de agora como ela empregou cada um destes espaços em suas críticas e denúncias ao governo autoritário.

Nas páginas de opinião, as quais foram criadas em tal conjuntura de abertura política, se abordavam temáticas as quais muitas vezes eram consideradas como sensíveis pelo governo autoritário de então e se construíam uma série de denúncias e críticas à este, implícitas ou explícitas. Nestas páginas se reproduziam textos de indivíduos que contavam com reconhecida competência nos temas e assuntos por eles tratados em tais escritos. Através de tais páginas de opinião, as temáticas nelas abordadas ganhavam um maior respaldo e legitimidade pública, dada sua análise por especialistas nestas. Da mesma forma, os órgãos da grande imprensa que as reproduziam procuravam apontar com estas a sua abertura à pluralidade de interpretações e visões de mundo e a sua desvinculação com o governo autoritário de então, procurando assim se legitimar perante o seu público e assinalar sua credibilidade e seriedade no trato jornalístico. Ademais, pela desvinculação destes especialistas à empresa jornalística que veiculava seus textos (eles não pertenciam ao quadro de funcionários desta) estas melhor se protegiam frente à uma possível censura destes, já que poderiam alegar que apenas haviam dado publicidade às opiniões e avaliações de especialistas nas temáticas por eles abordadas, as quais não são

necessariamente compartilhadas pela empresa em questão. Como também veremos mais adiante, o recurso à interlocutores externos à grande imprensa foi uma das principais práticas e estratégias empregadas por esta para se abordar temáticas que normalmente provocavam a censura no período ditatorial, dado que com isto se poderia melhor driblar esta e, caso ela ainda ocorresse, possibilitava que as empresas jornalísticas melhor se resguardar frente à ela.

Quanto às editorias de economia veiculadas na grande imprensa brasileira a partir de meados da década de 1970, estas se constituíram no canal de expressão das críticas à política econômica do regime civil-militar e, de forma direta ou indireta, dos questionamentos a este próprio regime (ABREU; LATTMAN-WELTMAN, 2006, p. 77). Através do jornalismo econômico, o qual surgiu e começou a ganhar cada vez maiores e mais importantes espaços na grande imprensa brasileira justamente neste momento de transição democrática, esta grande imprensa promoveu uma campanha aberta contra a política econômica da ditadura brasileira, contestando também esta própria, seja de forma direta – questionando a sua continuidade dado seus fracassos econômicos – ou indireta – apresentando tais fracassos econômicos, os quais minavam a sua legitimidade, haja vista que esta se baseava em seus supostos êxitos na esfera da economia.

Tal campanha contra a política econômica e a ditadura civil-militar que a adotava foi capitaneada inicialmente pela grande imprensa brasileira que, para tanto, veiculava sobretudo em suas editorias de economia alguns estudos econômicos que “[...] continham críticas à política econômica adotada, críticas à distribuição de renda, à pobreza, à questão do emprego, entre outras” (ABREU, LATTMAN-WELTMAN, 2006, p. 77-78), os quais desta forma questionavam as informações acerca da economia divulgadas pelo governo ditatorial de então. Esta campanha promovida pela grande imprensa brasileira foi bastante potencializada ao final da presidência de Geisel e durante o governo Figueiredo (1979-1985) haja vista que, a partir deste momento, os empresários brasileiros também passaram a criticar publicamente a política econômica e a ditadura civil-militar que a adotava, se somando à campanha neste sentido promovida pela grande imprensa. O empresariado brasileiro, profundamente insatisfeito com o crescente deteriorar da situação econômica brasileira – representado sobretudo pela drástica redução no ritmo do crescimento econômico após os anos do dito “milagre econômico”, pelo significativo aumento da inflação e da concentração de renda, bem como pela crise da dívida – e sobretudo com o forte intervencionismo estatal da política econômica então adotada, passou a buscar na grande imprensa brasileira um local para manifestar publicamente as suas críticas e questionamentos à política econômica do governo ditatorial, as quais eram divulgadas e

repercutidas com certo destaque na grande imprensa, bem como pôr em questão a própria continuidade do regime autoritário, dado seus fracassos econômicos. Assim, os empresários brasileiros, até por possuírem “[...] cada vez menos espaço e voz no governo e nos projetos deste [...]” (FORTES, 2005, p. 13), passaram a se apresentar na grande imprensa para questionar e criticar a política econômica e a ditadura civil-militar que a adotava, o que era feito sobretudo através das editoriais de economia. Deste modo, por meio destas últimas, “a participação [dos empresários brasileiros] na contestação ao regime militar se tornou visível [...], o que possibilitou um maior avanço no processo de redemocratização” (ABREU, 2005, p. 60), o que nos permite afirmar que tais editoriais de economia exerceram uma significativa influência política neste sentido⁴.

Abreu e Lattman-Weltman (2006, p. 78) argumentam que as telenovelas brasileiras do período da ditadura civil-militar promoviam a denúncia de variados elementos da sociedade e da política de nosso país naquele momento, como a sofrida condição de vida da população, a repressão e o autoritarismo. A partir da abordagem destes elementos constituintes da realidade brasileira de então, mais ou menos explícita, bem como de outros temas próximos do cotidiano do telespectador, como “[...] a especulação imobiliária, o jogo do bicho, o coronelismo [...]”, as telenovelas retratavam e criticavam a sociedade e a política brasileiras daquele momento, assim como divulgavam algumas ideias acerca da transformação destas. A *TV Globo*, que era então a maior rede televisiva nacional e contava com uma enorme audiência, se notabilizou neste sentido por transmitir telenovelas como *Irmãos Coragem* (1970/71) e *O bem amado* (1973), as quais se passavam no Brasil e tratavam de temáticas como a luta pela liberdade e contra a opressão.

Neste momento é importante que analisemos, mesmo que de forma bastante breve, a atuação e o papel da *TV Globo* frente à ditadura e transição democrática brasileiras, haja vista que, como dito, ela era naquele período a maior rede televisiva de nosso país e contava com uma enorme audiência⁵. Ela, vinculada ao *Grupo Globo*, que era então o maior conglomerado de comunicações brasileiro, por um lado incorporava em seus quadros alguns intelectuais e produtores culturais que eram opositores à ditadura – os quais, inclusive, foram os produtores de tais marcantes obras audiovisuais acima mencionadas –, bem como divulgava

⁴ Para maiores discussões acerca do jornalismo econômico na transição democrática brasileira, ver ABREU, Alzira Alves de. *Jornalistas e jornalismo econômico na transição democrática*. In: ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; KORNIS, Mônica Almeida. **Mídia e política no Brasil: jornalismo e ficção**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 13-74.

⁵ Para maiores e mais aprofundadas análises acerca da atuação e do papel da *TV Globo* na ditadura e transição democrática brasileiras, ver Júnior (1998, p. 31-35).

através das telenovelas algumas críticas à realidade brasileira de então. Por outro lado, a *TV Globo* era bastante simpática ao governo ditatorial e colaborava enormemente com este, ao ponto de Caparelli (1989, p. 48) chegar a colocar que ela era uma espécie de porta-voz deste governo. Além disto, Júnior (1998, p. 31) pontua que a *TV Globo* se manteve até os momentos finais da ditadura apoiando abertamente esta, diferentemente do que ocorreu com outros órgãos da grande imprensa, sobretudo escrita, os quais se distanciaram desta muito antes (JÚNIOR, 1998, p. 32). O afastamento da *TV Globo* com relação à ditadura, além de ser muito menor do que aquele observado em outros veículos da grande imprensa, se deu somente com a campanha das Diretas Já, as quais demandavam eleições diretas para a presidência da República. Tal emissora, inicialmente, procurou não dar espaço em seus noticiários às reivindicações neste sentido, procurando esvaziá-las, como fica explícito pelo fato, bastante conhecido, que uma das maiores manifestações com tal demanda realizadas em São Paulo, a qual reuniu 300 mil pessoas, foi por ela repercutida erroneamente, de forma deliberada, como sendo uma comemoração pelo aniversário desta cidade. Posteriormente, todavia, com a campanha ganhando força e não podendo mais ser ignorada, a *TV Globo* teve de repercutir as mobilizações pelas eleições diretas para a presidência, realizando a cobertura das manifestações com tal reivindicação. A campanha das Diretas Já, todavia, não se constituiu enquanto um ponto de inflexão nas estreitas relações que existiam entre a ditadura e a *TV Globo*, já que esta última continuou a apoiar o governo ditatorial, mesmo que de forma mais indireta, e respaldou a transição “lenta, gradual e segura” por ele conduzida, já que esta apoiou a eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral e participou abertamente na formação do pacto que iria continuar, agora por mãos civis, tal processo de transição brasileiro, se envolvendo nas principais decisões e articulações políticas neste sentido.

Por fim, cabe aqui mencionar que a grande imprensa brasileira também se utilizou do noticiário internacional para denunciar e criticar, mesmo que de forma indireta, o governo autoritário que vigorava naquele momento em nosso país. Acerca de tal atuação da grande imprensa frente à ditadura neste espaço, a qual é particularmente relevante aos propósitos deste trabalho, Abreu (2005, p. 57) assinala que o significativo destaque conferido pela grande imprensa ao noticiário internacional na ditadura e transição democrática brasileiras se constituiu em uma estratégia “[...] diante da censura aos assuntos políticos nacionais [...]”. Isto porque o noticiário internacional permitia trazer à tona e discutir, mesmo que indiretamente, uma série de assuntos de ordem nacional – como a ditadura e a repressão – os quais não podiam ser tratados naquele momento dada a censura promovida pelo regime ditatorial brasileiro. Desta

forma, o noticiário internacional foi empregado enquanto um espaço para se questionar, mesmo que muitas vezes indiretamente, o regime autoritário brasileiro: por exemplo, quanto à Revolução dos Cravos, de 1974, e o fim da ditadura espanhola, Abreu (2005, p. 57) coloca que a grande cobertura dada a estas “era uma maneira de mostrar ao público brasileiro os passos dados por outros países em direção à democracia” e, assim, contrariamente à ditaduras como a que vigoravam em nosso país naquele momento.

Tais afirmações são também compartilhadas por Antonioli (2010), o qual realizou um estudo sobre a cobertura do golpe chileno de 1973 nos jornais gaúchos *Correio do Povo* e *Zero Hora*. Este autor assinalou que, apesar das “proibições determinadas” não permitirem a publicação de diversos assuntos e notícias pela imprensa brasileira, como os relativos à censura e à repressão, estes foram por várias vezes abordados nas matérias jornalísticas de ambos estes periódicos a respeito do golpe chileno. Por exemplo, Antonioli (2010) pode verificar que tais jornais caracterizaram e definiram tal acontecimento político chileno enquanto um golpe e colocaram que ele estabeleceu uma ditadura, assim como realizaram diversas referências à censura, à repressão, às execuções e aos sequestros por ela realizada, empregando tais termos de caráter negativo os quais seriam impensáveis de serem utilizados quanto ao que se passava no Brasil naquele momento, apesar das muitas e visíveis semelhanças e características comuns entre este e o Chile pós-golpe. Antonioli também afirma que estas fortes denúncias e críticas à situação que se passava no Chile, embora “[...] tenham por algumas vezes ocorrido no corpo do texto jornalístico de forma direta [...]” (ANTONIOLI, 2010, p. 48), sendo realizadas pelos jornalistas a eles vinculados, bem como seus correspondentes internacionais, foram possibilitadas sobretudo através do recurso à interlocutores externos aos jornais. Assim, foi especialmente por meio da repercussão de matérias jornalísticas de agências internacionais de notícias e de jornais estrangeiros, bem como de declarações, discursos, entrevistas e relatos de outros interlocutores externos aos jornais (como de governos, de embaixadores e de exilados, chilenos ou no Chile) que se retratou o que se passava no Chile naquele momento e se realizaram severas denúncias e críticas acerca do que se dava neste país. Desta forma, o recurso à interlocutores externos a estes jornais se constituiu enquanto uma prática e estratégia empregada por estes para se tratar de assuntos que provavelmente provocariam a censura, dado que com ela poderiam evitar serem enquadrados e driblarem esta, bem como, caso ela ocorresse, melhor se resguardar frente a ela, já que poderiam argumentar que estavam somente dando publicidade à opiniões e avaliações que não são necessariamente compartilhadas por eles. Em outras palavras,

O emprego de expressões e frases extremamente negativas a respeito do Chile (lembrando sempre as já referidas similaridades com nosso país) através da citação desses interlocutores e personagens foi um dos fatores que permitiram a cobertura do golpe de Estado chileno da forma mais verdadeira possível, pois possibilitou aos jornais arriscar-se menos a repreensões dos censores, uma vez que estavam apenas reproduzindo estas fontes e não necessariamente emitindo juízo próprio (ANTONIOLLI, 2010, p. 42).

E, mais que noticiar e denunciar o que estava ocorrendo no Chile, tais jornais puderam através de sua cobertura do golpe que se deu neste país “[...] manifestar algumas críticas a respeito da natureza repressiva do regime militar brasileiro e à restrição à liberdade de imprensa [...]” (ANTONIOLLI, 2010, p. 48). Fazendo uso da situação chilena como um “espelho” do que se passava em nosso país, estes jornais criticaram e denunciaram, mesmo que de forma indireta, o que se dava na ditadura civil-militar brasileira, driblando assim a rígida censura executada naquele momento. Assim, as preocupações do governo autoritário brasileiro com a forma que o golpe chileno seria veiculado na imprensa nacional não eram descabidas já que, dadas as similaridades entre este e aquele que se deu no Brasil em 1964, bem como os governos por eles instaurados, foram realizadas uma série de paralelos e “analogias [...] entre a realidade chilena e o processo político desenrolado no Brasil” (AQUINO, 1999, p. 79).

Assim, durante a transição democrática, a grande imprensa brasileira passou a atuar de forma mais independente e autônoma frente ao regime autoritário, o que se deu sobretudo através dos espaços acima indicados. Ademais, como assinala Dassin (1984, p. 394), a grande imprensa também passou a dar mais espaço neste momento, em seus noticiários e discussões, à certas vozes de oposição ao regime civil-militar, se constituindo enquanto um relevante canal de expressão destas: por exemplo, industriais descontentes com a política econômica ditatorial ganharam voz através da grande imprensa, conforme já foi colocado, assim como estudantes que protestavam contra a repressão e setores sociais que demandavam a anistia política e o retorno dos exilados.

Como seria de se esperar, tal atuação mais independente e autônoma da grande imprensa brasileira frente ao regime autoritário suscitou variadas respostas por parte deste. Se poderia argumentar, por um lado, que os governantes que capitaneavam a transição política brasileira reagiram ao progressivo distanciamento da grande imprensa com relação ao regime autoritário censurando esta imprensa, bem como promovendo perseguições à jornalistas opositoristas e pressões diversas sobre os órgãos da grande imprensa que queriam acelerar tal processo de transição, embora fizessem isto em menor grau que anteriormente. Isto seria demonstrado, respectivamente, pela imposição da censura prévia à revista *Veja*, em 1975, pelo assassinato do jornalista Vladimir Herzog, neste mesmo ano, e pelas pressões econômicas exercidas por

Armando Falcão, ministro da Justiça do governo Ernesto Geisel, sobre alguns veículos da grande imprensa, para citar apenas os casos já anteriormente mencionados.

Por outro lado, é importante que não percamos de vista que a abertura política brasileira foi fruto de iniciativas dos governantes do período autoritário visando promover a sua retirada ordenada do centro do poder político, sendo esta abertura “lenta, gradual e segura” por eles controlada com vistas a mantê-la no roteiro por eles planejado. Ademais, também é preciso ter em mente que a grande imprensa brasileira reflete e é uma parte constituinte da própria dinâmica interna, de endurecimentos e distensões, do regime civil-militar brasileiro. Desta forma, a paulatina liberalização da imprensa, a qual foi a faceta desse processo de abertura política relativa à imprensa, também se deu sobretudo por iniciativa dos governantes de então, sendo por eles controlada. Se pode verificar que estes governantes que deram impulso inicial e conduziram tal processo de transição também promoveram, em medida significativa, a progressiva liberalização da imprensa, bem como a controlaram e moderaram, empregando para tanto a censura, as perseguições e as intimidações aos jornalistas e meios de comunicação quando estas eram por eles julgado como conveniente. Assim, é errôneo pensar que a grande imprensa brasileira se afastou do regime ditatorial a despeito da vontade dos governantes deste. Mais que isto, é equivocado assumir que estes apenas reagiram ao crescente distanciamento da grande imprensa com relação ao regime ditatorial, lutando contra esta através da censura, das perseguições e das intimidações aos jornalistas e meios de comunicação: estas foram simultaneamente utilizadas, mas enquanto instrumentos para controlar a progressiva liberalização da imprensa que vinha sendo promovida pelos governantes do período da transição democrática.

Esta liberalização da imprensa, representada sobretudo pelo abrandamento da censura e a consequente atuação mais autônoma e independente da imprensa frente ao regime autoritário, mais que ser promovida e conduzida pelos governantes do período da transição democrática brasileira, teve um papel central na condução e no desenrolar da abertura política. Neste sentido, Abreu e Lattman-Weltman afirmam que “o projeto de abertura política tinha como um de seus pontos estratégicos a liberalização da imprensa [...]” (2006, p. 79). Seguindo esta mesma linha argumentativa, Dassin coloca que

Tal como a censura e a suspensão de direitos civis e políticos foram diretrizes chaves do regime brasileiro em seu período autoritário, o aumento da autonomia da imprensa e as eleições parcialmente livres, no contexto de direitos civis e políticos reestabelecidos, foram os alicerces fundamentais das novas diretrizes do regime no período de transição (1984, p. 407, tradução nossa).

Nesse sentido, Abreu e Lattman-Weltman assinalam que a grande imprensa contribuiu para respaldar “[...] as ações [...] em prol da abertura política, principalmente nos momentos em que esta sofria resistências dos militares” (2006, p. 80). Como exemplo disto, se pode notar que a liberalização da imprensa e a conseqüente atuação mais autônoma e independente desta frente ao regime autoritário fizeram com que os governos Geisel e Figueiredo pudessem melhor controlar os órgãos de segurança e inteligência, os quais eram em grande medida compostos por militares que se vinculavam à dita “linha dura” e se opunham à abertura política. Tais órgãos promoveram e promoviam inúmeros abusos em suas atividades repressivas, os quais deviam ser combatidos para melhor se controlar a transição; para isto, aqueles setores que eram favoráveis à abertura política permitiram que a grande imprensa veiculasse algumas reportagens acerca de tais abusos (as quais eram anteriormente censuradas, dado a temática da repressão ser considerada como bastante sensível pelo regime civil-militar), com vistas a possibilitar que Geisel e Figueiredo pudessem interferir e ter maior controle sobre tais órgãos de segurança e inteligência (ABREU, 2004, p. 10; DUARTE, 1983). Assim, a grande imprensa foi empregada, pelos setores favoráveis à transição, como um instrumento para se promover a distensão política por eles pretendida. Ademais, as denúncias pela grande imprensa dos excessos cometidos na atividade repressiva, as quais se deram durante todo o processo de abertura política, não abrangeram somente aqueles cometidos pelo regime autoritário, mas também englobaram aqueles cometidos por grupos que se opunham ao processo de transição e atuavam externamente ao aparato estatal, as quais eram protegidas por um “manto de impunidade [...] proporcionado pelo suporte tácito da assim chamada comunidade de informações, composta pelos vários serviços de informações e inteligência militares” (DASSIN, 1984, p. 395, tradução nossa).

Indo além do papel desempenhado pela grande imprensa na disputa entre os setores favoráveis e contrários à liberalização política, se deve notar também a importância da atuação desta nas eleições realizadas durante a transição democrática brasileira. As eleições realizadas neste período, conforme assinala Lamounier (1988), se constituíam enquanto um elemento fundamental na dinâmica da abertura política, já que conferiam legitimidade ao regime autoritário⁶ e à transição democrática por ele conduzida, bem como permitiam uma maior

⁶ Para Lamounier (1988), a liberalização política – dentre a qual certamente se incluía a prática de eleições – legitimava em novos termos o regime autoritário, já que os êxitos econômicos deste e sua luta contra o comunismo perderam espaço enquanto formas deste se legitimam, haja vista o deteriorar da situação econômica brasileira e a supressão dos grupos comunistas. Tal constatação é compartilhada por Melo (1989, p. 168, *apud* JÚNIOR, 1998, p. 26), o qual assinala que: “Dado que o regime se legitimava por sua performance na esfera da acumulação,

institucionalização e controle governamental sobre esta última. Assim, Lamounier (1988) aponta que as eleições eram uma arena fundamental para o desenrolar da transição política “lenta, gradual e segura” que vinha se desenvolvendo no Brasil desde 1974. Todavia, embora o papel das eleições na transição seja aceito e reconhecido por um número considerável de cientistas políticos, foram poucos aqueles que efetivamente estudaram a atuação da grande imprensa no desenrolar dos pleitos realizados durante a transição brasileira, analisando a sua relevância e seus impactos sobre estes. Abreu e Lattman-Weltman, alguns dos poucos cientistas políticos que se debruçaram sobre tal temática, assinalam que nas eleições legislativas de 1974, face ao relativo abrandar do controle governamental sobre a imprensa,

A oposição teve livre acesso aos meios de comunicação [...] e isso possibilitou uma ampla mobilização do partido de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). A mídia, como parte da oposição, soube utilizar este momento para levar ao público as críticas e denúncias contra o regime militar e para lutar pela redemocratização. O jornal *O Globo*, por exemplo, que apoiou o regime militar, deu ampla cobertura à campanha do MDB (ABREU; LATTMAN-WELTMAN, 2006, p. 80, grifo dos autores).

Para estes autores (2006, p. 81), assim como para Dassin (1984, p. 405), esta atuação da grande imprensa favoravelmente ao partido oposicionista e suas causas foi uma das principais responsáveis pela significativa vitória do partido oposicionista nestas eleições, representada pelo fato que ele, por obter uma surpreendente e expressiva votação, conquistou muitas cadeiras nas duas casas do Congresso Nacional e um número bastante significativo de governos estaduais. E, sendo a influência da grande imprensa na vitória da oposição bastante evidente,

Os militares entenderam o valor estratégico da mídia [...] e sua reação foi evitar uma nova derrota nas eleições municipais de 1976 com a edição da chamada Lei Falcão, que estabeleceu rígidos controles sobre a propaganda eleitoral no rádio e na televisão. Com isto, a ARENA conseguiu ampla vitória eleitoral sobre o MDB (ABREU; LATTMAN-WELTMAN, 2006, p. 81).

Assim, a atuação da grande imprensa brasileira impactou de forma bastante significativa nas eleições que ocorreram durante a transição democrática de nosso país, as quais eram um elemento dos mais fundamentais no desenrolar do processo de abertura política, conforme argumenta Lamounier (1988). Desta forma assinala-se, mais uma vez, a relevância da grande imprensa neste processo, relevância esta que foi reconhecida pelos próprios governantes que o promoviam e procuravam o controlar: a resposta destes à perda de espaço político da ARENA, partido governista, a imposição por estes de rígidas restrições legais à propaganda eleitoral, o que se deu através da Lei Falcão, mais que um importante elemento para estes conduzirem tal

quando esta última passa a apresentar crises com a reversão cíclica da economia, novas formas de legitimação passam a ser perseguidas, entre as quais a política de liberalização [...]”.

processo político conforme seus desígnios, se constituiu enquanto um reconhecimento do papel da grande imprensa na condução e no desenrolar da transição. Conforme argumenta Lohn, tal relevância da grande imprensa nas eleições – e, assim, na transição – se dava pois era sobretudo nela que

[...] o debate político encontrava espaço e os temas que envolviam o processo eleitoral ganhavam importância, tanto para o governo, cioso em granjear legitimidade para a ditadura, quanto para a própria oposição, que passava a ver nos mecanismos possibilitados pelo regime uma das poucas alternativas para disputar a opinião popular (2015, p. 5).

Ademais, analisar a cobertura dada pela grande imprensa à dois eventos políticos bastante importantes na transição democrática nos permite lançar luz sobre outros aspectos da atuação desta grande imprensa em tal período, bem como sobre o papel desempenhado por ela em tal processo de redemocratização. Conforme Abreu (2004, p. 12), o primeiro destes acontecimentos foi o atentado do Riocentro, ocorrido em 30 de abril de 1981. Este foi a explosão de uma bomba no interior de um carro ocupado por um sargento e um capitão do Exército, os quais pretendiam atacar o Centro de Convenções do Rio de Janeiro (popularmente conhecido como Riocentro), no qual vinte mil pessoas assistiam a um show de música popular realizado em comemoração ao Dia do Trabalhador. O atentado, que foi frustrado pela detonação do artefato explosivo antes de sua colocação no local originalmente planejado, fora preparado por militares e membros de um grupo de direita que se opunham ao processo de transição e procuravam impedir a continuidade deste, já que se pretendia imputar tal atentado à grupos de esquerda. Este evento, que se constituiu enquanto um teste para a transição política e para a liberalização da imprensa, foi amplamente divulgado e acompanhado por esta última, a qual realizou um amplo trabalho investigativo acerca deste, como já havia se visto nas denúncias por ela realizada de casos de repressão à opositoristas do regime ditatorial. Para esta autora,

Os jornais, o rádio e a televisão confrontaram dados e informações, ouviram várias pessoas encarregadas da segurança do Riocentro, divulgaram os resultados dos laudos dos médicos e peritos, e produziram uma visão contrária àquela que os responsáveis pelo Inquérito Policial Militar queriam impor como verdadeira, ou seja, a de que o Atentado fora praticado pelos grupos de esquerda (ABREU, 2004, p. 12).

A atuação da grande imprensa na cobertura a tal evento, na qual esta foi uma potente voz de denúncia aos atos e intenções dos grupos contrários ao processo de transição “lenta, gradual e segura”, foi fundamental para que o governo, promotor e condutor desta, conseguisse vencer a oposição à esta representada por tais grupos e pudesse, desta forma, dar continuidade à ela, um dos principais objetivos políticos do governo Figueiredo. Portanto, a grande imprensa, assim como ocorrera anteriormente, se constituiu enquanto um importante elemento para tensionar e pautar tal transição, o qual foi empregado pelo governo enquanto um instrumento

para se enquadrar os grupos da “linha dura”, em geral ligados ao aparelho repressivo do Estado, os quais eram contrários à tal processo de abertura política, tendo relevante papel neste sentido (DUARTE, 1987).

Outro importante evento na transição democrática brasileira foram as mobilizações conhecidas como Diretas Já, as quais tomaram as ruas das principais cidades do país sobretudo no ano de 1984 demandando a realização de eleições diretas para a presidência da República. Conforme assinala Abreu (2004, p. 12), as enormes manifestações com tal reivindicação tiveram uma ampla cobertura por parte da grande imprensa brasileira, que exerceu um importante papel na divulgação destas. Uma das únicas exceções neste sentido, a *TV Globo* demonstrava inicialmente severas reticências em cobrir tais manifestações, contribuindo para esvaziá-las – o que era apontado, por exemplo, pelo fato de que, como já mencionado, uma das maiores manifestações das Diretas Já, a qual reuniu 300 mil pessoas em São Paulo, foi por ela repercutida erroneamente, de forma deliberada, como sendo uma mera comemoração pelo aniversário desta cidade –, embora posteriormente, quando tal campanha não podia mais ser ignorada, a *TV Globo* realizou a partir de então a cobertura desta.

Mais que repercutir e dar voz à campanha pelas eleições diretas para a presidência, a grande imprensa brasileira atuou como um importante elemento catalisador das mobilizações neste sentido já que, ao discutir e apresentar ao seu público a temática das eleições diretas para presidente, esta fez com que se ampliasse a relevância social desta pauta e, como consequência disto, promoveu uma maior participação popular na campanha que reivindicava tal direito (ABREU; LATTMAN-WELTMAN, 2006, p. 82). Assim, a grande imprensa brasileira teve um papel central e bastante estratégico na luta pelas eleições diretas para presidente, destacando-se neste sentido o jornal *Folha de São Paulo*, o qual divulgava e apoiava explicitamente todas as manifestações públicas de apoio à tal reivindicação na sua coluna “Roteiro das Diretas” (ABREU, 2004, p. 12). Além disto, seguindo logicamente a argumentação acima colocada, se pode afirmar que a grande imprensa brasileira, durante todo o período da transição democrática, por cotidianamente dar espaço à vozes dissonantes ao regime civil-militar e tratar de assuntos que se ligavam e perpassavam, em alguma medida, a temática da redemocratização – como as arbitrariedades do regime e seu fracasso na esfera econômica –, suscitou um aumento da discussão em torno desta e, assim, propiciou uma maior apoio e mobilização populares com vistas ao retorno à democracia.

Ademais, a grande imprensa brasileira foi uma arena fundamental para se aglutinarem os diversos setores sociais que lutavam pela redemocratização, o que se presencia não apenas

na campanha das Diretas Já, mas em todo o processo de transição. Isto se deu pois ela era um dos principais espaços nos quais se expressavam as pautas e demandas destes setores sociais, muitas vezes diferenciadas e conflitantes entre si e, mais que isto, pois era nela que tais pautas e demandas eram amalgamadas e passavam a ser compreendidas como pertencentes à uma mesma lógica comum, relativa à redemocratização. E assim, por agregar os variados segmentos sociais que lutavam pelo retorno à democracia em torno deste objetivo comum, a grande imprensa se constituía enquanto um dos principais atores que conduziam e pautavam as mobilizações sociais para tanto.

Mais que aglutinar os diversos setores sociais que lutavam pela redemocratização e pautar as mobilizações neste sentido, a grande imprensa também atuou enquanto um importante norteador da transição democrática brasileira. Isto se deu pois era ela quem formulava as principais concepções, percepções e expectativas socialmente compartilhadas acerca desta, bem como difundia socialmente os parâmetros, agendas e rumos que deveriam ser adotados em tal processo de transição rumo à democracia, o que fazia com que esta conseguisse, em alguma medida, pautar o desenrolar e as discussões públicas vinculadas à redemocratização. Para Lohn,

[...] a grande imprensa exerceu um papel destacado [no processo de transição política pactuada] ao constituir-se como um agente político que participou da elaboração do conjunto de temas e na afirmação dos principais personagens envolvidos na trama narrativa da chamada abertura e redemocratização, atuando no âmbito da definição de uma temporalidade que deveria reger a transição. [Desta forma,] a imprensa constituiu-se em uma peça central da construção [...] de uma narrativa histórica que exerceu influência sobre os agentes políticos e sociais envolvidos na trama que levou à montagem de um sistema político [...] democrático no Brasil (2015, p. 1).

A grande imprensa brasileira, todavia, não só atuou na procura de determinar o campo no interior do qual a abertura política deveria avançar, “[...] mostrando ao público o ‘caminho correto’ a ser seguido” (FORTES, 2005, p. 15), mas também buscou definir os marcos nos quais ela deveria se deter. Como consequência disto, esta grande imprensa brasileira também atuou enquanto um importante delimitador do processo de transição. Em tal sentido, como assinala Dassin (1984, p. 407), ela conferiu legitimidade à abertura “lenta, gradual e segura” que vinha sendo conduzida pelos governantes do regime autoritário e não tensionou os pactos estabelecidos acerca desta. Isto fica bastante visível quando se observa que os principais veículos de comunicação brasileiros apoiaram e contribuíram ativamente para a campanha de Figueiredo nas eleições indiretas para presidente de 1978: este, que representava a continuidade do processo de abertura política como ele vinha se desenvolvendo até então, teve a sua candidatura respaldada pela grande imprensa já que, segundo ela, a transição então em curso estaria sob severos riscos e poderia ser precipitada caso a oposição fosse a vencedora de tal

pleito (DASSIN, 1983, p. 394-395). No mesmo sentido, a grande imprensa brasileira procurava excluir do debate público as lideranças oposicionistas que se contrapunham aos pactos que deram forma à abertura “lenta, gradual e segura”, bem como promovia duros ataques contra estas, argumentando que elas, dada sua oposição a tais pactos, poderiam promover perigosos retrocessos na transição então em vigor (JÚNIOR, 1998, p. 30). Assim, devemos ter em mente que a grande imprensa brasileira, mesmo que agindo em defesa da redemocratização e contra a ditadura, sempre atuou neste sentido de forma bastante moderada, de modo a não pôr em risco as bases estruturais do poder na sociedade brasileira. Isto, por sua vez, fez com que esta circunscrevesse os marcos da abertura à limites bastante estreitos, não englobando, por exemplo, transformações sociais mais profundas.

Com vistas a concluir tal seção de nosso trabalho retomaremos aqui, de forma bastante breve, as principais discussões nela realizadas. Afirmamos nestas que a grande imprensa brasileira não foi uma espectadora passiva frente à transição “lenta, gradual e segura” que se desenvolveu no Brasil a partir de 1974: mais que meramente repercutir tal processo de abertura política controlada e informar seu público acerca deste, a grande imprensa de nosso país teve uma atuação bastante destacada na dinâmica deste processo e desempenhou variados papéis que foram bastante significativos em seu desenrolar. Assim, assinalamos nesta seção que a grande imprensa brasileira influenciou e participou de forma notável no transcorrer da transição democrática de nosso país, se constituindo enquanto uma das peças-chaves desta. Ademais, apontamos que a grande imprensa brasileira atuou com certo protagonismo e agência neste processo de abertura política, se comportando de forma relativamente autônoma e independente frente ao governo autoritário de então, o que faz com que esta não possa ser compreendida enquanto um mero instrumento totalmente subserviente à este, muito embora tal governo, como colocamos, se utilizasse desta e da progressiva liberalização da imprensa para controlar e conduzir esta abertura política conforme os seus desígnios.

Finalizado este capítulo, naquele que se segue faremos algumas considerações sobre a metodologia utilizada nesta pesquisa, a análise de discurso, tendo por base aquilo que é discutido acerca desta por Orlandi (2015) e Pinto (2006). Feito isto, serão apontadas algumas observações a respeito do uso dos jornais enquanto fonte e objeto de pesquisa, tendo em vista aquelas colocadas por Cordeiro (2004), Luca (2005) e Leite (2015), as quais nos permitiram operacionalizar uma análise mais informada e apurada sobre os discursos neles presentes.

3 A ANÁLISE DE DISCURSO E OS JORNAIS ENQUANTO FONTE E OBJETO DE PESQUISA

Como dito na introdução deste trabalho, em tal capítulo se farão algumas considerações sobre a metodologia nele empregada, a análise de discurso, com base no que é discutido acerca desta por Orlandi (2015) e Pinto (2006). Não se pretende aqui apresentar todos os fundamentos, noções, conceitos, princípios e procedimentos para a realização da análise de discurso expostas por estas duas autoras, mas sim discorrer sobre os aspectos mais fundamentais desta metodologia para o que foi desenvolvido neste trabalho. Assim, não se fará nesta seção uma apresentação detalhada e exaustiva acerca da análise de discurso, mas tão somente uma breve exposição de seus pontos centrais para esta pesquisa. Feito isto, apontaremos algumas observações a respeito do uso dos jornais enquanto fonte e objeto de pesquisa, tendo em vista sobretudo aquelas assinaladas por Cordeiro (2004), Luca (2005) e Leite (2015), as quais nos permitiram operacionalizar uma análise mais informada e apurada sobre os discursos neles presentes.

A análise de discurso, como seu nome próprio indica, se propõe a investigar o discurso que se faz presente na linguagem e nas diversas manifestações humanas que se dão através desta, como as falas, os textos e as imagens. Portanto, para tal metodologia o objeto de estudo não são a linguagem, as imagens ou os escritos tomados em si mesmos, mas sim as práticas discursivas que se constroem em tais veículos de sua expressão. Assim, para a análise de discurso a linguagem e suas manifestações são meios através dos quais se pode examinar o discurso que se elabora por intermédio destes. Desta forma, como menciona Orlandi,

[...] a análise de discurso não está interessada no texto em si como objeto final de sua explicação, mas [o vê] como uma unidade que lhe permite ter acesso ao discurso. [...] Na análise de discurso não se toma o texto como ponto de partida absoluto [...] nem de chegada. Um texto é só uma peça uma peça de linguagem de um processo discursivo bem mais abrangente. Assim, não é sobre o texto que falará o analista, mas sobre o discurso. Uma vez atingido o processo discursivo [...], o texto ou textos [...] analisados desaparecem como referências específicas para dar lugar à compreensão de todo um processo discursivo do qual eles são parte. [...] Os textos, enquanto objetos que se constituem em materiais da Análise de Discurso, são provisórios. Feita a análise, o analista prescinde dos textos. [...] Os textos deixam de ser seus objetos (ORLANDI, 2015, p. 70-71).

Acerca do discurso, Pinto (2006, p. 80-82) afirma que este é a tentativa bem-sucedida de construção e fixação de sentidos a partir dos quais se formularão verdades que, por sua vez, ganharão significação e realidade através destes sentidos expressos por meio do discurso. Para esta autora, todos os discursos, sentidos e verdades são intrinsecamente provisórios e arbitrários,

devendo ser entendidos como construções que não existem em si. Portanto, elas devem ser analisadas sob uma postura não-essencialista, a qual nega a existência de significações ou realidades anteriores a estes elementos da linguagem.

Tomando o discurso como uma prática a qual se dá através da colocação de palavras em movimento, Orlandi (2015) assevera que

[...] a Análise de Discurso não trabalha com a linguagem enquanto um sistema abstrato, mas com a linguagem no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos seja enquanto membros de uma [...] sociedade (p. 13-14).

Assim, na análise de discurso se compreende a linguagem enquanto sendo a forma de expressão dos discursos, os quais por sua vez produzem sentidos e significados. Assim, se analisa com tal metodologia os discursos e, através destes, o processo simbólico por eles promovido de significação do homem e sua realidade. Portanto, com a análise de discurso, situada na confluência entre as Ciências Sociais e a Linguística, se visa investigar os sentidos e significados que se fazem presentes e constituem o discurso que se dá através da linguagem: em consequência disto, não se pensa nesta última enquanto sendo fechada em si mesma, como faz a Linguística, mas se concebe a linguagem como sendo a manifestação e materialização do discurso, que por sua vez é a manifestação e materialização de sentidos e significados, promovendo complexos processos de significação.

Assim, a análise de discurso propõe relacionar a linguagem à sua exterioridade e tomar a sua enunciação enquanto sendo inserida em uma sociedade particular, levando assim em consideração “[...] os processos e as condições de produção da linguagem, a relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer” (ORLANDI, 2015, p. 14). Para tanto, o pesquisador que emprega tal metodologia deve sempre levar em conta o interdiscurso, o qual é concebido por Orlandi (2015, p. 29) como sendo o conjunto dos discursos que já se enunciaram anteriormente àquele que se está investigando, em outros locais e independentemente deste, os quais todavia se constituem em bases indispensáveis à este, as quais permitem a existência e inteligibilidade deste em um dado contexto; em outros termos, o interdiscurso diz respeito aos discursos que são os suportes àquele que se está analisando, os quais são continuamente referidos neste de forma direta ou indireta.

Ademais, novamente em contraposição ao que faz a Linguística, a análise de discurso considera que a linguagem não é transparente: pelo contrário, esta é encarada por tal metodologia como sendo profundamente opaca, escondendo no que é dito através desta muitos dos sentidos e significados que são por ela expressos, os quais são manipulados, interpretados,

incorporados e compartilhados através da linguagem. Com isto em vista, Orlandi (2015, p. 23) afirma que a análise de discurso deve necessariamente investigar não apenas o que se faz presente de modo explícito no material que será por ela averiguado, mas deve ir além dele, analisando também o que é por ele ocultado, para efetivamente se promover uma investigação quanto aos sentidos e significados expressos pela linguagem. Em outros termos, dada a não-transparência da linguagem, caso nos retenhamos apenas à aparência e superfície mais visível desta não poderemos efetivamente refletir acerca dos discursos que nela se manifestam e sobre as significações destes, e teremos desta forma uma apreensão bastante ingênua e superficial de tais discursos e significações. Para evitar isto, Orlandi (2015) assinala em vários momentos de seu livro que devemos ter sempre em mente que a transparência da linguagem não passa de uma ilusão e que, como pesquisadores, temos a tarefa de buscar as significações implícitas e subjacentes à linguagem e suas manifestações, percebendo aquelas que são trazidos à baila por esta, mesmo que de forma velada e ambígua.

Como menciona Orlandi (2015),

os dizeres não são [...] apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali, mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. Desse modo, as margens do dizer, do texto, também fazem parte dele (p. 28).

Assim, é necessário que tenhamos permanentemente em vista que as significações do discurso não se apresentam apenas através das palavras que foram explicitamente enunciadas nele, mas também se manifestam por meio daquelas que não foram ditas, por esquecimento ou silenciamento, e por aquelas que foram ditas anteriormente, bem como pela relação das palavras que foram pronunciadas – ou não – com o mundo que as cerca e com as condições em que elas foram ditas, aspectos os quais são exteriores e vão muito além das intenções dos sujeitos que as proferem. Desta forma, Orlandi assinala que a análise de discurso deve considerar o que foi dito em um discurso em relação ao que é dito em outro, bem como analisar o que é dito de um modo em comparação ao que é dito de outro e relacionar o que foi dito em um lugar com o que foi dito em outro (2015, p. 32). Por sua vez, Pinto (1989, p. 64) afirma a necessidade de se observar quais são os sujeitos presentes no discurso e se este é expresso na voz ativa ou passiva – ou seja, se seu enunciador diz diretamente o que pretende ou se ele emprega outros enunciadores para dizer o que deseja. Além do mais, conforme nos indica Orlandi (2015, p. 32), a análise de discurso deve colocar as palavras ditas em relação às não ditas, procurando escutar

as que não são ditas naquelas que foram ditas e o que foi dito naquelas que não foram ditas, tendo sempre em mente que muitas vezes o que não foi enunciado abertamente constitui parcela tão ou mais essencial do sentido do discurso do que as palavras que foram neste declaradas.

Para tanto, objetivando compreender como o discurso produz e difunde as significações nele expressas, a metodologia da análise de discurso “[...] produz um conhecimento a partir do próprio texto porque o vê como tendo uma materialidade simbólica própria e significativa [...]: ela o concebe em sua discursividade” (ORLANDI, 2015, p. 16). Condizente com o fato que a análise de discurso “[...] não trabalha com os textos apenas como sendo uma ilustração [...] de algo que já sabido [...] e que o texto exemplifica” (ORLANDI, 2015, p. 16), eles são tomados por tal metodologia como sendo as suas unidades fundamentais de análise, o que não quer dizer que aspectos a ele externos sejam desconsiderados, como já mencionado acerca das condições sociais em que estes são produzidos e o interdiscurso que os subjaz. Além disto, os textos são tomados pela análise de discurso como sendo um todo unificado, o qual possui uma natureza específica que é distinta da soma das partes (as frases e parágrafos) nele presentes. Em outros termos, tal metodologia pensa os textos como sendo estruturados e empreendidos a partir de partes à ele indissociavelmente vinculadas, não o vendo como sendo construído a partir da união de unidades autônomas que o constituem, como frases e parágrafos.

Apesar da centralidade dos textos para a análise de discurso, deve-se ter em mente que esta metodologia, como foi acima assinalado, não pensa a linguagem e os textos como sendo seus objetos de análise, mas sim os concebe enquanto unidades que lhe permitem ter acesso ao discurso, o qual é produtor e difusor dos sentidos e significações por ele expressos, bem como confere maior materialidade a estas, as quais se constituem em seu efetivo objeto de análise. Ademais, é importante que também sempre tenhamos em consideração que tal metodologia se preocupa não tanto com a significação dos textos e dos discursos em si, mas sobretudo com os modos e as dinâmicas pelas quais estes, influenciados pelas condições de sua produção e o interdiscurso, atuam como produtores e difusores de significações que, apesar de abstratas, produzem efeitos concretos sobre a realidade e as ações humanas⁷.

⁷ Como um exemplo disto, Pinto (2006, p. 83) pontua que o fato de sabermos, através do discurso científico, que os terremotos são uma manifestação da acomodação das placas tectônicas, processo sobre o qual nós não possuímos nenhum controle, faz com que se tomem determinadas medidas para diminuir os seus impactos negativos – como a construção de casas mais seguras contra terremotos e o treinamento para que as pessoas saibam como reagir quando eles estiverem ocorrendo – e não outras – por exemplo, a realização de sacrifícios e oferendas visando aplacar a fúria dos deuses, a qual seria a causa desses eventos.

Mesmo sem adentrarmos profundamente nas densas e relevantes conceituações de algumas noções fundamentais para a análise de discurso – as quais já foram acima referidas, ainda que de forma bastante rápida – e nem nos determos nas relações entre estas, como as que se dão entre sujeitos e sentidos, verdade e realidade, linguagem e história ou entre simbólico e imaginário, estabelecemos até o presente momento, por meio das considerações acima realizadas, os principais fundamentos que regem a análise de discurso. Apesar de muito mais merecer ser dito a respeito desta metodologia, começarei a finalizar por aqui minha exposição das principais considerações acerca da análise de discurso tendo em vista não me estender em demasiado nesta seção de meu trabalho.

Antes de partirmos às observações sobre o uso dos jornais como fonte e objeto de pesquisa, contudo, é necessário que assinalemos alguns pontos acerca dos dois dispositivos de interpretação por meio dos quais tal metodologia deve ser desenvolvida. Orlandi (2015, p. 24) indica que o emprego da análise de discurso nas pesquisas acadêmicas tem de se dar a partir da aplicação conjunta de um dispositivo teórico-metodológico e de um dispositivo analítico. Acerca do primeiro destes artefatos, o qual é utilizado em todas as análises de discurso, dado que se sustenta nos princípios gerais desta, este é o responsável por possibilitar ao pesquisador que promova a interpretação e a compreensão de como se dão os complexos processos de significação pelo qual os discursos produzem e exprimem sentidos.

Tal dispositivo teórico-metodológico não chega a ser delineado de forma nítida por Orlandi (2015), apesar desta autora expressar possuir tal intenção. A despeito deste fato, tal dispositivo pode ser montado e alinhavado a partir das considerações que ela coloca acerca deste em tal livro. Neste mesmo sentido temos o artigo de Pinto (2006), o qual traça as linhas gerais deste instrumento mas não chega ao ponto de estabelecer este de forma detalhada, o que se dá pelo propósito introdutório do referido artigo, o qual se propõe a pontuar os principais elementos e noções concernentes à análise de discurso. Quem nos auxilia mais diretamente na construção deste dispositivo teórico-metodológico é o livro desta última autora que aborda os discursos televisivos realizados pelo presidente José Sarney na esteira do Plano Cruzado⁸: este livro, além de se constituir em um arrojado e elogiável exemplo de emprego de tal dispositivo na análise de discurso, procura delinear claramente este para ser empregado por outros pesquisadores que se debruçam sobre o discurso. Por questões que dizem respeito ao espaço

⁸ PINTO, Céli Regina Jardim. **Com a palavra o senhor presidente José Sarney**: o discurso do Plano Cruzado. São Paulo: Hucitec, 1989. 193p.

que isto demandaria e pelo fato que os princípios mais centrais deste dispositivo poderem ser depreendidos do que foi acima exposto, dado que este é fruto do que foi apresentado anteriormente nesta seção, também não realizarei um delineamento explícito deste dispositivo em tal trabalho, deixando os textos anteriormente mencionados como indicações para aprofundamento neste sentido.

Já discutimos acerca de um dispositivo através do qual a análise de discurso é desenvolvida, faltando agora abordarmos o segundo destes, o qual é denominado por Orlandi (2015, p. 25) como “dispositivo analítico”. Diferentemente do artefato teórico-metodológico, o qual estabelece os procedimentos, técnicas e instrumentos gerais para a realização de qualquer análise de discurso, o dispositivo analítico é construído pelo pesquisador para dar conta das especificidades da análise de discurso que este se propõe a realizar em sua pesquisa. Acerca deste dispositivo individualizado, o qual é formulado pelo próprio pesquisador para a análise que pretende desenvolver, Orlandi (2015) assinala que este deve seguir os ditames mais gerais do artefato teórico-metodológico e tem de ser construído tendo em vista as questões, finalidades e objetivos da pesquisa, bem como a natureza do material a ser investigado nesta, o qual é denominado por Pinto (2006, p. 95) como “corpo discursivo”. Assim, para Orlandi (2015), “cada material de análise exige que seu analista, de acordo com a questão que formula, mobilize conceitos que outro analista não mobilizaria face a suas (outras) questões” (ORLANDI, 2015, p. 25), o que faz com que cada análise de discurso seja inerentemente única e singular.

Assim, o dispositivo analítico que foi elaborado para esta pesquisa em particular tem em vista as perguntas por ela colocadas – as quais dizem respeito à atuação e o papel desempenhado pela grande imprensa brasileira na transição democrática –, bem como a natureza específica do material a ser nela analisado, três periódicos brasileiros de grande circulação. Desta forma, para explicitar as principais considerações que nos guiaram na construção desse dispositivo analítico, dado que já foi discutido anteriormente os aspectos relativos às questões e finalidades desta pesquisa, exporemos a partir de agora algumas observações acerca do uso dos jornais enquanto fonte e objeto de pesquisa.

Ambos provindos do campo da História, Luca (2005) e Leite (2015) argumentam que os jornais não eram vistos como possíveis fontes de pesquisa por esta disciplina até os anos 1970: assim, enquanto se estudava a história *dos* jornais, tomando-os como objetos, não se utilizavam estes como fontes, estudando a história *por meio dos* jornais. Isto se devia às tradições historiográficas vigentes no século XIX e início do século XX, as quais estavam associadas a um ideal de busca da verdade na qual estes documentos não se encaixavam e,

portanto, eles não se constituiriam assim como fontes legítimas para o estudo da história naquele momento. Porém, a partir dos anos 1930, com o surgimento da Escola dos Annales, tais tradições historiográficas foram lentamente sendo erodidas e, sobre suas ruínas, começaram a emergir novas concepções acerca da História, as quais iam além desta visão tradicional de busca da verdade. Uma das mais importantes destas novas concepções acerca da História é a terceira geração da Escola dos Annales, a chamada “Nova História”: surgida no final dos anos 1960, ela propõe “novos objetos, problemas e abordagens” (LUCA, 2005, p. 112) para esta disciplina, o que possibilitou que os jornais pudessem ser agora considerados como fontes de pesquisa histórica e não mais apenas como objetos destas pesquisas. Em outros termos,

O reconhecimento da importância da imprensa pelos historiadores enquanto fonte e objeto de pesquisa tem como marco a década de 1970, período em que emergiram novas tendências historiográficas que revolucionaram a historiografia [e promoveram] a incorporação de novos problemas, objetos e abordagens, redimensionando o olhar da História para o campo social, cultural e do cotidiano (LEITE, 2015, p. 6)

Esta mudança de perspectiva acerca do uso dos jornais nas pesquisas acadêmicas não ficou restrita ao âmbito da História, mas também se fez presente em diversos outros campos disciplinares tais como o das Ciências Sociais. Se o percurso de tal mudança de perspectiva dentro das Ciências Sociais não foi exatamente idêntico ao trilhado pela História, é inegável que há diversos pontos de confluência e interconexão entre estes percursos; além disto, deve-se observar que os pontos de partida e chegada são bastante similares, ao menos em seus aspectos mais gerais: se os jornais eram no passado apenas objetos de análise, agora eles são tomados primordialmente como fontes, tendo importância central em muitas pesquisas tanto na História quanto nas Ciências Sociais. Assim, podem ser estabelecidos produtivos diálogos entre estas disciplinas acerca do uso dos jornais como fonte e objeto de pesquisas.

Leite (2015, p. 5) assinala que “[...] os estudos relativos à imprensa têm se disseminado cada vez mais na produção do conhecimento [...]” dentro de diversos campos disciplinares tais como a História e as Ciências Sociais. Todavia, como este mesmo autor pontua, enquanto a discussões teóricas acerca dos jornais como fontes de pesquisa progrediram profundamente, permitindo que interpretemos a história, a sociedade e a política por meio dos jornais, pouco se tem avançado nos debates metodológicos acerca do uso dos jornais como fontes de pesquisa (LEITE, 2015, p. 12). Assim, não foi elaborado até o presente momento um consistente repertório de procedimentos metodológicos que guie as análises que tomam os jornais como fontes de pesquisa. Compartilhando de tais constatações, Luca (2005) se junta à Leite (2015)

para fazer algumas observações de caráter metodológico que orientem os analistas que se utilizem de periódicos como fontes de pesquisa.

Porém, antes de discorrermos sobre estas observações julgo ser necessário apresentar duas considerações que estão subsumidas nos fundamentos destas. Tais considerações, apesar de parecerem óbvios pressupostos analíticos para os pesquisadores que tomam os jornais como suas fontes de pesquisa, muitas não são efetivamente seguidas por estes. Como primeira destas considerações, Cordeiro (2004, p. 17) assinala que os periódicos devem sempre ser analisados criticamente, ou seja, o pesquisador nunca deve apreendê-los de forma ingênua ou toma-los como naturais. Conforme esta autora argumenta, se a necessidade de uma postura crítica pode parecer um truísmo a qualquer pesquisa científica, o fato é muitos pesquisadores que tem nos jornais suas fontes acabam por naturalizar estes, bem como o que é neles tratado, dada a sua tentação “[...] a crer que aquilo que já foi lido já disse tudo, fazendo com que este proceda ao mero folhear, achando que aquelas páginas e aqueles textos não dirão nada de novo” (CORDEIRO, 2004, p. 18). Um segundo ponto por ela colocado é que a imprensa deve ser entendida pelo pesquisador de uma forma não reducionista, ou seja, ele deve compreender “[...] todas as complexas redes sociais, políticas e econômicas nas quais ela se insere, pensando nela como sendo um ator que ao mesmo tempo em que é subordinado por estas têm relativa autonomia para as transcender [...]” (CORDEIRO, 2005, p. 20). Assim, o analista que se debruça sobre jornais deve relacionar estes aos seus contextos históricos e aos indivíduos que o constituem enquanto produtores e leitores, pensando em como estes ao mesmo tempo condicionam seu posicionamento e lhes permitem uma atuação singular.

Leite (2015) faz colocações em sentido bastante similar: para ele, o pesquisador

[...] deve em um primeiro momento estabelecer uma postura crítica frente ao documento jornalístico. Reconhecer seus limites, problemas e historicidade, pensando o jornal como um produto resultado de conflitos e interesses no interior de uma sociedade, manipulado e produzido dentro de forças conflitantes, sujeito a interferências internas e externas, regulado por leis e regras de conduta, produzido por um grupo de pessoas para um estabelecido público, em uma situação específica, em um determinado lugar e época, separados ou conectados ao movimento geral, o que o faz de cada órgão de imprensa ter características e peculiaridades próprias. Estas considerações implicam em dizer que um jornal não corresponde e não divulga toda a realidade do meio ao qual se insere pois ele seleciona, se posiciona, omite, inverte, reverte, manipula, destaca e oculta os fatos e posições conforme seus interesses, muitas vezes se expressando como porta-voz de toda uma sociedade quando na realidade está veiculando os anseios de um grupo minoritário (LEITE, 2015, p. 13).

Assim, o pesquisador deve assimilar que

O jornal não é um transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos e tampouco uma fonte desprezível porque permeada pela subjetividade: [este] constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. Partindo desse pressuposto,

o pesquisador procura estudá-lo como agente da história e captar o movimento vivo das ideias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais. A categoria abstrata da imprensa se desmistifica quando se faz emergir a figura de seus produtores como sujeitos dotados de consciência determinada na prática social (CAPELATO, 1988, p. 21 *apud* LEITE, 2015, p. 7).

Dito isto, podemos agora melhor delinear algumas observações de caráter metodológico que nos permitem investigar os jornais tomando-os enquanto fontes de pesquisa. Para Leite (2015, p. 13-14), a análise destes deve ser realizada a partir de duas etapas principais: primeiramente se daria a identificação destes periódicos e, posteriormente, se promoveria a análise de seus projetos gráfico e editorial.

A primeira etapa constituiria em reunir o maior número possível de informações externas ao corpo do jornal com vistas a permitir uma melhor compreensão deste em um momento posterior. Assim, se deveriam identificar alguns elementos básicos do periódico que são externos à sua materialidade tais como o seu histórico, os segmentos sociais ao qual ele é destinado – analisando-se por exemplo, se é um jornal de grande circulação e que procura atingir todos os públicos ou se é um jornal destinado a um nicho específico de leitores, cabendo identificar qual seria este – sua inserção no cenário da imprensa e as relações que manteve com o mercado jornalístico no qual se insere e com outros interesses políticos e econômicos.

Feito isto se poderia partir para a segunda etapa, a análise dos projetos gráfico e editorial do periódico em questão:

[...] já com as informações básicas do periódico, o pesquisador pode iniciar sua análise pelos projetos gráfico e editorial, pelas formas de organização e distribuição das matérias, cadernos, notícias, colunas e seções, e seguindo para a identificação dos proprietários e redatores [...] (LEITE, 2015, p. 14)

Assim, como nos diz Luca (2005, p. 132), neste segundo momento de análise se deve inicialmente “[...] estar alerta para os aspectos que envolvem a materialidade dos impressos [...]”, tais como o *layout* e estruturação do jornal, assim como a disposição interna do conteúdo deste em segmentos dedicados à temáticas específicas, identificando quais seriam estes e a extensão a cada um deles dedicados no jornal sob análise. Atenta-se aqui, portanto, para o corpo do jornal, o qual estabelece o enquadramento dentro do qual o conteúdo é nele veiculado. Neste sentido, Luca (2005, p. 140) coloca que o pesquisador que se utiliza dos jornais como fonte de pesquisa deve se atentar para o destaque conferido às temáticas que ele pretende abordar, assim como para o local em que se deu sua publicação no corpo do jornal, dado que

É muito diverso o peso do que figura na [...] principal manchete de um grande matutino e o que fica relegado às páginas internas. Estas, por sua vez, também são atravessadas por hierarquias: trata-se, por exemplo, da seção ‘política nacional’ ou da ‘policia’? [...] O assunto retorna à baila ou foi abandonado logo no dia seguinte? Em

síntese, os discursos adquirem significados de muitas formas [...]. (LUCA, 2005, p. 140).

Todavia, nesta segunda etapa não devemos nos reter exclusivamente ao corpo do jornal; pelo contrário, devemos também ir além deste, observando aspectos que não estejam nele presentes de forma imediata mas que ainda assim informam este, se fazendo presentes no corpo do jornal de forma indireta. Neste sentido, o pesquisador deve identificar os responsáveis pela linha editorial do jornal que está sendo analisado, tais como seus diretores, assim como aqueles indivíduos que promovem mais diretamente a construção e elaboração dos jornais, tais como os jornalistas. Identificados estes, devem ser delineados seus posicionamentos quanto às questões que se pretende investigar, abordando como elas são tratadas pelos diretores e jornalistas. Assim, se “[...] a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o leitor” (LUCA, 2005, p. 139), o pesquisador deve compreender quem são os responsáveis por isto, dado que será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a um acontecimento que foi tornado, através dos jornais, notícia e discussão.

Muitas outras observações acerca do uso dos jornais enquanto fonte e objeto de pesquisa poderiam ser destacadas nesta seção. Todavia, considerando que as mais fundamentais destas já foram abordadas aqui e buscando evitar o desnecessário alongamento deste segmento de nosso trabalho passaremos a próxima seção deste, na qual se caracterizarão os três jornais analisados nesta pesquisa e se abordarão os constrangimentos sofridos por seus jornalistas na Argentina durante a Guerra das Malvinas.

4 A GUERRA DAS MALVINAS PELOS JORNAIS BRASILEIROS: OS JORNALISTAS E A TRANSIÇÃO

Neste capítulo trataremos da cobertura da Guerra das Malvinas realizada pelos jornais brasileiros *O Globo*, *O Estado de São Paulo* e *Zero Hora*. Como mencionamos anteriormente, isto será realizado tendo em vista não apenas apreciar o modo como tais periódicos repercutiram e retrataram este embate militar, mas sim analisar como este conflito foi utilizado por estes três jornais para se fazerem diversas discussões e análises acerca da ditadura brasileira e sua transição rumo à democracia. Para tanto, a primeira seção deste capítulo caracterizará os três jornais analisados nesta pesquisa e falará sobre seus jornalistas que, a partir da Argentina, realizaram a cobertura da Guerra das Malvinas, retratando alguns dos constrangimentos e intimidações por eles sofridos em sua atividade jornalística. Já na segunda seção, a partir do que foi discutido na primeira, se analisará como estes jornais se utilizaram da Guerra das Malvinas, e sobretudo de tais constrangimentos e intimidações a seus jornalistas na sua cobertura deste conflito, para se realizarem análises sobre a transição democrática brasileira.

4.1 SOBRE OS JORNAIS ANALISADOS E SEUS JORNALISTAS NA ARGENTINA

Neste segmento de nosso trabalho abordaremos algumas características relativas aos três jornais analisados nesta pesquisa, *O Globo*, *O Estado de São Paulo* e *Zero Hora*. Estes periódicos serão caracterizados nesta seção sobretudo no que diz respeito à sua história e atributos jornalísticos no ano de 1982, bem como quanto aos seus jornalistas presentes na Argentina durante a Guerra das Malvinas e os constrangimentos e intimidações por eles sofridos neste país durante a cobertura deste conflito. Portanto, trataremos nesta seção de aspectos que fundamentarão o que será discutido mais adiante em tal trabalho; neste sentido, embora falemos brevemente aqui sobre a atuação destes periódicos no contexto da transição democrática brasileira e sobre a cobertura por eles realizada de tal embate militar anglo-argentino, tais aspectos serão abordados mais detalhadamente no prosseguimento deste trabalho. Tendo em vista facilitar tal caracterização destes três jornais, cada um deles será aqui examinado em uma subseção específica.

4.1.1 *O Globo*

O jornal carioca *O Globo* foi fundado por Irineu Marinho em 29 de julho de 1925. Seu proprietário e idealizador falece menos de um mês após tal publicação começar a circular pelo Rio de Janeiro, sendo esta dirigida após 1931 por um dos filhos de Irineu, Roberto Marinho, o qual permanecerá na direção deste jornal até seu falecimento no ano de 2003. Perpassando diversos momentos da história política brasileira, durante os quais sempre exprimia sua avaliação acerca dos rumos tomados por esta, *O Globo* promoveu uma ferrenha oposição ao governo de João Goulart e posicionou-se favoravelmente à sua deposição por meio de um golpe civil-militar, colaborando ativamente para a realização deste (GLOBO, O., 2019).

As medidas adotadas por Castelo Branco, primeiro presidente da ditadura civil-militar que teve início após tal golpe, contaram com o apoio total de *O Globo*, o qual não se manifestou contrariamente ou indicou qualquer restrição de sua parte às diversas arbitrariedades que vinham sendo cometidas pelo regime ditatorial, tais como as cassações de mandatos parlamentares e as prisões de opositores (GLOBO, O., 2019). Durante a presidência de Costa e Silva o jornal seguia oferecendo seu apoio às principais teses defendidas pelo regime civil-militar iniciado em 1964, muito embora começasse a mostrar algumas reservas frente a este (GLOBO, O., 2019). Já na presidência de Médici a adesão de *O Globo* ao governo foi irrestrita, o que inclusive fez com que tal jornal deixasse de lado a sua tradicional posição a favor de políticas econômicas liberais e da participação do capital estrangeiro no desenvolvimento econômico nacional para defender abertamente as políticas econômicas intervencionistas e nacionalistas praticadas pelo governo Médici.

Se voltarmos brevemente nosso olhar aos jornais cariocas durante as décadas de 60 e 70 podemos observar que, concomitantemente às diversas movimentações políticas destes anos, eles estão passando por um intenso processo de concentração empresarial. Com muitos importantes periódicos deixando de circular e grande parte do público destes rumando para *O Globo*, este jornal começa então a ganhar um maior espaço dentro do mercado jornalístico carioca, para o que colaborou também o fato deste ser parte do Grupo Globo, o qual promovia a divulgação ativa deste periódico através de suas emissoras de rádio e televisão (BARBOSA, 2007, p. 209). Todavia, o crescimento da participação d'*O Globo* dentro do mercado jornalístico carioca não se explica apenas pelo declínio de alguns de seus concorrentes e pela vinculação deste ao maior conglomerado midiático brasileiro. Nesse sentido, é impossível compreender completamente como *O Globo* se tornou um dos principais jornais cariocas sem fazer

referências à sua modernização tecnológica e administrativa a partir dos anos 1960, a qual foi promovida a partir da implantação de uma série de inovações editoriais e gerenciais (BARBOSA, 2007, p. 209-210). Conjuntamente aos demais fatores acima enunciados, esta modernização tecnológica e administrativa foi fundamental para que *O Globo* alcançasse a liderança do mercado carioca de jornais diários em meados da década de 1970. Em 1982, ano do conflito pelas Malvinas, este periódico estava ainda mais consolidado em tal posição de liderança: conforme cita Dassin (1984, p. 411), a tiragem média de *O Globo* neste ano era de 305 mil jornais aos domingos e 250 mil nos outros dias da semana, bem à frente de seus concorrentes mais próximos.

Além de ter ascendido ao posto de principal jornal carioca, *O Globo* a partir de então passou a ter uma circulação a nível nacional e, até como fruto disto, passou a realizar sua cobertura jornalística focada não tanto na sua localidade mas sim nos cenários nacional e internacional. Ao se tornar o mais relevante jornal do Rio de Janeiro, por sua vez uma das cidades das mais importantes do Brasil, e um dos periódicos de maior projeção em âmbito nacional, *O Globo* passou a dar ainda maior ênfase nas suas páginas ao noticiário nacional e internacional, noticiando e discutindo acontecimentos que tinham relevância nestes níveis.

A respeito da atuação de *O Globo* no processo de abertura política desenvolvido no Brasil a partir de 1974, o verbete de tal jornal no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro apresenta um delineamento geral acerca desta. Conforme é mencionado neste,

O projeto de distensão “lenta, gradual e segura” apresentado pela facção liberal do regime militar foi tratado nas páginas de *O Globo* como um processo contínuo de transição para a democracia. Momentos conturbados como o Pacote de Abril, que redundou no fechamento do Congresso em abril de 1977 para a aprovação de um conjunto de leis com o intuito de fortalecer o partido governista, foram vistos pelo jornal como momentos de intransigência por parte da oposição [...]. Em 1979, quando foi aprovada a lei da anistia [...], *O Globo* elogiou o encaminhamento dado à questão e procurou encontrar na atitude do presidente João Figueiredo um sentido de conciliação e compromisso com os princípios de liberalização do regime. A escalada de atos terroristas promovidos por grupos militares de direita, iniciada logo após a aprovação da anistia, recebeu imediata desaprovação do jornal. Todos os principais atentados a bomba foram listados [...] como parte da cobertura do caso Riocentro. [...] A reportagem de *O Globo* [sobre o atentado do Riocentro] divulgou a explosão de uma segunda bomba, meia hora depois, na casa de força, contrariando a versão oficial de que os militares seriam vítimas, e não autores (GLOBO, O., 2019, grifos do texto).

Sobre a cobertura que *O Globo* realizou das Diretas Já, mobilizações populares ocorridas nos anos de 1983 e 1984 que reivindicavam eleições diretas para presidente já para o pleito a ser realizado em 1985, este verbete assinala que

O Globo não apoiou a campanha nacional a favor da emenda [Dante de Oliveira, a qual propunha a imediata eleição direta para presidente] iniciada no fim de 1983. [...]

[Além disto,] quando o governo do presidente João Figueiredo decidiu encaminhar uma proposta que mantinha o Colégio Eleitoral e definia as bases das eleições diretas, adiadas para o próximo pleito, *O Globo* enfatizou: ‘O reconhecimento pelo governo de uma vontade nacional de mudança, na direção única da abertura política, confere ao projeto de reforma constitucional do presidente Figueiredo uma índole democrática que nenhuma imperfeição ou omissão tópica da emenda pode desmerecer’. As medidas de exceção impostas em Brasília para evitar concentrações públicas de apoio às Diretas também receberam aprovação do jornal, sendo consideradas perfeitamente de acordo com a ordem constitucional vigente. [Por fim,] na data da votação da emenda Dante de Oliveira, *O Globo* conclamou o Congresso a votar afastado do apelo das ruas, cumprindo seu papel específico e, após a derrota da emenda, em 25 de abril de 1984, o jornal passou a defender ainda mais enfaticamente a proposta do presidente Figueiredo, entendendo-a como a única possibilidade de negociação entre o governo e a oposição (GLOBO, O., 2019, grifos do texto).

Ainda neste verbete se faz presente um trecho de editorial publicado no jornal *O Globo* do dia 07 de outubro de 1984 no qual fica nítida a conformidade de seu autor, Roberto Marinho (e também seu jornal), à distensão “lenta, gradual e segura” levada a cabo por Geisel e Figueiredo: para o proprietário de *O Globo*,

Não há memória de que haja ocorrido aqui, ou em qualquer país, que um regime de força [...] se tenha utilizado de seu próprio arbítrio para se autolimitar, extinguindo os poderes de exceção, anistiando os adversários, ensejando novos quadros partidários, em plena liberdade de imprensa. É esse o maior feito da Revolução de 64 (GLOBO, O., 2019).

Portanto, durante a Guerra das Malvinas o jornal *O Globo* liderava o mercado jornalístico carioca e tinha uma projeção a nível nacional, bem como assumia uma postura bastante ajustada com a do governo brasileiro de então no que diz respeito à transição democrática que este promovia. Para ambos, governo e *O Globo*, esta deveria “se dar de forma pactuada e ser controlada pelos homens que estão no governo”, o que garantiria sua “moderação, tranquilidade e sabedoria política”⁹. Desta forma, pode-se afirmar que *O Globo* empregou o seu reconhecimento como um jornal importante e respeitável (BARBOSA, 2007, p. 211) para atuar na arena política favoravelmente ao processo de distensão política “lenta, gradual e segura” que vinha então sendo desenvolvido no Brasil.

Quanto à cobertura do conflito pelas Malvinas nas páginas de *O Globo*, se pode observar que a disputa por estas ilhas foi amplamente repercutida em tal jornal, o qual tinha no conflito por estas o principal destaque de suas capas em quase todo o período analisado nesta pesquisa. Se a cobertura deste conflito foi relativamente pequena no mês de abril – ou seja, entre a ocupação argentina das ilhas e a chegada da frota britânica para retomá-las –, sendo normalmente reservado apenas uma ou duas páginas para abordar este, após a chegada da Marinha britânica às ilhas em disputa, que transformou o conflito em uma guerra, esta ganhou

⁹ “Para não nos tornarmos uma Argentina”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 20 jun. 1982, p. 5.

um grande espaço dentro do jornal. Assim, a seção “O Mundo”, na qual se tratavam de temáticas internacionais, foi expandida e passou a tratar quase que totalmente da guerra anglo-argentina e suas repercussões internacionais, temática a qual chegou a ocupar sete ou oito páginas desta seção nos momentos mais agudos de tal embate militar, o que é um número bem grande se pensarmos que naquele momento *O Globo* possuía em média 30 páginas.

Além disto, com a transformação do conflito em uma guerra aberta esta passou a ocupar cada vez mais espaço também dentre as outras seções do jornal. Por exemplo, na seção intitulada “Economia” se noticiavam os impactos desta guerra na economia brasileira e mundial, bem como se analisavam de que formas o Brasil poderia auxiliar a Argentina a contornar o embargo a ela imposto pelas nações aliadas aos britânicos; da mesma forma, na seção “Navegação” se tratavam dos impactos do conflito para a navegação mercante no Atlântico Sul; enquanto que na “País” se descrevia e debatia a atuação diplomática brasileira frente à guerra – o que também era realizado na seção especializada nas temáticas internacionais, “O Mundo” – e as movimentações políticas internas à ela ligadas. Ademais, na seção intitulada “Cartas dos Leitores” se faziam presentes variadas discussões acerca da Guerra das Malvinas as quais foram enviadas pelos leitores de *O Globo*: tais discussões, se focando sobretudo nas implicações deste conflito para o Brasil e o sistema interamericano, partiam de diferentes visões e perspectivas e chegavam à conclusões bastante díspares sobre este conflito, se posicionando seus autores tanto favoravelmente aos britânicos quanto aos argentinos.

Acerca da posição frente à Guerra das Malvinas não dos leitores de *O Globo*, mas deste próprio jornal, é importante notarmos que este é o único dentre os três periódicos analisados nesta pesquisa que não publica editoriais. Isto não significa, por óbvio, que este jornal não tenha as suas próprias opiniões e análises acerca deste conflito ou ainda que este se abstenha de apresentar estas aos seus leitores. Pelo contrário, a ausência de editoriais aponta ainda mais fortemente para o fato que as opiniões e análises deste jornal acerca da Guerra das Malvinas se fazem presentes e estão imersas nas reportagens e nos textos ditos informativos sobre esta, os quais pretensamente apresentariam os fatos sem fazerem maiores considerações acerca destes. Tendo isto em mente, pôde-se observar na cobertura da Guerra das Malvinas *O Globo* adotou uma posição bastante afinada com a dos britânicos, o que será melhor delineado na seção seguinte deste trabalho.

A cobertura pelo *O Globo* do conflito anglo-argentino em torno das Malvinas foi feita quase que totalmente a partir do trabalho de profissionais vinculados diretamente a este jornal ou, de forma mais ampla, ao Grupo Globo no qual este periódico se filia. Assim, foi pouco

empregado o trabalho investigativo e fotográfico das agências internacionais de notícias que também estavam realizando a cobertura deste conflito, diferentemente do que ocorreu, por exemplo, com *Zero Hora*, como veremos adiante. Isto foi possibilitado pelo grande número de profissionais enviados pelo Grupo Globo à Argentina¹⁰, quarenta e seis, os quais se somaram e colaboraram com o então correspondente de *O Globo* neste país, Paulo Torre, quem ficou à frente da cobertura do conflito a partir da Argentina.

Dentre estes profissionais se situavam variados cinegrafistas e fotógrafos, bem como importantes repórteres tais como Paulo Alceu, Glória Maria, Wilson Fadul Filho, Roberto Lopes, Geraldo Canali, Francisco José, Rodolfo Gamberini e Hermano Henning. Hospedados em um conhecido e luxuoso hotel de Buenos Aires onde permaneceu toda a imprensa internacional que cobria o conflito anglo-argentino a partir deste último país, eles trataram de acompanhar o desenrolar deste e registrar as suas repercussões dentro da Argentina a partir não só das notícias e comunicados veiculados pelo governo e imprensa argentina, mas também a partir de informações por eles prospectadas em Buenos Aires e outras cidades argentinas para as quais se deslocaram.

Apesar de seus esforços neste sentido, a atividade jornalística destes profissionais sofreu sérias limitações dadas as ações adotadas pelo governo argentino com o intuito de restringir o trabalho dos jornalistas. Nesse sentido, além das notícias e comunicados recebidos do governo argentino acerca da guerra serem pouco críveis em variados momentos, os jornalistas tinham proibida sua presença no local do conflito. Assim, se como mencionou Roberto Lopes¹¹ “[...] os comunicados oficiais da ditadura eram os de que [...] estamos combatendo, estamos ganhando a guerra” enquanto isto não era verdadeiro, os jornalistas argentinos e estrangeiros não tinham grandes liberdades para prospectarem e apurarem fatos relativos ao desenrolar do conflito no local de sua ocorrência.

Além dos jornalistas serem amedrontados pelo próprio clima de guerra – por exemplo, Roberto Lopes cita o caso de um correspondente britânico que não queria sair à rua sozinho pois estava com medo de apanhar de cidadãos argentinos¹¹, enquanto Hermano Henning menciona que passou por momentos de tensão em Comodoro Rivadavia dado o iminente ataque

¹⁰ Exceto quando for feita expressa referência em contrário, tudo o que é a partir daqui mencionado tem como base o que foi exposto no especial feito pelo Grupo Globo acerca de sua cobertura da Guerra das Malvinas, o qual está disponível em <http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/coberturas/guerra-das-malvinas.htm>.

¹¹ VÍDEO 60 – GUERRA DAS MALVINAS: A COBERTURA DO BRASILEIRO ROBERTO LOPES. [17 set. 2017]. 1 vídeo (12 min). Publicado pelo canal ARTE DA GUERRA. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3DixGTIFIOU>. Acesso em: 15 jun. 2019.

britânico à esta cidade –, as intimidações aos jornalistas e os constrangimentos à estes e sua atividade profissional promovidas por agentes do governo argentino também colaboraram para tal sentimento de medo dentre os jornalistas que cobriam o conflito pelas Malvinas. Estas restrições à sua atividade e intimidações contra estes foram constantes e se fizeram presentes desde os primeiros momentos da guerra, com *O Globo* noticiando já no dia 03 de abril que alguns jornalistas britânicos haviam sido detidos sob suspeita de espionagem¹².

Embora os jornalistas de origem britânica fossem seguramente os mais suscetíveis às intimidações e constrangimentos à sua atividade jornalística dado que poderiam mais facilmente remeter ao inimigo britânico informações cruciais ao seu esforço de guerra, estas intimidações e constrangimentos atingiam também jornalistas de outros países, como por exemplo os brasileiros. Dentre os variados episódios de intimidações à jornalistas brasileiros e restrições à sua atividade profissional que se deram enquanto estes estavam na Argentina cobrindo o conflito com os britânicos pelas Malvinas delinearémos brevemente aqui, de forma cronológica, aqueles que foram sofridos pelos jornalistas do Grupo Globo.

O primeiro evento neste sentido foi o único que não se deu contra um jornalista em particular, mas sim contra a atividade jornalística de um modo geral: no mesmo dia 03 de abril em que *O Globo* divulgou a prisão de jornalistas britânicos, parte da reportagem a ser exibida no Jornal Nacional – principal telejornal da *TV Globo*, vinculada ao Grupo Globo – foi censurada dado seu conteúdo e, assim, não foi permitida sua transmissão à sede da *TV Globo*.

Poucos dias depois o repórter Paulo Alceu passou por uma situação relativamente similar à acima descrita. Este jornalista, entrevistando o ex-chanceler argentino Oscar Camilion, perguntou a este “[...] se a invasão das ilhas também tinha como objetivo desviar a atenção do povo argentino da crise econômica enfrentada pelo país naquele momento”, o que incomodou os censores, os quais procuraram dificultar a transmissão da entrevista ao Brasil.

Além destes eventos temos outros dois, os quais podem, diferentemente dos anteriores, ser caracterizados claramente como intimidações à jornalistas e não apenas como constrangimentos à atividade jornalística. O primeiro destes foi a prisão pelo Exército argentino de Hermano Henning e o cinegrafista que o acompanhava, os quais ficaram detidos durante três

¹² “Jornalistas britânicos são presos na Argentina”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 03 abr. 1982, p. 16.

dias¹³. Conforme depoimento por ele prestado em 2012 acerca de como se deu a cobertura da Guerra das Malvinas, ele caracteriza tal episódio da seguinte forma:

Eu, eu fui até Bahía Blanca, e em Bahía Blanca, tentando fazer uma passagem, não é, e nós estávamos filmando chegou um grupo de, de PEs, de, da polícia do Exército e nos prendeu. Foi uma experiência também única porque nós permanecemos presos uns três dias, eu, cinegrafista, não é¹³.

O segundo evento de clara intimidação a um jornalista do Grupo Globo ocorreu nos instantes finais do conflito pelas Malvinas e consistiu na expulsão do repórter Francisco José da Argentina sob a alegação de que ele estaria repassando informações que comprometeriam a segurança e o esforço de guerra argentino à jornalistas e autoridades britânicas.

4.1.2 *O Estado de São Paulo*

O jornal paulista *O Estado de São Paulo* foi fundado no dia 04 de janeiro de 1875 por Américo Brasiliense de Almeida Melo e Manuel Ferraz de Campos Sales. Um dos mais antigos jornais brasileiros ainda em circulação, ele era inicialmente denominado A Província de São Paulo, sendo apenas em 1890, com a proclamação da República e o estabelecimento dos estados – em não mais as províncias – como as unidades da federação, que este passa chamar-se *O Estado de São Paulo*. Contrapondo-se frontalmente à monarquia e à escravidão, na década de 1880 ele promoveu grandes campanhas defendendo a abolição da escravatura e a proclamação da República. Também é nessa década que se dá o ingresso da família Mesquita em tal jornal, com Júlio César Ferreira de Mesquita se tornando seu redator em 1885 e diretor em 1890, desde então tal família mantendo a direção deste periódico (ESTADO de São Paulo, O., 2019).

Participando ativamente dos principais eventos políticos paulistas e nacionais a partir dos anos 1930, este jornal ganha cada vez maior projeção política e jornalística nas décadas seguintes. E é de uma posição bastante fortalecida em ambos estes aspectos que ela recebe com grande hostilidade a posse de João Goulart, sendo as reformas de base por ele propostas sendo combatidas e taxadas como demagógicas. Profundamente contrária ao que Goulart propunha, a diretoria d'*O Estado de São Paulo* participou nas conspirações contra este, sendo seu diretor Júlio de Mesquita Filho o autor do documento posteriormente conhecido como “Roteiro da Revolução”, o qual teria inspirado e orientado algumas das primeiras medidas tomadas pela

¹³ SBT REPÓRTER – Malvinas – Parte 2. [Programa exibido em 16 abr. 2012 e disponibilizado online no dia seguinte]. 1 vídeo (14 min). Publicado pelo canal SBT Online. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ipRHzlhWFA>. Acesso em: 14 jun. 2019.

ditadura civil-militar que chegou ao poder após a deposição do presidente João Goulart (ESTADO de São Paulo, O., 2019).

O Estado de São Paulo exaltou a instauração da ditadura civil-militar e aprovou as suas primeiras ações, tais como a promulgação do AI-1. Considerando as medidas até então adotadas demasiado “legalistas”, seu diretor deste jornal apoiou o AI-2, ainda mais autoritário que o primeiro Ato Institucional. *O Estado de São Paulo* mostrou-se favorável à eleição presidencial de Costa e Silva e durante o governo deste manteve uma posição ambígua, de um lado depositando significativas esperanças neste e, de outro, se preocupando com os crescentes constrangimentos à atividade jornalística. Foi a partir de 1968 que este periódico começou a se definir mais propriamente como uma oposição ao regime então vigente, dado seu crescente fechamento e a cotidianização da prática da censura. Assim, poucos dias antes da promulgação do AI-5 *O Estado de São Paulo* publicou um editorial intitulado “Instituições em frangalhos”, o qual fez com que toda a edição do jornal deste dia fosse apreendida e a redação passasse a contar com a censura prévia desde então. Durante a presidência de Médici este periódico, sempre sob censura prévia, novamente teve um posicionamento dúbio quanto ao governo, elogiando a situação econômico-financeira do país, embora fazendo ressalvas quanto aos seus rumos políticos (ESTADO de São Paulo, O., 2019).

Com o fim da censura prévia ao *Estado de São Paulo*, o que se deu no ano de 1975, este jornal pode analisar com maior autonomia e independência editorial os passos trilhados pelo Brasil rumo à sua redemocratização. Expressando seu compromisso com um processo de abertura política pactuada, tendo em vista o restabelecimento da normalidade democrática, *O Estado de São Paulo* mostrou-se favorável à este processo que foi ele extensamente retratado, embora receasse que ele pudesse trazer de volta as velhas divisões políticas. Por exemplo, quando da promulgação da lei da anistia, ele publicou um editorial que delineava esta como sendo uma primeira etapa no caminho da reconciliação, embora pudesse também servir para reacender os ânimos políticos exaltados de anos antes, demonstrando assim sua cautela frente à esta medida. Desta forma, durante os governos Geisel e Figueiredo *O Estado de São Paulo* alternava manifestações de apoio à estes, as quais se davam quando as atitudes governamentais iam no sentido da redemocratização, com críticas, as quais ocorriam no momento em que o jornal considerava que alguma medida adotada pelo governo era autoritária e ia contrariamente ao processo de abertura política (ESTADO de São Paulo, O., 2019).

Atuando pela redemocratização, *O Estado de São Paulo* conclamava Figueiredo a não minimizar o atentado do Riocentro, indicando a ele que deveria tratar tal evento como sendo

fundamental para o sucesso de sua proposta de transição política pactuada. No mesmo sentido pró-redemocratização, este jornal mostrou-se absolutamente favorável às mobilizações pelas eleições diretas para presidente. E embora tanto a campanha pelas eleições diretas para presidente quanto a exortação d'*O Estado de São Paulo* não tenham atingido seus objetivos primordiais, o fato é que o Brasil se redemocratizou após longos anos de ditadura civil-militar. No período após esta, a atuação do jornal *O Estado de São Paulo* tem se pautado sobretudo pela árdua defesa de pautas econômicas liberais, defendendo assim a reforma do Estado brasileiro com vistas a promover o seu enxugamento (ESTADO de São Paulo, O., 2019).

Em 1982, ano em que ocorre a Guerra das Malvinas, *O Estado de São Paulo* era o periódico paulista de maior tiragem diária, tendo além disto uma circulação de abrangência nacional. Conforme é apontado em uma coluna auto propagandística veiculada n'*O Estado de São Paulo* do dia 23 de maio de 1982, este era “[...] o mais vendido jornal de São Paulo, possuindo uma tiragem bem acima de seu principal concorrente [...]. [Além disto,] é o único jornal do Brasil que é vendido em todos os estados, o que demonstra seu respeito com a informação e com o bom jornalismo, o qual tem de chegar a todos os brasileiros”¹⁴. Assim, quando o conflito pelas Malvinas estava em curso, *O Estado de São Paulo* era o principal periódico paulista, liderando o mercado jornalístico neste estado e sendo, ademais, um dos mais importantes jornais do Brasil, dada sua grande difusão a nível nacional.

Assim como ocorria com *O Globo*, a cobertura jornalística de *O Estado de São Paulo*, até pela sua projeção nacional, era focada não tanto na localidade na qual este jornal era produzido, mas sim dava ênfase à um horizonte ampliado o qual abarcava os âmbitos nacional e internacional. De fato, pouco conheceremos da cidade ou mesmo do estado de São Paulo se folharmos as páginas deste periódico, mas certamente muito saberemos sobre o que estava se passando nas movimentações políticas em Brasília ou o que estava ocorrendo na economia de algum outro país que não o Brasil. Assim, um grande espaço é dispendido para se tratar das questões políticas nacionais: no período que foi analisado, as longas discussões e reportagens acerca destas ocupam em média cinco páginas de formato *standard*, as quais são recheadas de textos em letras pequenas. Da mesma forma, uma parcela bastante significativa d'*O Estado de São Paulo* trata do noticiário internacional, no qual se abordava desde crises políticas em algum país do sudeste asiático até o cenário de crise financeira vivenciada pelo setor automobilístico francês. Isto nos leva a um outro aspecto que devemos apontar acerca deste jornal, o seu foco

¹⁴ “O Estado de São Paulo, ontem hoje e sempre preocupado em informar você”. *O Estado de São Paulo*, 23 mai. 1982, p. 23.

na temática econômica: além de nos domingos o jornal ganhar um caderno de classificados bastante diverso o qual é mais extenso que o próprio jornal, todos os dias são veiculadas neste no mínimo três páginas contendo indicadores econômicos tais como o preço de commodities agrícolas e minerais, taxa de câmbio do real para as mais diversas moedas e o valor das ações na bolsa de valores de São Paulo.

O conflito anglo-argentino pelas Malvinas foi coberto pelo *O Estado de São Paulo* em uma seção especial criada a partir do desembarque argentino nestas ilhas. Assim, no dia 03 de abril de 1982 surge a seção “A guerra das Malvinas”, a qual deixará de existir somente no dia 22 de junho deste ano, mais de uma semana após a vitória britânica na guerra¹⁵. Esta seção vai ter uma extensão bastante variável no decorrer deste conflito, tendo entre duas e dez páginas dado o desenvolvimento das negociações diplomáticas e embates militares.

Um ponto que difere a cobertura da Guerra das Malvinas pelo *O Estado de São Paulo* com relação àquela realizada pelos outros jornais aqui analisados é que esta se dá quase que totalmente em tal seção específica anteriormente mencionada, muito pouco sendo discutido acerca dos impactos do conflito em outros segmentos do jornal: assim, nas seções noticiosas, tais como “Economia” e “Esportes”, bem como nas opinativas, tais como “Opinião dos leitores” ou “Ideias em debate” muito pouco é debatido sobre a Guerra das Malvinas. Uma exceção neste sentido geral são editoriais veiculados por este jornal, nos quais são promovidos intensos debates sobre a questão das Malvinas e, com especial ênfase, acerca da atuação diplomática brasileira frente à esta, nos quais ficam visíveis a postura crítica do jornal frente à atitude argentina de tomar as ilhas e “solidariedade nefasta”¹⁶ prestada pelo Brasil à Argentina. Isto não significa dizer que a Guerra das Malvinas foi pouco repercutida pelo *O Estado de São Paulo*; pelo contrário, este jornal deu uma ampla cobertura ao conflito pelas Malvinas, o qual ocupou não apenas as suas páginas internas nesta seção, mas também as suas capas durante todo o recorte temporal estabelecido para esta pesquisa.

Esta cobertura da Guerra das Malvinas pelo *O Estado de São Paulo* se deu quase que totalmente a partir da atividade jornalística dos profissionais que trabalhavam para este periódico, assim como ocorreu em *O Globo*. Desta forma, se foi feita neste a reprodução de textos publicados no jornal *New York Times* (EUA) e na revista *L’Express* (França), bem como

¹⁵ Embora o desembarque argentino nas Malvinas tenha ocorrido no dia 02 de abril, ele só foi repercutido pelos os jornais analisados nesta pesquisa nas suas edições do dia seguinte dado que, pelos fatos da operação argentina ter sido realizado na madrugada do dia 02 e todos os jornais aqui investigados serem matutinos, ocorreu que quando a ação argentina estava acontecendo os jornais já estavam sendo impressos.

¹⁶ “Solidariedade nefasta”. *O Estado de São Paulo*, 04 mai. 1982, p. 2.

de reportagens produzidas pela agência internacional de notícias ANSA (Agenzia Nazionale Stampa Associata), a única que se fazia presente nas ilhas Malvinas no decorrer do conflito, da mesma forma que se reproduziam fotografias providas de outra agência internacional de notícias, a UPI (United Press International), estas fontes externas ao *Estado de São Paulo* não constituíam uma parcela central da cobertura deste periódico acerca do conflito pelas Malvinas.

Assim, para cobrir a Guerra das Malvinas, *O Estado de São Paulo* se utilizou de seu enorme número de sucursais ao redor do globo para reunir diversas perspectivas acerca desta, bem como poder abordar com maior propriedade as variadas temáticas que diziam respeito à este conflito militar. Textos escritos pelos correspondentes de *O Estado de São Paulo* em cidades tão distintas como Washington, Estocolmo, Caracas, Nova York, Madrid, Tel Aviv, Moscou, Lima, Bonn, Montevidéu, Vaticano, Buenos Aires, Frankfurt, Londres, Moscou, Paris, Frankfurt, Paris, Manágua e Lisboa trataram sobre as inúmeras questões que circundavam este conflito: negociações diplomáticas, vendas de armamentos, prisioneiros de guerra, embargo econômico, compartilhamento de informações sensíveis, dentre uma série de outras. A estes correspondentes se somaram os enviados especiais às três cidades-chave ao desenrolar da Guerra das Malvinas: Buenos Aires, Londres e Washington¹⁷.

Dado os propósitos desta pesquisa, nos focaremos nesta sobre os correspondentes e enviados especiais de *O Estado de São Paulo* presentes na Argentina durante o transcorrer do conflito pelas Malvinas. O repórter argentino Hugo Martinez era o correspondente deste jornal no país platino antes, durante e após do conflito, sendo o principal responsável por repercutir as movimentações que o antecederam e o seu desenrolar, assim como os seus impactos políticos posteriores sobre o governo argentino, como por exemplo a renúncia do presidente Leopoldo Galtieri quatro dias depois da rendição argentina nas ilhas. A este se somou, a partir de meados de abril, o jornalista Rodrigo de Lara Mesquita, enviado especial d'*O Estado de São Paulo* para cobrir o conflito das Malvinas. Este era sobrinho de Júlio de Mesquita Neto, então diretor d'*O Estado de São Paulo*, e filho de Ruy Mesquita, diretor do Jornal da Tarde, outro periódico pertencente ao Grupo Estado, grande conglomerado de mídia controlado pela família Mesquita. Após o retorno à São Paulo deste jornalista à São Paulo no dia 26 de abril, um outro enviado especial participa da cobertura do conflito a partir da Argentina, Antônio Cabral, o qual permanece neste país até o término desde.

¹⁷ Embora não esteja diretamente envolvido no conflito, os EUA eram um importante ator dentro deste dada que a mediação de seu Secretário de Estado Alexander Haig era uma das principais tentativas de evitar que este descambasse numa guerra aberta entre britânicos e argentinos.

A atividade jornalística destes profissionais, assim como se deu com aqueles vinculados ao Grupo Globo, sofreu sérias limitações e foi bastante prejudicada pelas constantes ações das autoridades argentinas no sentido de buscar restringir o trabalho dos jornalistas. Para além das interferências mais gerais na sua atividade, as quais atingiam todos aqueles profissionais que cobriam tal conflito a partir da Argentina, tais como o fato de que tudo o que era remetido ao estrangeiro tinha de passar pelo crivo dos censores argentinos e as principais fontes de informações neste país acerca da guerra serem as notícias e comunicados do próprio governo argentino e a imprensa por ele profundamente controlada, os quais na maioria das vezes não podiam ser mais distanciados da realidade do conflito, os jornalistas vinculados ao *Estado de São Paulo* vivenciaram constrangimentos à sua atividade de prospectar informações e apurar fatos relativos ao desenrolar do conflito e sofreram diversas intimidações as quais ameaçaram sua própria integridade física.

O primeiro e mais ruidoso caso neste último sentido foi o sequestro do jornalista Rodrigo de Lara Mesquita, enviado especial d'*O Estado de São Paulo* à Argentina, o qual ocorreu na noite do dia 23 de abril na cidade de Ushuaia, no extremo sul argentino. Rodrigo, que como já foi mencionado era da família que dirigia este periódico, se encontrava nesta cidade fazendo uma reportagem que procurava analisar os possíveis impactos para a população argentina da guerra que se aproximava: ele já havia feito uma reportagem neste sentido em Comodoro Rivadavia, um pouco mais ao norte da Argentina, a qual foi publicada no *Estado de São Paulo* do dia 22 de abril sob o título de “Dúvidas entre guerra e paz”¹⁸.

Conforme menciona um telegrama enviado pela embaixada do Brasil em Buenos Aires para o Ministério das Relações Exteriores brasileiro no dia 24 de abril, Ruy Mesquita foi informado por Hugo Martinez, correspondente d'*O Estado de São Paulo* na Argentina, que seu filho Rodrigo havia sido detido no hotel em que se encontrava na noite anterior, não conseguindo Martinez obter maiores informações dentre as autoridades argentinas sobre o paradeiro de Rodrigo¹⁹. Com isto, Ruy Mesquita colocou a diplomacia brasileira a par do assunto, a qual tomou diversas providências para averiguar o que acontecera com Rodrigo, muito embora tenha obtido apenas algumas poucas informações desconhecidas a respeito do desaparecimento deste até o início da noite do dia 24.

¹⁸ “Dúvidas entre guerra e paz”. *O Estado de São Paulo*, 22 abr. 1982, p. 6.

¹⁹ Telegrama enviado da Embaixada do Brasil em Buenos Aires para o Ministério das Relações Exteriores no dia 24 de abril de 1982. Classificação 900.2 (F27) (B22). MSG (OF00925A), caráter Confidencial. Urgentíssimo. p. 1-3.

Outro telegrama, expedido pouco tempo depois, informa que Ruy Mesquita conseguiu contato com seu filho, que lhe disse que se encontrava bem e havia pernoitado fora do hotel; para Hugo Martinez, com quem Rodrigo também se comunicou, ele havia mencionado que “fizera um programa particular em companhia feminina”, justificativa a qual para Hugo Martinez carecia de sentido, tendo ele “a impressão de que o jornalista propositadamente dera tal versão por encontra-se ainda sob a vigilância de alguma autoridade local”²⁰. Ainda conforme tal telegrama, Rodrigo retornará ainda neste dia 24 à Buenos Aires, onde será recebido por um diplomata brasileiro o qual lhe prestará toda a assistência cabível.

O terceiro e último telegrama sobre este caso é datado do dia 26 de abril e novamente foi enviado pela embaixada do Brasil em Buenos Aires para o Ministério das Relações Exteriores brasileiro²¹. Neste se indica que Rodrigo chegou a Buenos Aires no dia anterior e, após ser recebido por um diplomata brasileiro, relatou ao embaixador do Brasil na Argentina os pormenores do que lhe ocorrera em Ushuaia, mencionando em conversa com este que havia sido sequestrado e, após sofrer “[...] rude tratamento, que não chegou, porém, à violência física, fora finalmente liberado”²¹, mas antes, de acordo com Rodrigo, “[...] seus captores o ameaçaram de morte caso revelasse no Brasil o que lhe passara”²¹. Diante de seu relato, Rodrigo ficou hospedado na embaixada até o dia 26, sendo nesta data acompanhado até o aeroporto da capital argentina para regressar a São Paulo.

Como analisaremos mais detalhadamente na próxima seção de tal trabalho, este sequestro teve grandes repercussões dentre os jornais analisados nesta pesquisa. Muito embora a primeira menção a este evento só tenha se dado no dia 27 de abril por questões de segurança, já que é só a partir de tal data que Rodrigo de Lara Mesquita estava no Brasil, ele ocupou as páginas de tais periódicos e foi longamente debatido até o final do mês de abril. Nas reportagens e análises sobre o ocorrido com o jornalista paulista se deram bastante destaque não apenas ao que foi por ele vivenciado, mas também as manifestações da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) sobre este evento, nas quais se expressavam solidariedade ao jornalista e repúdio ao governo argentino.

Outro caso de intimidação à jornalista d’*O Estado de São Paulo* presente na Argentina durante a Guerra das Malvinas foi o ocorrido com Hugo Martinez, correspondente deste jornal

²⁰ Telegrama enviado da Embaixada do Brasil em Buenos Aires para o Ministério das Relações Exteriores no dia 24 de abril de 1982. Classificação MSG (OF00926Z), caráter Confidencial, Urgentíssimo. p. 1-2.

²¹ Telegrama enviado da Embaixada do Brasil em Buenos Aires para o Ministério das Relações Exteriores, no dia 26 de abril de 1982. MSG (OF 009427), caráter Confidencial, Urgentíssimo. p. 1.

em Buenos Aires. Conforme é mencionado por uma reportagem d’*O Estado de São Paulo* que tratou deste evento, no dia 9 de maio Hugo Martinez, logo após sair do hotel onde estava hospedado, foi interpelado por um grupo de indivíduos fardados sem quaisquer identificações os quais ameaçaram sua integridade física afirmando que se ele não parasse de atacar a atitude argentina de “retomar” as ilhas ele “enfrentaria grandes problemas”²².

Embora este ocorrido tenha sido discutido pelas páginas d’*O Estado de São Paulo* em outras duas oportunidades²³, ele não ganhou tanta atenção neste jornal quanto o que se passou com Rodrigo de Lara Mesquita, o que se relaciona não apenas ao fato que Hugo Martinez foi “apenas” ameaçado, diferentemente de Rodrigo, mas também que este último era parente próximo dos diretores d’*O Estado de São Paulo* e uma figura relativamente conhecida na imprensa brasileira, diferente de Hugo Martinez. Isto também explica por que o ocorrido com este último foi apenas brevemente mencionado nos demais jornais analisados nesta pesquisa e não suscitou nenhuma manifestação específica da Associação Brasileira de Imprensa.

Apesar d’*O Estado de São Paulo* mencionar que estas intimidações a seus jornalistas na Argentina não suscitaram o medo dentre estes, mas sim os instigaram a exercer com mais vigor a sua atividade profissional de informar seu público, revelando a este a verdade sobre o conflito, isto é desmentido não só pelo retorno de Rodrigo de Lara Mesquita à São Paulo, mas também por Marcos Wilson, que foi o enviado especial d’*O Estado de São Paulo* na Argentina após o retorno de Rodrigo. Em um livro sobre a Guerra das Malvinas escrito em 1982 e publicado em 1983, ele dedica um capítulo exclusivamente às intimidações sofridas pelos jornalistas; dentre este, ele coloca que

Os repórteres do *Estado* [na Argentina] receberam uma ‘cortês visita’ de uma representante dos temíveis “Serviços” (o SNI argentino) para um ‘pequeno puxão de orelhas’: ‘Olha, estamos recebendo da embaixada argentina em Brasília informações de tudo aquilo que vocês estão escrevendo’. E completou: ‘Estamos filtrando essas informações, cuidado’. O tom de voz era ameaçador. Essa intimidação direta rendia seus frutos. Os jornalistas estrangeiros tiveram medo. Um medo justificado, pois os militares não vacilaram em usar os parapoliciais para obrigar os repórteres a não ver, não olhar e não escutar (CABRAL; MARTINEZ; WILSON, GODOY, 1983, p. 75, grifo dos autores).

4.1.3 Zero Hora

²² “Argentinos continuam a intimidar jornalistas do Estado”. *O Estado de São Paulo*, 11 mai. 1982, p. 12.

²³ “Jornalista do Estado se muda por conta de ameaças”. *O Estado de São Paulo*, 19 mai. 1982, p. 5.

“Argentina e os jornalistas estrangeiros: de novo!”. *O Estado de São Paulo*, 10 jun. 1982, p. 20

O jornal gaúcho *Zero Hora* surge no dia 04 de maio de 1964, mesma data na qual passa a circular na cidade em que é editado, Porto Alegre. Ligado em seu nascimento ao sucesso do golpe-civil militar que derrubou o presidente João Goulart poucos dias antes, ele é o substituto da edição gaúcha do jornal *Última Hora* (ANTONIOLLI, 2010, p. 29). Este último periódico, parte de uma rede nacional de jornais homônimos de propriedade de Samuel Wainer, foi fechado no dia 02 de maio de 1964 pela ditadura civil-militar que se sucedeu à deposição de Goulart dada a identificação seu proprietário com o ex-presidente (ZERO Hora, 2019). Conforme menciona o verbete da *Zero Hora* no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, isto ocorreu sob expressos pedidos de seu então diretor, Ary de Carvalho, partidário da derrubada de Goulart, que teria solicitado a encampação do *Última Hora* ao comandante do III Exército, sediado em Porto Alegre. Com isto surge então a *Zero Hora*, de propriedade de Ary de Carvalho, a qual apoiava o regime civil-militar inaugurado alguns dias antes (ZERO Hora, 2019).

Ao mesmo tempo se utilizando do prestígio do *Última Hora* para impulsionar suas vendas e procurando se desvincular deste dada a sua ligação com os opositores ao regime que se instaurara no início de maio de 1964, *Zero Hora* passou por severas dificuldades financeiras em seus anos iniciais (ZERO Hora, 2019). Em 1967, objetivando evitar a falência deste jornal, Ary de Carvalho vendeu metade das ações deste aos irmãos Maurício e Jayme Sirotsky. Estes adquiririam o controle total deste jornal em 1970, incorporando-o ao seu enorme conglomerado de mídia, a Rede Brasil Sul de Comunicações – RBS –, o qual já englobava dois importantes veículos de comunicação do Rio Grande do Sul, a *Rádio Gaúcha* e a *TV Gaúcha*.

O fato de se tornar parte deste conglomerado midiático dos irmãos Sirotsky possibilitou à *Zero Hora* vivenciar um grande crescimento durante as décadas seguintes. Através de sua divulgação pelas emissoras de rádio e televisão vinculadas à RBS, bem como pela incorporação de novos métodos de gestão empresarial e a realização de pesados investimentos na renovação tecnológica de seu parque gráfico, o qual passou a ser um dos mais modernos e eficientes do país, *Zero Hora* foi progressivamente ganhando terreno no cenário jornalístico sul-riograndense (RÜDIGER, 2003, p. 108). Enquanto isto, seus principais concorrentes, os jornais *Diário de Notícias* e *Correio do Povo*, experimentavam uma estagnação editorial e mercadológica, posteriormente vivenciando um profundo declínio que culminou no fechamento destes jornais, dadas suas agudas dificuldades financeiras, respectivamente nos anos de 1979 e 1984. A associação destes diversos fatores promoveu a meteórica ascensão da *Zero Hora* no mercado gaúcho de jornais: assim, a *Zero Hora* se tornou o maior jornal em vendas avulsas no

Rio Grande do Sul em 1975 (ZERO Hora, 2019) e galgou o posto de periódico gaúcho de maior tiragem no início do ano de 1982 (RÜDIGER, 2003, p. 109; ANTONIOLLI, 2010, p. 28), em ambas as ocasiões ultrapassando seu concorrente mais tradicional, o Correio do Povo.

Desta forma, durante o conflito anglo-argentino pelas Malvinas a *Zero Hora* era o jornal gaúcho de maior tiragem e estava, ademais, em franca ascensão neste sentido, como bem demonstram os quase semanais recordes de tiragem orgulhosamente expostos na segunda página deste jornal, os quais contrastavam com o cenário de decadência verificado pelos demais jornais gaúchos. Vinculado a isto, *Zero Hora* tinha cada vez mais reconhecida a sua relevância e respeitabilidade jornalística não apenas por seus pares de imprensa, mas também pela população gaúcha (RÜDIGER, 2003, p. 110). Desta forma, a *Zero Hora* era a principal publicação diária do Rio Grande do Sul no ano de 1982, assim como o eram *O Globo* e *O Estado de São Paulo* em seus respectivos estados. Todavia, comparativamente a estes dois jornais, a *Zero Hora* tinha a particularidade de possuir uma circulação apenas regional: assim, enquanto *O Estado de São Paulo* e *O Globo* possuíam abrangência nacional, a *Zero Hora* circulava apenas regionalmente, tendo quase todos seus exemplares consumidos no estado do Rio Grande do Sul.

Isto não significou que a cobertura da Guerra das Malvinas pela *Zero Hora* fosse menor ou feita de forma mais grosseira se comparada àquela realizada por jornais de amplitude nacional tais como *O Estado de São Paulo* e *O Globo*. Pelo contrário, além de dar ampla cobertura ao conflito, o qual sempre se fazia presente nas manchetes da *Zero Hora* do período analisado, este periódico gaúcho promoveu formidáveis discussões e análises acerca dos muitos aspectos que o envolviam, o que foi feito sobretudo na seção “Mundo”, dentre a qual foi criada uma seção especial para tratar da temática das Malvinas. Isto se relaciona ao fato que, como apontado quando nos referimos à grande imprensa na ditadura e transição democrática brasileiras, o noticiário internacional possuía grande destaque dentre esta; assim, mesmo *Zero Hora*, um jornal de foco mais regional, estava habituado a abordar temáticas internacionais e buscar notícias acerca destas, o que certamente facilitou a cobertura da Guerra das Malvinas e possibilitou que esta fosse melhor desenvolvida.

A extensa cobertura pela *Zero Hora* do conflito anglo-argentino se deu especialmente através da veiculação de reportagens acerca deste, as quais se faziam presentes sobretudo na subseção que foi criada para tratar de tal conflito. Inicialmente intitulada “A invasão das Malvinas” e posteriormente renomeada como “Guerra das Malvinas” dado a chegada da frota britânica ao Atlântico Sul, tal subseção tinha ao menos duas páginas, chegando a ter mais de

dez nos momentos mais tensos da guerra. As reportagens nela veiculadas, de autoria do próprio jornal, eram baseadas em duas fontes de informação primordiais. A primeira destas eram as agências internacionais de notícias UPI (United Press International), AFP (Agence France-Presse) e AP (Associated Press). Assim, se a *Zero Hora* em poucos momentos reproduziu completamente as reportagens providas destas agências, em todo o decorrer do conflito as informações delas provenientes, sejam notícias ou fotografias, foram bases fundamentais para o que foi dito neste jornal acerca do embate anglo-argentino.

Já a segunda destas fontes de informação foram os enviados especiais de *Zero Hora* à Argentina. A partir de 07 de abril, uma semana após o início do conflito, este jornal passou a contar com as informações oriundas de seus enviados especiais a este país, os quais tinham a função expressa de cobrir nele o desenrolar do conflito com o Reino Unido pela posse das ilhas no Atlântico Sul. Estes enviados especiais eram Danilo Ucha, responsável pela prospecção de notícias acerca deste conflito, bem como pela escrita de textos sobre ele, e Adolfo Alves, encarregado de tirar fotografias que retratassem o que estava se passando na Argentina naqueles dias. Enquanto o primeiro destes enviados especiais permaneceu na Argentina durante todo o conflito, retornando a Porto Alegre apenas ao final do mês de julho, quando este já havia se encerrado, Adolfo Alves regressou à capital gaúcha ainda na primeira quinzena de maio, sendo substituído em suas funções por Damião Ribas. Assim, em todo o decorrer do conflito, com exceção da semana inicial deste, *Zero Hora* teve dois enviados especiais na Argentina, os quais lhe permitiam uma cobertura própria de tal evento. A estes se somavam os outros enviados especiais e correspondentes da *Zero Hora* em Nova York e Londres, os quais possibilitavam que este jornal abordasse “os três ângulos das Malvinas”, como diz uma coluna repetidamente veiculada neste periódico na qual se retrata orgulhosamente o grande esforço jornalístico de *Zero Hora* para cobrir todos os variados aspectos referentes à Guerra das Malvinas²⁴.

Se é bem verdade que as reportagens publicadas pela *Zero Hora* constituíram a maior parte da cobertura deste jornal acerca da Guerra das Malvinas, deve-se ter em vista que a cobertura de tal conflito também se dava a partir de outros tipos de textos jornalísticos presentes

²⁴ Nestas colunas, abaixo do título “Os três ângulos das Malvinas” e de um mapa na qual se interligava as cidades de Buenos Aires, Londres e Nova York, eram reproduzidas as fotos dos correspondentes e enviados especiais de *Zero Hora* responsáveis por cobrir o conflito anglo-argentino, bem como textos como o abaixo, presente na página dezoito da *Zero Hora* do dia dezessete de maio de 1982:

Buenos Aires, Londres, Nova York. Pontos de observação para correspondentes e enviados especiais de *Zero Hora* que cobrem o jogo bélico pela posse das ilhas Malvinas. Entre argentinos, ingleses e mediadores norte-americanos, Danilo Ucha, Damião Ribas, Imara Stallbaum, Antônio Carlos Mafalda, Mariângela Medeiros e Neuza Tasca transmitem a imagem e a informação dos três ângulos do conflito para *Zero Hora*. Um jornal com a responsabilidade de ser o mais lido.

neste jornal, tais como seus editoriais e colunas opinativas. Assim, analisando-se os noventa editoriais publicados pela *Zero Hora* entre os meses de abril e junho de 1982, período analisado nesta pesquisa, se pode notar que a Guerra das Malvinas foi abordada diretamente em nada menos que vinte e dois destes, nos quais fica claro o posicionamento moderado do jornal frente ao conflito, sempre pedindo por uma solução negociada deste, bem como uma postura mais favorável ao pleito argentino sobre as Malvinas que a verificada nos jornais *O Estado de São Paulo* e *O Globo*. Da mesma forma, a Guerra das Malvinas também foi o principal assunto abordado pela coluna diária de Newton Carlos, comentarista internacional de *Zero Hora*, na qual se tratava sobretudo acerca do desenrolar do conflito e suas implicações para os países beligerantes, para o sistema internacional e a atuação diplomática brasileira frente a este. Ademais, para além das discussões acerca deste conflito presentes em tal coluna e nos editoriais, a *Zero Hora* publicava na sua seção “Opinião” muitos pequenos textos acerca das temáticas relativas à Guerra das Malvinas enviados por seus leitores, os quais discutiam especialmente a questão de quem deveria ter a posse dessas ilhas, se os argentinos ou os britânicos. Neste mesmo sentido, a *Zero Hora* também divulgou variados artigos acerca da Guerra das Malvinas escritos por colaboradores externos ao jornal, sobretudo jornalistas estadunidenses, os quais abordavam a perspectiva de seu país sobre o conflito que se dava no Atlântico Sul.

Além disto, tal conflito não era noticiado e discutido na *Zero Hora* apenas nas suas reportagens, editoriais e a espaços opinativos, mas também se fazia notar em todas as demais seções deste jornal. Como exemplos neste sentido, se pode observar que nas seções “Economia” e “Política” se falava muito acerca dos reflexos do conflito sobre a economia e política brasileiras, bem como sobre de que forma nosso país poderia ajudar militar, econômica e politicamente a Argentina em seu esforço de guerra. Enquanto isto, nas seções “País” e “Cidade” se discutiam a mobilização de um grande número de brasileiros que se dispuseram a lutar ao lado dos argentinos e na seção “Esportes” se analisavam os possíveis impactos da guerra na Copa do Mundo que ocorreria posteriormente naquele ano.

Diferentemente do que foi colocado quanto à cobertura jornalística da Guerra das Malvinas por parte de *O Globo* e *O Estado de São Paulo*, não foi encontrado no material analisado nesta pesquisa nenhuma menção a intimidações sofridas por jornalistas da *Zero Hora* presentes na Argentina durante tal conflito ou quaisquer outros constrangimentos à sua atividade jornalística.

4.2 FALANDO DA ARGENTINA E PENSANDO NO BRASIL? JORNAIS, JORNALISTAS E TRANSIÇÃO

Em tal seção iremos analisar a cobertura da Guerra das Malvinas pelos jornais *O Globo*, *O Estado de São Paulo* e *Zero Hora*. Todavia, mais do que apenas apreciar a forma como tais periódicos repercutiram este embate militar, iremos aqui analisar como este conflito foi empregado por estes três jornais para se fazerem variadas análises e discussões acerca da redemocratização brasileira. Além, disto, se analisará também como as intimidações e os constrangimentos sofridos por jornalistas brasileiros na cobertura deste conflito, alguns dos quais relatados acima, foram empregados pelos jornais para discutir a ditadura e a transição democrática brasileiras. Como foi realizado na seção acima, cada jornal e sua cobertura acerca da Guerra das Malvinas será analisado separadamente visando facilitar a exposição destes que são os principais resultados de tal pesquisa.

4.2.1 *O Globo*: “Para não nos tornamos uma Argentina”

Como já mencionado, *O Globo* realizou uma extensa cobertura da Guerra das Malvinas. Se a temática não ganhou muito espaço no primeiro mês do conflito, no qual não se presenciaram grandes embates bélicos entre forças britânicas e argentinas, mas sobretudo as negociações diplomáticas e o deslocamento de uma frota britânica ao Atlântico Sul, quanto da chegada desta ao teatro de operações e o conseqüente início das hostilidades bélicas entre as forças militares dos dois países a “questão Malvinas”, como era muitas vezes chamada pelo jornal, passou a ser basicamente a única temática abordada na seção “O Mundo”, especializada no noticiário internacional. Ademais, para realizar esta ampla cobertura, o Grupo Globo enviou um grande número de profissionais à Argentina, incluindo uma quantidade bastante significativa de repórteres. Se dos profissionais enviados por este grande conglomerado midiático apenas uma parcela destes colaborava diretamente com *O Globo*, o fato é que todos eles auxiliavam na prospecção e apuração de informações, as quais eram atividades fundamentais para permitir que este jornal fizesse, conforme sua visão, “a maior cobertura da mídia brasileira sobre a guerra entre britânicos e argentinos”²⁵. Se isto pode ser questionado, já que outros periódicos analisados nesta pesquisa trataram deste conflito em um número maior

²⁵ “A tranquilidade ainda reina na Argentina”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 17 abr. 1982, p. 13.

de páginas e criaram segmentos específicos de seu jornal para abordar este, não se pode negar que *O Globo* fez uma grande cobertura da Guerra das Malvinas.

Nesta cobertura ficou nítido um posicionamento pró-britânico por parte de *O Globo*. Muito embora naquele momento este jornal não veiculasse editoriais, nos quais isto poderia ser expresso explicitamente, os termos que eram utilizados para se tratar do conflito e a forma como este era noticiado criava claramente uma narrativa que ia contra àquela defendida pelos argentinos. Assim, a capa de *O Globo* do dia 03 de abril de 1982 estampava, em letras garrafais, que a “Argentina invadiu as Malvinas”²⁶ (grifo nosso), estando em clara discordância com a posição defendida pelo governo argentino, a qual era a de que tal ação fora uma retomada de seu território ilegalmente tomado pelos britânicos no ano de 1833. A grande recorrência em *O Globo* do termo “invasão”, o qual era empregado pelos britânicos para fazer se referência à ação argentina, além de denotar um posicionamento sobre esta, indica também um posicionamento favorável à legitimidade da posse britânica das ilhas previamente à tal ação: se há uma “invasão argentina”²⁷ é porque os legítimos ocupantes do território, os britânicos, foram expulsos, enquanto que se há uma “retomada britânica”²⁸ foi restabelecida a situação que foi alterada de forma ilegítima pela invasão argentina das ilhas. Além disto, ainda tratando desta batalha de narrativas situada em aspectos terminológicos, cumpre notar que quase todas as vezes em que o nome “Malvinas” era mencionado, com exceção de capas e manchetes, ele era seguido pelo nome britânico das ilhas, Falklands, muitas vezes com este último aparecendo antes do termo que os argentinos empregavam para se referirem às ilhas.

Ampliando nosso olhar para além destes termos empregados pelo *O Globo*, podemos notar que a forma como o conflito era retratado pelas páginas deste jornal também assinala sua posição pró-britânica. Assim, desde a “invasão” das ilhas até a chegada da frota britânica na região em disputa era repetido diariamente o pedido por negociações diplomáticas, para o desenvolvimento das quais era julgado como sendo essencial que se voltasse ao *status quo ante bellum*, ou seja, que os argentinos se retirassem das ilhas, a qual era justamente a principal reivindicação britânica para a abertura de um canal direto de negociações. Um texto publicado no dia 22 de abril de 1982 deixa isto muito claro ao dizer que

O melhor para todos, nesta situação onde a guerra se avizinha, é que os argentinos aceitem a proposta britânica por negociações, para as quais é necessário que eles saiam imediatamente das ilhas. Se descambar a guerra, perderão os britânicos, que até

²⁶ “Argentina invadiu as Malvinas”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 03 abr. 1982. Capa.

²⁷ “Invasão argentina às ilhas põe em cheque paz no hemisfério ocidental”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 04 abr. 1982, p. 13.

²⁸ “Retomada das Malvinas pelos britânicos é iminente”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 21 mai. 1982, p. 15.

poderão retomar as ilhas, mas a custo do sangue de outros, mas perderão principalmente os argentinos, cuja intransigência na sua imediata soberania sobre as ilhas levou a tal cenário de guerra iminente²⁹.

Assim, os argentinos aparecem como os culpados pela guerra que se aproximava, devendo-se portanto partir deles a iniciativa para se evitar esta. Isto, por sua vez, trazia seu oposto: os britânicos, que estavam abertos às negociações, foram levados à guerra pela irredutibilidade argentina em negociar a posse das ilhas, sendo esta a única alternativa para retomarem as ilhas tomadas pelos argentinos.

Com a chegada da frota britânica ao Atlântico Sul e o início dos embates militares entre esta e os argentinos a posição de *O Globo* sofreu algumas importantes mudanças discursivas, muito embora ainda mantivesse uma clara simpatia pela causa britânica. Neste sentido, a partir deste momento a tônica geral da cobertura da Guerra das Malvinas passa a ser a de lamentar profundamente as mortes de um conflito avaliado como inútil e causado tão somente pela insistência argentina em não negociar com os britânicos. Além disto, a partir de então ganham mais espaço as discussões acerca dos impactos negativos do conflito ao Brasil, que estaria “pagando um alto custo pela guerra”³⁰, os quais se relacionariam com o aumento dos juros dos empréstimos internacionais tomados pelo país dado os riscos trazidos pelo conflito e as dificuldades causadas por este à navegação no Atlântico Sul que, conseqüentemente, traziam prejuízos ao comércio internacional brasileiro.

Analisando os jornais brasileiros *Correio do Povo*, *Zero Hora*, *Folha de São Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Estado de São Paulo*, Zambon (1999) assinala que estes adotaram diferentes posições perante à Guerra das Malvinas. Embora todos condenassem o conflito e pedissem por negociações, os periódicos do Sul do Brasil (*Correio do Povo* e *Zero Hora*) defenderam posições pró-argentinas enquanto os do Sudeste brasileiro (*Folha de São Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Estado de São Paulo*) defenderam posições pró-britânicas. Além de em nossa pesquisa confirmamos tal colocação deste autor, como veremos de forma mais detalhada na análise dos demais jornais analisados nesta pesquisa, podemos afirmar que *O Globo*, na sua cobertura da Guerra das Malvinas, compartilha com outros grandes jornais do Sudeste brasileiro, tais como *O Estado de São Paulo*, de uma posição com tendências pró-britânicas bastante perceptíveis. Além disto, *O Globo* e *O Estado de São Paulo* evocavam os mesmos tipos de discursos que estes outros jornais do Sudeste brasileiro para embasar sua posição, como

²⁹ “Os argentinos e as negociações: porque não?”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 22 abr. 1982, p.14.

³⁰ “Os reflexos da Guerra das Malvinas na economia brasileira”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 17 mai. 1982, p.18.

já colocamos e analisaremos melhor quando tratarmos sobre a cobertura da Guerra das Malvinas por último este jornal.

Um aspecto que diferencia os dois jornais analisados nesta pesquisa que demonstraram simpatias pela causa britânica, *O Globo* e *O Estado de São Paulo*, diz respeito a quem seria o culpado pela Guerra das Malvinas. Para *O Globo*, o responsável por esta era “a Argentina”³¹ ou “o governo argentino”³², enquanto que para *O Estado de São Paulo* o causador deste conflito seria a “Junta Militar argentina”³³, a “ditadura argentina”³⁴ ou “os militares argentinos”³⁵. Assim, foram poucas as ocasiões em que *O Globo* culpou diretamente os militares argentinos pelo conflito ou afirmou o caráter ditatorial de seu governo, como fazia cotidianamente *O Estado de São Paulo*. Do mesmo modo, este último jornal não afirmou que toda a população argentina era a responsável, pelo menos indiretamente, pela Guerra das Malvinas, como fizera várias vezes *O Globo*. A única mudança mais significativa neste sentido geral pode ser observada na postura de *O Globo* ao término do conflito, quando o jornal passa a culpar o “ex-presidente Galtieri”³⁶ por este, muito embora sem afirmar ser ele o chefe de uma Junta militar ditatorial, sendo ele então tomado como o presidente – não o militar – que tomou a falha decisão de invadir as Malvinas.

Esta diferenciação se explica em grande medida pelas distintas posições adotadas por estes jornais frente à transição democrática brasileira. *O Estado de São Paulo*, abertamente favorável à redemocratização e em alguns momentos inclusive tensionando esta no sentido de acelerar a liberalização política, procurava culpar os militares argentinos ou a ditadura deste país pela guerra por isto facilitar a ligação de sentidos e discursos entre as ditaduras civis-militares vivenciadas pelo Brasil e Argentina; ou seja, para este jornal, a Guerra das Malvinas foi uma oportunidade para se criticar direta e indiretamente o governo brasileiro, dadas as semelhanças deste com o argentino. Já *O Globo*, que adotava uma postura favorável à uma abertura política mais “lenta, gradual e segura” que a defendida pelo *O Estado de São Paulo*, procurava desvincular a “terrível agressão militar”³⁷ do fato de seu promotor ser um governo

³¹ “Postura argentina pode levar à guerra”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 18 abr. 1982, p. 15.

³² “Governo argentino busca nas Malvinas sua salvação”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 04 abr. 1982, p. 16.

³³ “Junta militar argentina decide pelo combate”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 25 mai. 1982, p. 10.

³⁴ “Ditadura argentina busca no conflito com os ingleses uma maior sobrevida”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 27 mai. 1982, p. 9.

³⁵ “Sangue nas mãos dos militares argentinos”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 10 jun. 1982, p. 8.

³⁶ “Para não nos tornarmos uma Argentina”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 20 jun. 1982, p. 5.

³⁷ “Argentina opta pelo conflito e agressão e não pelas negociações”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 13 mai. 1982, p. 14.

autoritário capitaneado por militares que possuía com inegáveis similaridades com o governo brasileiro.

Assim, *O Globo* se situava em uma posição à primeira vista contraditória: embora se levantasse contra a “invasão” das ilhas e manifestasse sua contrariedade à dita intransigência argentina em negociar a soberania destas, tal periódico procurava não criticar diretamente os responsáveis por tais posturas belicistas. Além de conseguir driblar esta aparente contradição, este jornal se utilizou de tal conflito para apontar que a transição democrática que estava ocorrendo no Brasil deveria se dar sob os moldes do governo para que se evitassem possíveis percalços neste processo, tais como agitações populares e rebeliões de militares contrários à abertura política. Um texto opinativo sem autoria, presumivelmente um editorial de *O Globo* disfarçado, é muito elucidativo neste sentido:

No último dia dezoito Leopoldo Galtieri renunciou à presidência argentina, quatro dias após a derrota deste país na Guerra das Malvinas. A medida foi saudada dentre muitos brasileiros, sobretudo setores da oposição e inclusive da imprensa, os quais colocaram que este seria o fim dos governos militares na Argentina. Se de fato esta renúncia pode abrir caminho para os civis retornarem ao poder na Argentina, cabe nos perguntarmos a que custo isto se dará. Até a presente data não temos nenhuma definição de quem será o novo presidente argentino e nem se este será civil ou militar. Se Galtieri saiu da presidência, ele não deixou ninguém no lugar e o país agora está basicamente acéfalo. É isto que desejam os políticos da oposição, um país sem líder? Não seria melhor retornarmos à democracia – ou melhor, aprofundarmos a democracia, já que não mais estamos vivendo sob a lógica do arbítrio – a partir de um projeto orientado neste sentido o qual, por estabelecer pactos, permite uma maior tranquilidade em seu transcurso?

Não nos esqueçamos que se o presidente Galtieri foi o responsável pela guerra, lançando a Argentina em uma aventura militarista da qual ela jamais poderia sair vencedora, isto se deu pelas pressões que estava sofrendo pela redemocratização argentina. Se ele é o culpado pela guerra, é por ceder à estas pressões. Um regime não pode e não deve ser derrubado pela força: isto só leva à intranquilidade e agitações diversas. A mudança política que queremos ver no Brasil é a que vem sendo executada pelo nosso presidente Figueiredo. Ela, por se dar de forma pactuada e ser controlada pelos homens que estão no governo, só nos garantirá moderação, tranquilidade e sabedoria política. O que nos oferecem os líderes de oposição? Apenas dúvidas e um improvável futuro melhor. Devemos trocar o certo, o caminho da segurança, pelo duvidoso, assim como fizeram os argentinos, hoje arruinados e sem líder?³⁸

Assim, o conflito anglo-argentino foi empregado pelo *O Globo*, algumas vezes de forma aberta e em outras de modo mais velado, para se criticar um possível processo de redemocratização “[...] demasiado acelerado e não planejado, pautado quase que tão somente pelo irracional revanchismo incitado pelas forças de oposição ao governo”³⁹ e, ao mesmo tempo, demonstrar as virtudes de uma transição democrática “pautada pela razão, sem excessos

³⁸ “Para não nos tornarmos uma Argentina”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 20 jun. 1982, p. 5.

³⁹ “O que a Argentina pode nos ensinar sobre as eleições deste ano”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 10 jun. 1982, p. 5.

nem devaneios”⁴⁰. Desta forma, a Guerra das Malvinas, deflagrada pelos argentinos, demonstraria para *O Globo* os perigos de se tensionar demasiadamente a transição democrática brasileira.

Quanto aos constrangimentos e intimidações sofridas por jornalistas estrangeiros na Argentina, *O Globo* repercutiu em suas páginas vários eventos neste sentido, muito embora não chegasse a tecer maiores comentários acerca destes. Assim, se desde o primeiro dia de conflito *O Globo* noticiou a detenção de jornalistas britânicos em solo argentino⁴¹ e a prisão de tantos outros, brasileiros ou não, assim como outras intimidações por eles experimentadas e os constrangimentos à sua atividade profissional, este periódico não foi muito além de retratar tais fatos, quase nunca chegando a analisa-los mais aprofundadamente. Isto pode ser observado não apenas com relação aos constrangimentos e intimidações sofridas por jornalistas britânicos e estadunidenses, principais alvos da repressão argentina dado o posicionamento de seus países no conflito, mas também frente às intimidações e constrangimentos vivenciados por jornalistas brasileiros, inclusive aqueles ligados ao Grupo Globo. Desta forma, se censura a uma reportagem que seria exibida na *Jornal Nacional* do dia 03 de abril e a dificuldade de Paulo Alceu em enviar ao Brasil a entrevista por ele feita com o ex-chanceler argentino Oscar Camilion dado ele ter realizado uma pergunta “incômoda à esta autoridade”⁴² foram repercutidas n’*O Globo*, tais fatos não suscitaram grandes considerações acerca das severas limitações à liberdade de imprensa na Argentina durante a Guerra das Malvinas. Mesmo a expulsão do repórter Francisco José deste país e a prisão neste do repórter Hermano Henning e o cinegrafista que o acompanhava, todos eles funcionários do Grupo Globo, não provocaram mais que expressões de solidariedade à estes nas páginas de *O Globo* e alguns breves comentários nestas acerca da parca liberdade de expressão na Argentina de então⁴³.

Assim, tal periódico noticiava as intimidações e constrangimentos sofridos pelos jornalistas estrangeiros na Argentina, sobretudo se estes fossem brasileiros ou de seu próprio conglomerado midiático, mas não chegava a denunciar com veemência a falta de liberdade de imprensa na Argentina durante a cobertura da Guerra das Malvinas. Neste mesmo sentido, *O Globo* indicava que tais constrangimentos e intimidações à jornalistas seriam eventos isolados

⁴⁰ “Figueiredo fala sobre a distensão e transição democrática”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 mai. 1982, p. 10.

⁴¹ “Jornalistas britânicos são presos na Argentina”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 03 abr. 1982, p. 16.

⁴² “Quando perguntar incomoda”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 09 abr. 1982, p. 2.

⁴³ “Jornalistas brasileiros na Argentina em guerra”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 10 jun. 1982, p. 14.

causados pelo clima de guerra e a tensão por ela provocada, não sendo frutos do fato do governo argentino ser uma ditadura, como indicava *O Estado de São Paulo*, o que veremos mais adiante.

A maior exceção nesse sentido foi a ampla repercussão e discussão do sequestro de Rodrigo de Lara Mesquita, enviado especial deste último periódico à Argentina. Tal jornalista, que como já mencionado era sobrinho do diretor d'*O Estado de São Paulo*, teve seu sequestro amplamente retratado e analisado pelas páginas de *O Globo*, nas quais além de se expressarem a solidariedade à este foi colocado que as motivações para seu “sequestro totalmente ilegal e arbitrário”⁴⁴ seriam não o cenário de apreensão na Argentina dado o cenário de guerra, mas sim a sua atividade jornalística “contrária ao governo, que era por ele retratado como sendo ditatorial e autoritário, buscando a guerra com os britânicos tão somente para não perder o controle do país dadas as pressões da população argentina pela redemocratização”⁴⁵.

Assim, com exceção de tal episódio específico, em nenhum momento foi realizada em *O Globo* a vinculação das intimidações e constrangimentos sofridos pelos jornalistas estrangeiros na Argentina durante a Guerra das Malvinas com o fato de tal país ser então uma ditadura. Além disto, mesmo na repercussão de tal evento particular não foram feitas quaisquer referências às violações da liberdade de imprensa no Brasil, presentes ou pretéritas, nem foi discutida a partir destas a situação e atuação da imprensa durante a ditadura e transição democrática brasileiras; desta forma, pode-se dizer que *O Globo* somente repercutia as intimidações e constrangimentos que os jornalistas estrangeiros experimentavam na Argentina, dentre os quais os brasileiros, mas não buscava fazer maiores comentários acerca destes eventos e nem discutir a partir destes a ditadura e transição democrática brasileiras.

4.2.2 *O Estado de São Paulo: “O único guardião do jornalismo?”*

Como já foi mencionado anteriormente, *O Estado de São Paulo* repercutiu amplamente em suas páginas o conflito anglo-argentino pelas ilhas Malvinas. Diferentemente de *O Globo*, tal temática foi tratada n'*O Estado de São Paulo* com grande ênfase desde os seus momentos iniciais, quando os argentinos “tomaram as ilhas”⁴⁶, e suscitou a criação de uma seção especial dentro deste periódico em que esta era abordada, intitulada “A guerra das Malvinas”. Ademais,

⁴⁴ “Repórter brasileiro na Argentina é alvo de sequestro por forças ligadas ao governo”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 27 abr. 1982, p. 15.

⁴⁵ “Rodrigo de Lara Mesquita foi sequestrado por suas palavras contra o governo argentino”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 27 abr. 1982, p. 15.

⁴⁶ “Argentinos tomam as Malvinas”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 03 abr. 1982. Capa.

para se promover tal extensa cobertura *O Estado de São Paulo*, assim como *O Globo*, enviou à Argentina uma série de profissionais, dentre os quais repórteres e fotógrafos, os quais se somaram ao então correspondente deste jornal na Argentina Hugo Martinez.

Assim como assinalamos quanto à cobertura da Guerra das Malvinas em *O Globo*, naquela feita pelo *O Estado de São Paulo* também ficou explícito um posicionamento pró-britânico por parte deste periódico. Todavia, é relevante se apontar aqui que este apoio *d'O Estado de São Paulo* aos britânicos não foi tão irrestrito quanto aquele prestado pelo jornal carioca, em especial no período inicial do conflito. Assim, se em vários momentos se criticava a “invasão argentina”⁴⁷ das ilhas em disputa com os britânicos, muitas vezes tal ação era delineada como sendo a “ocupação”⁴⁸ de um território historicamente reivindicado pela Argentina, o que não acontecia no caso de *O Globo*, no qual se usava com grande recorrência a palavra “invasão” para se tratar da ação argentina que deu início ao conflito. Neste mesmo sentido, ao uso deste termo não tão negativo para se fazer referência à ação argentina se somava a consideração de que as intransigências que iam contra as negociações diplomáticas pedidas por este jornal se davam tanto em Buenos Aires quanto em Londres; assim, em um texto publicado quando a guerra se avizinhava se diz que

Se a conduta argentina de tomar as ilhas Malvinas pode e deve ser questionada, se deve entender tal movimento de força dentro de seu contexto mais amplo. Não foi apenas a crise da ditadura militar argentina que levou este país à tal aventura militarista que não sabemos ainda que consequências trará a este e ao Reino Unido. A retomada das ilhas pelos argentinos passa também pela intransigência dos britânicos em negociar a soberania destas. A ação argentina, então, poderia ter sido evitada caso os britânicos sentassem à mesa de negociações promovidas pela ONU para discutir a posse destas ilhas com propostas mais críveis. Isto não quer dizer que a irredutibilidade dos argentinos neste mesmo sentido deva ser esquecida, mas que se há intransigência ela se dá tanto por parte do governo de Galtieri, que procurou forçar militarmente os britânicos a negociar a soberania das ilhas, quanto por parte do governo de Margaret Thatcher, que está se usando da resposta militar à agressão argentina para se fortalecer internamente⁴⁹.

Outro aspecto a se notar é que, diferentemente do que ocorria em *O Globo*, o termo britânico para as ilhas, “Falklands”, nunca foi mencionado em textos de autoria de jornalistas *d'O Estado de São Paulo*, só se fazendo presente em matérias provenientes das agências internacionais empregadas por tal periódico para se fazer a cobertura de tal conflito.

⁴⁷ “Invasão argentina coloca problemas à diplomacia brasileira em Londres”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 13 abr. 1982, p. 7.

⁴⁸ “Ocupação argentina das Malvinas busca dar lugar às negociações diplomáticas”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 06 abr. 1982, p. 9.

⁴⁹ “Intransigência de ambas as partes”. *O Estado de São Paulo*, 25 abr. 1982, p. 8.

Todavia, quando da chegada da frota britânica ao Atlântico Sul e o início dos combates entre esta e as forças argentinas, este conflito passou a ser retratado pelas páginas d’*O Estado de São Paulo* de modo que ficava mais explícita a posição pró-britânica deste frente à “agressão argentina representada pelo fato deste país invadir militarmente as ilhas”⁵⁰. Neste sentido, passou a se negar mais fortemente a posição defendida pelo governo argentino de que o desembarque nas ilhas fora a retomada de seu território ilegalmente invadido pelos britânicos em 1833, negando-se deste modo a narrativa por ele defendida⁵¹. Da mesma forma como ocorria em *O Globo*, era repetido cotidianamente o pedido por uma solução pacífica do conflito e era tomado agora como sendo essencial para esta que as tropas argentinas saíssem das ilhas, o que era justamente a principal reivindicação britânica para se dar início às negociações acerca da soberania destas. A única diferenciação neste aspecto diz respeito ao fato que enquanto *O Globo* não explicitava se após a retirada argentina das ilhas elas deveriam ser ocupadas por tropas da ONU ou novamente por forças britânicas, *O Estado de São Paulo* colocava que a primeira opção era a única que poderia levar à efetivas negociações entre britânicos e argentinos; assim, em editorial veiculado pouco antes da “retomada britânica das ilhas”⁵² se assinalava que

É chegado agora o último momento em que os líderes de Argentina e Reino Unido podem evitar um grande derramamento de sangue caso atuem com bom senso. Enquanto os argentinos devem aceitar sair das ilhas e discutir a soberania destas através de negociações em organismos internacionais como a ONU, os britânicos não devem desembarcar nas Malvinas, o que só levaria a mais mortes e a continuidade do pleito argentino em caso de sua derrota militar nestas ilhas. É necessário, portanto, que ambos os lados aceitem a mediação da Organização das Nações Unidas para o conflito e a ocupação temporária por suas tropas das áreas em disputa, o que é essencial para que hajam negociações legítimas e aceitáveis para ambos os lados. Os ânimos argentinos e britânicos, todavia, não nos permitem antever o bom senso e a solução pacífica do conflito, mas apenas o escalar deste, com um ainda maior derramamento de sangue⁵³.

Com o fracasso das tentativas de impedir o escalar da guerra e o consequente desembarque britânico nas Malvinas, nos dias 20 e 21 de abril, *O Estado de São Paulo* passa a adotar ainda mais fortemente um posicionamento pró-britânico, indicando a partir de então que a guerra nestas ilhas foi “fruto tão somente do fato que os militares argentinos optaram por não recuar de sua posição de recorrer à força para negociar a posse das Malvinas frente às ofertas britânicas neste sentido”⁵⁴. Desta forma, os militares argentinos, que comandavam a ditadura

⁵⁰ “Inglaterra admite recuar se os argentinos cederem”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 27 abr. 1982, p. 8.

⁵¹ “Retomada, invasão ou ocupação?”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 10 mai. 1982, p. 10.

⁵² “Britânicos iniciarão em breve a retomada das Malvinas”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 16 mai. 1982, p. 10.

⁵³ “Ante o escalar da guerra precisamos de paz e diálogo”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 17 mai. 1982, p. 2.

⁵⁴ “Irredutibilidade dos militares argentinos é a culpada pelas mortes nas Malvinas”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 24 mai. 1982, p. 8.

deste país, passam a figurar como sendo os responsáveis pela guerra com os britânicos, os quais por sua vez “estavam abertos ao diálogo e só foram levados à guerra pela irreduzibilidade argentina em negociar a posse das ilhas, restando assim apenas a alternativa militar para estes retomarem as ilhas invadidas pelos argentinos”⁵⁵. Além disto, passam a se dar maior espaço nas páginas deste jornal às variadas consequências negativas que a Guerra das Malvinas trouxe ao Brasil tanto em aspectos econômicos quanto diplomáticos⁵⁶, bem como aos questionamentos à atuação da diplomacia brasileira frente ao conflito, tomada por tal periódico como sendo demasiadamente favorável aos argentinos, muito embora se reconhecesse que não houvesse uma total indisposição diplomática para com os britânicos⁵⁷. Assim, em um editorial datado do dia 04 de junho de 1982 se afirma que

A postura brasileira de se solidarizar com o pleito argentino no início do conflito foi uma atitude razoavelmente adequada dados os importantes laços que estão se construindo com nossos vizinhos ao sul. Todavia, com o decorrer da guerra tal solidariedade se tornou nefasta à imagem brasileira já que nossa diplomacia passou a fazer coro internacionalmente junto a um governo militar que, além de ser profundamente autoritário e desrespeitar os direitos humanos de seus próprios cidadãos, cometeu uma grave violação ao direito internacional e não quis negociar uma solução pacífica ao conflito por ele próprio criado. Assim, o Brasil sairá deste conflito certamente com sua imagem internacional arranhada: se sempre afirmamos que o direito internacional deve ser respeitado, incluindo aí a defesa incondicional da resolução de conflitos por meios pacíficos, agora parece que essas regras não valem para nós quando estamos tratando de nossos aliados⁵⁸.

Diferentemente do que se dava em *O Globo*, que empregou a Guerra das Malvinas para apresentar as virtudes de uma redemocratização “lenta, gradual e segura”, tal conflito foi utilizado pelo jornal *O Estado de São Paulo* para se denunciarem as múltiplas arbitrariedades cometidas pelo regime autoritário capitaneado pelos militares argentinos. Assim, não é à toa que para *O Estado de São Paulo* o culpado pelo conflito anglo-argentino seria a “Junta Militar argentina”⁵⁹, a “ditadura argentina”⁶⁰ ou “os militares argentinos”⁶¹, já que tal conflito se constituiu em uma grande oportunidade, que foi aproveitada neste sentido, para se criticar o autoritarismo do governo argentino daquele momento.

⁵⁵ “Não restaram alternativas aos britânicos que não o ataque às Malvinas”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 27 mai. 1982, p. 8.

⁵⁶ “Dificultado comércio internacional e estremecimento das relações com os britânicos são os principais reflexos negativos da Guerra das Malvinas ao Brasil”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 12 mai. 1982, p. 8.

⁵⁷ “Saraiva Guerreiro e a complicada posição brasileira frente ao conflito das Malvinas”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 28 mai. 1982, p. 9.

⁵⁸ “Solidariedade nefasta”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 04 jun. 1982, p. 2.

⁵⁹ “Junta militar argentina decide pelo combate”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 25 mai. 1982, p. 10.

⁶⁰ “Ditadura argentina busca no conflito com os ingleses uma maior sobrevida”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 27 mai. 1982, p. 9.

⁶¹ “Sangue nas mãos dos militares argentinos”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 10 jun. 1982, p. 8.

Além do mais, *O Estado de São Paulo* se utilizou da Guerra das Malvinas para fazer a vinculação entre o autoritarismo vivenciado na Argentina naquele momento com aquele que foi e ainda era vivido no Brasil, dadas as inegáveis semelhanças da ditadura capitaneada pelos militares argentinos e brasileiros, fazendo assim tal periódico diversas referências às similaridades entre estes regimes e as arbitrariedades por eles cometidas. Em decorrência disto, *O Estado de São Paulo* também usou tal conflito para apresentar variadas argumentações favoráveis à redemocratização de ambos os países, a qual permitiria para tal periódico que “os múltiplos problemas trazidos pelo autoritarismo e a ditadura fossem superados e se pudessem desfrutar dos diversos benefícios advindos um regime democrático”⁶², diferentemente do que fez *O Globo*.

Esta diferenciação em tal aspecto entre *O Globo* e *O Estado de São Paulo* se dá pelas diferentes posições adotadas por estes periódicos frente à transição democrática brasileira: enquanto *O Globo* era, dentre os três jornais analisados nesta pesquisa, o mais abertamente favorável ao regime civil-militar brasileiro, apoiando uma abertura política deste apenas se sob seu estrito controle, *O Estado de São Paulo* era o mais francamente crítico ao autoritarismo e defensor da redemocratização brasileira, em alguns momentos inclusive tensionando esta no sentido de acelerá-la. Isto pode ser observado de várias formas. Por exemplo, enquanto *O Globo*, no período investigado neste trabalho, repercutia quase que integralmente todos os discursos de Figueiredo e seus ministros, ao passo que abria pouco espaço para manifestações de líderes opositores, cujos pronunciamentos ficavam em segundo plano, o exato oposto ocorria n’*O Estado de São Paulo*. Neste mesmo sentido, enquanto *O Globo* criticava setores da oposição que se confrontavam frontalmente com o regime civil-militar, discutindo sobre seu “revanchismo” com relação aos membros deste regime, sobretudo os militares, n’*O Estado de São Paulo* tais críticas e discussões ganhavam muito menos espaço que no jornal carioca, embora ainda se fizessem presentes. Por fim, enquanto *O Estado de São Paulo* denunciava as intimidações sofridas por candidatos opositores nas eleições de 1982, bem como as perseguições à funcionários públicos que a eles se alinhavam, discutindo estas em textos como “Regime age contra candidatos de oposição”⁶³ e “Funcionários de Itaipu sofrem ameaça de demissão por apoiarem opositor”⁶⁴, *O Globo* apresentava quase tão somente a versão do

⁶² “O que a Guerra das Malvinas pode nos ensinar”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 18 mai. 1982, p. 29.

⁶³ “Regime age contra candidatos de oposição”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 22 jun. 1982, p. 5.

⁶⁴ “Funcionários de Itaipu sofrem ameaça de demissão por apoiarem opositor”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 10 jun. 1982, p. 6.

governo sobre estas, não dando voz às vítimas de tais perseguições e intimidações, o que era realizado em matérias que tinham títulos tais como “Candidato opositor alega suposta perseguição política pelo governo”⁶⁵ ou “Figueiredo desmente supostas coações políticas à funcionários de Itaipu”⁶⁶.

Contudo, não se deve perder de vista que embora a transição democrática defendida pelo *O Estado de São Paulo* fosse mais ampla que aquela admitida pelo *O Globo*, ela ainda assim obedecia a limites relativamente estreitos, o que fica bem explicitado por um editorial publicado quando um grupo de parlamentares opositores questionou o não julgamento de militares brasileiros que participaram de atividades repressivas na ditadura civil-militar:

É inegável que o Brasil tem de voltar a ser uma democracia. Mais que isto, a redemocratização é o caminho inevitável e natural para todos aqueles países que, assim como o nosso, viveram e ainda vivem sob ditaduras que violam os direitos de seus cidadãos. Nesse sentido, tem de ser aclamadas as forças que lutaram e ainda lutam contra o arbítrio e o autoritarismo. Todavia, não podemos ficar calados quando estas tão valorosas forças atuam, mesmo sem saber, contrariamente a este sentido. Assim, a fala de um grupo de parlamentares opositores no dia de ontem pondo em questão o fato de militares brasileiros não poderem ser responsabilizados criminalmente por suas atividades repressivas pela Lei da Anistia merece nossa atenção. Se é bem verdade que o propósito seja estabelecer justiça às vítimas dos abusos repressivos, tais declarações acabam despertando os medos de revanchismo por parte dos militares brasileiros, os quais vão contra o desenrolar adequado da transição. Se é desconfortável admitir que devemos colocar uma pedra sobre os fatos acontecidos nos porões da ditadura, pior ainda é querer promover seu desvendamento sem que existam condições políticas para isto. Assim, é sempre necessário moderação, comedimento e bom senso por parte da oposição, o que acabou não se presenciando no dia de ontem no plenário da Câmara⁶⁷.

Desta forma, *O Estado de São Paulo* aproveitou o ensejo da Guerra das Malvinas para apresentar ao seu público leitor as múltiplas arbitrariedades que a ditadura argentina foi capaz de promover aos seus próprios cidadãos, denunciando a repressão, os assassinatos políticos e a censura que eram a regra naquele país. Neste sentido, a própria ocupação das Malvinas foi retratada como sendo uma manobra da ditadura militar argentina para ganhar maior um apoio popular no intuito de enfrentar a crise política que esta vinha vivenciando: como foi dito no dia do desembarque argentino nestas ilhas, “o regime militar argentino tomou as Malvinas para não perder o controle sobre o país ante as crescentes mobilizações peronistas contra a violência e o autoritarismo da ditadura”⁶⁸. Em outros termos, foi mencionado ao término do conflito que

⁶⁵ “Candidato opositor alega suposta perseguição política pelo governo”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 22 jun. 1982, p. 6.

⁶⁶ “Figueiredo desmente supostas coações políticas à funcionários de Itaipu”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 10 jun. 1982, p. 5.

⁶⁷ “A Lei da Anistia e a transição brasileira”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 15 mai. 1982, p. 2.

⁶⁸ “Razões para a tomada das Malvinas”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 03 abr. 1982, p. 8.

A Junta militar argentina capitaneada pelo general Galtieri vinha passando por sérios problemas antes do desembarque nas Malvinas. Inflação galopante e desemprego em alta se somavam com a repressão generalizada e os milhares de desaparecimentos de opositores políticos e alimentavam os cada vez maiores protestos da oposição, os quais dias antes da invasão das Malvinas chegaram ao seu ápice. Numa jogada falsamente nacionalista, a ditadura moribunda decidiu ocupar as ilhas tão desejadas pelo imaginário argentino, o que permitiu que ao menos temporariamente a ditadura militar que perdia cada vez mais apoio popular pudesse ganhar alguma sobrevivência. A Junta não optou por esta aventura militar por seu nacionalismo, mas sim por seu desespero: ela lançou milhares de argentinos para uma possível morte em um conflito porque queria se manter no poder, continuando a cometer suas diversas arbitrariedades, e impedir a redemocratização argentina que se aproximava no horizonte⁶⁹.

Para além de criticar as arbitrariedades e o autoritarismo do regime militar argentino, *O Estado de São Paulo* também fazia a associação destes com o autoritarismo e as arbitrariedades que existiram e ainda existiam no Brasil naquele momento, se utilizando para tanto das notáveis semelhanças entre os governos civis-militares destes países. Assim, fazendo referência as similaridades entre as ditaduras argentina e brasileira, este periódico estabeleceu uma relação de sentidos entre estes regimes e, assim, seus discursos contrários à ditadura argentina e apelando à redemocratização neste país podiam ser facilmente transpostos pelo leitor ao cenário brasileiro. Isto aparece de modo explícito em um editorial lançado poucos dias após o término do conflito:

Alguns setores da imprensa veicularam em suas páginas no dia de ontem que a Junta militar argentina foi pressionada a invadir as Malvinas pelas crescentes mobilizações das forças oposicionistas deste país nos dias que antecederam tal gesto de força. Com isto, acaba se culpando a população argentina, na sua luta pelo restabelecimento da democracia neste país, pelo desastre ocorrido nas Malvinas. Já não bastam a constante repressão e censura que os argentinos vem sofrendo desde 1976, tão bem representadas pelos milhares de desaparecidos políticos e pelas intimidações e coações promovidas contra jornalistas durante a cobertura da Guerra das Malvinas, nem a profunda crise econômica que corrói o poder de compra dos argentinos: para tais segmentos da imprensa, agora estes têm também de carregar este pesado fardo pela derrota de seu país nas ilhas do Atlântico Sul.

Convenientemente, estes setores da imprensa se esquecem que as mobilizações dos argentinos pela redemocratização são absolutamente legítimas e, mais que isto, estas não ocorreriam se a Argentina não fosse governada por um regime militar inapto e autoritário, o qual é o real culpado pelo conflito com os britânicos já que foi ele que, em seu desespero por se manter no poder, deflagrou a invasão das Malvinas. Mais que isto, tais segmentos da imprensa escrita convenientemente escondem que as diversas arbitrariedades cometidas pela ditadura militar argentina também se deram e se dão ainda hoje, embora em menor grau, com relação à ditadura brasileira, a qual tem similaridades gritantes com a argentina. Além de tudo isto, esta parcela da imprensa está implicitamente pedindo para que a população brasileira, que ainda vive sob a lógica do arbítrio e sofre diariamente com este, não se mobilize pelo fim das arbitrariedades ditatoriais e aceite calada a um governo que diversas vezes atua contra a população. Diferentemente destes setores da imprensa, temos a honra e a coragem de dizer que a população brasileira deve lutar por seus direitos e pela democracia,

⁶⁹ “Um balanço da Guerra das Malvinas: as razões do conflito”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 25 jun. 1982, p. 9

assim como fizeram os argentinos, já que somos comprometidos com nosso público e não com o governo⁷⁰.

Este editorial, publicado em resposta àquele veiculado pelo jornal *O Globo* do dia anterior⁷¹, foi o último a tratar do conflito pelas Malvinas e o único a fazer claramente esta conexão de sentidos entre as ditaduras argentina e brasileira. Na grande maioria das vezes, tal ligação entre os regimes destes países era feita de forma velada ou, quando realizada de forma explícita, era promovida a partir de interlocutores externos ao jornal: assim, em diversas ocasiões foi possível observar que *O Estado de São Paulo* empregou a seção “Opinião dos Leitores” para manifestar as críticas à ditadura brasileira e seu autoritarismo, bem como discutir os rumos da redemocratização brasileira. Com isto, tal periódico conseguia expor suas análises nestas temáticas ao mesmo tempo em que buscava se resguardar frente à ditadura civil-militar brasileira, dado que poderia alegar que estaria meramente veiculando textos que foram enviados por seus leitores, os quais não necessariamente são endossados pelo jornal e expressariam sua posição. Como assinala Antonioli (2010), esta estratégia dos periódicos de se utilizarem enunciadoreis externos a este para se tratar de temáticas delicadas, a qual era empregada pelos jornais para se protegerem frente à possíveis retaliações sobre o que era nele afirmado, também se faz presente na cobertura do golpe de Estado chileno de 1973 pelos periódicos *Zero Hora* e *Correio do Povo*.

Acerca dos constrangimentos e intimidações que os jornalistas estrangeiros sofreram na Argentina durante a cobertura da Guerra das Malvinas, *O Estado de São Paulo* deu ampla repercussão a estes eventos nas suas páginas desde os primeiros dias do conflito. Mais que isto, diferentemente de *O Globo*, tal periódico não apenas retratou tais constrangimentos e intimidações, mas também realizou análises sobre estes e as razões de sua ocorrência, as quais, para *O Estado de São Paulo*, se ligavam não ao clima de tensão que envolvia o conflito anglo-argentino, como colocava *O Globo*, mas sim ao fato deste país ser governado por “uma ditadura militar que tem no férreo cerceamento à liberdade de imprensa um de seus pilares de sustentação”⁷². Ademais, além de denunciar a falta de liberdade de imprensa na Argentina, apontando que esta é fruto deste país viver sob um regime autoritário capitaneado pelos militares, *O Estado de São Paulo* fazia a ligação desta com as restrições à liberdade de imprensa vivenciadas no Brasil, no passado e no presente, apontando para as similaridades entre os regimes que as promoviam.

⁷⁰ “A luta pela democracia, as Malvinas e o Brasil”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 21 jun. 1982, p. 2.

⁷¹ “Para não nos tornarmos uma Argentina”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 20 jun. 1982, p. 5.

⁷² “Imprensa estrangeira na Argentina se torna alvo da ditadura”. *O Estado de São Paulo*, 17 abr. 1982, p. 7.

Assim, cotidianamente se noticiavam e teciam alguns comentários acerca das “fortes pressões contra os jornalistas ingleses na Argentina”⁷³ representadas pela detenção destes sob acusações de espionagem em favor do Reino Unido⁷⁴ e pela expulsão destes de seu local de trabalho⁷⁵, assim como pela agressão de alguns outros por manifestantes argentinos⁷⁶. Já quando se tratavam das intimidações e prisões de jornalistas brasileiros, assim como dos diversos constrangimentos e limitações que estes sofriam em sua atividade profissional, este jornal não apenas relatava e discutia brevemente tais eventos, mas sim analisava estes com significativo destaque e assinalava que eles se davam como resultado do caráter ditatorial e autoritário do governo militar argentino:

Se podemos entender os temores que o governo argentino possui com os jornalistas britânicos, dado que eles podem atuar no sentido de remeter ao seu governo informações estratégicas ao esforço de guerra argentino, nada justifica a detenção destes e muito menos a de jornalistas brasileiros, tal como a que ocorreu com o repórter da Rede Globo Hermano Henning. Não há também qualquer razão para censurar parcelas de telejornais brasileiros e nem para amedrontar os jornalistas de nosso país que fazem a cobertura neste da Guerra das Malvinas, já que estes não têm qualquer intenção que não a de informar o público brasileiro acerca do conflito. Aliás, há sim uma razão para tais severas limitações à liberdade de imprensa na Argentina, e esta passa longe de ser as tensões decorrentes da guerra com os britânicos, como colocam alguns jornais, sendo tal razão a ditadura argentina. Como qualquer ditadura, ela quer impor pela força a sua verdade, mesmo que esta seja uma enorme mentira, como bem vimos nos noticiários argentinos acerca da Guerra das Malvinas, os quais eram repletos de gigantescas falsidades sobre o desenrolar do conflito. Neste sentido, os jornalistas brasileiros, em sua nobre missão de informar, se tornam alvos de um governo autoritário e repressor que deseja esconder de sua própria população que a derrota nas Malvinas é iminente⁷⁷.

Desta forma, *O Estado de São Paulo* atuava no sentido de denunciar a falta de liberdade de imprensa na Argentina e “criticar com veemência o tratamento conferido aos jornalistas brasileiros que estão realizando neste país a cobertura da Guerra das Malvinas”⁷⁸. Além de prestar solidariedade àqueles profissionais que sofriam constrangimentos e intimidações em sua atividade jornalística na Argentina, tal periódico indicava que as limitações à liberdade de imprensa neste país eram decorrentes do fato do governo argentino ser ditatorial e autoritário. Neste sentido, a conduta de *O Estado de São Paulo* frente aos constrangimentos e intimidações

⁷³ “Jornalistas ingleses presos”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 17 abr. 1982, p. 8.

⁷⁴ “Com a tomada das Malvinas, jornalistas ingleses são detidos”. 03 abr. 1982, p. 9.

“Jornalistas ingleses presos”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 17 abr. 1982, p. 8.

“Presos os fuzileiros britânicos”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 18 abr. 1982, p. 12.

“Os jornalistas negam que sejam espiões”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 23 abr. 1982, p. 7.

⁷⁵ “Jornalista inglês é expulso”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 27 abr. 1982, p. 9.

“Correspondentes só na capital”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 28 abr. 1982, p. 10.

⁷⁶ “Jornalista inglês é expulso”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 27 abr. 1982, p. 9.

“Populares agridem repórter nas ruas de Buenos Aires”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 03 jun. 1982, p. 9.

⁷⁷ “O jornalismo brasileiro sob ataque na Argentina”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 10 jun. 1982, p. 2.

⁷⁸ “A missão da Imprensa sob a óptica do árbitro”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 28 abr. 1982, p. 3.

sofridos por jornalistas brasileiros na Argentina era bem diferente daquele de *O Globo*, o qual apontava que estas eram casos isolados frutos da tensão decorrente do clima de guerra então vigente naquele país.

Tal postura de *O Estado de São Paulo* se tornou ainda mais enérgica e vigorosa nos dias após o sequestro do enviado especial deste periódico à Argentina para cobrir a Guerra das Malvinas, Rodrigo de Lara Mesquita, o qual era sobrinho do então diretor deste jornal e filho do diretor do Jornal da Tarde, outra publicação pertencente ao Grupo Estado. Assim, após Rodrigo já estar em terras brasileiras, entre os dias 27 de abril e 02 de maio, ganharam significativo espaço nas páginas de *O Estado de São Paulo* uma série de análises sobre tal episódio e as variadas limitações à liberdade de imprensa na Argentina. Além disto, em tais análises também aparecem considerações sobre as restrições à atuação jornalística existentes no Brasil, o que foi uma novidade neste sentido, já que até o presente momento isto não era realizado. Neste sentido, falando sobre as expressões de solidariedade de alguns parlamentares à Rodrigo de Lara Mesquita, um editorial de *O Estado de São Paulo* assinalou que

Embora tais manifestações de repúdio à violência sofrida por Rodrigo de Lara Mesquita sejam bem-vindas, não podemos nos esquecer que as restrições à liberdade de imprensa existem também no Brasil, embora estas sejam menores que as que então se presenciavam na Argentina. O direito à informação também foi e ainda é violado em nosso país, muitas vezes com a anuência e a aprovação de alguns destes mesmos parlamentares que ontem expressaram solidariedade à Rodrigo. Assim, cabe aqui apontar que se estes desejam efetivamente, como foi dito em sua manifestação, ‘permitir que os jornalistas tenham liberdade para informar seu público’, eles têm de pôr em prática tais palavras também com relação ao Brasil, se manifestando contra as intimidações e coações que os jornalistas brasileiros sofrem no solo de nosso país⁷⁹.

Assim, enquanto *O Estado de São Paulo* repercutia o sequestro de Rodrigo de Lara Mesquita foi realizada por ele a conexão de sentidos entre as restrições à liberdade de imprensa vivenciadas na Argentina e no Brasil, diferentemente do que ocorria em outros momentos: fora este episódio, os comentários de *O Estado de São Paulo* sobre a falta de liberdade de imprensa no Brasil eram apresentados de forma velada ou se davam a partir de enunciadores externos, como na já mencionada seção “Opinião dos Leitores”. Um exemplo neste sentido foi um texto que um leitor enviou ao *O Estado de São Paulo*, o qual publicado neste periódico no dia 25 de abril, quando a direção deste já sabia do sequestro de Rodrigo de Lara Mesquita mas não havia publicizado tal evento por ele ainda estar na Argentina:

Um aspecto que tem me chamado a atenção na Guerra das Malvinas é a perseguição aos jornalistas estrangeiros na Argentina. Cotidianamente vemos notícias de prisões, intimidações e até sequestros de correspondentes e enviados especiais a este país. Mais que isto, tem me causado grande espanto o pouco espaço dado pelos jornais

⁷⁹ “Um agradecimento e um pedido”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 27 abr. 1982, p. 2.

brasileiros a tais eventos, com a notável exceção d'O Estado de São Paulo. Como pai de jornalista, me assusta que nossos periódicos publiquem apenas pequenas notas retratando tais violências aos jornalistas na Argentina. Ainda mais tendo em mente que em nosso país ainda ocorrem estas violências à jornalistas, dado que tanto nós como nossos vizinhos somos países ditatoriais que perseguem a atividade jornalística. Ora, porque a defesa desta e dos jornalistas, tão importantes no combate à ditadura e na luta pela redemocratização de nosso país não se faz presente em nossos jornais?⁸⁰

Além disto, a crítica à falta de liberdade de imprensa no Brasil por meio de interlocutores externos ao jornal *O Estado De São Paulo* foi realizada neste periódico também através da reprodução de alguns trechos das notas de solidariedade prestadas à Rodrigo de Lara Mesquita por entidades como o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Além de protestarem contra o sequestro do enviado especial deste jornal à Argentina, tais notas faziam diversas considerações acerca das “graves restrições à liberdade de expressão que se presenciavam também no Brasil”, as quais apareceram neste jornal com relativo destaque.

Todavia, este emprego de interlocutores externos para se denunciar o cerceamento da liberdade de imprensa no Brasil não deve nublar o fato que durante o período que vai de 27 de abril a 02 de maio de 1982 *O Estado de São Paulo* se engajou diretamente, em seus editoriais e na seção específica acerca da Guerra das Malvinas, em uma campanha para criticar a falta de liberdade de imprensa no Brasil e discutir a ditadura e transição democrática brasileiras. Talvez a expressão mais apurada neste sentido tenha sido o editorial publicado na edição do dia 28 de abril de 1982, no qual este periódico critica o fato de outros jornais brasileiros, sobretudo *O Globo*, apenas repudiarem o sequestro de Rodrigo de Lara Mesquita e não “defenderem mais enfaticamente o jornalismo frente às agressões a este promovidas por governos ditatoriais tais como o argentino e o brasileiro”⁸¹:

Assim como dissemos ontem quanto às manifestações de solidariedade prestadas por parlamentares brasileiros à Rodrigo de Lara Mesquita, as diversas manifestações neste sentido advindas dos jornais brasileiros também são muito bem-vindas. Desta forma, agradecemos a todos os jornais, dos mais variados cantos do país, que expressaram sua solidariedade a nosso repórter e, direta ou indiretamente, também a nosso jornal. Porém, cabe aqui colocar que persiste a consideração que expressamos no nosso editorial de ontem: não basta o repúdio à tal atentado contra a liberdade de imprensa, deve-se também reconhecer que há sérias limitações à liberdade de imprensa na Argentina e inclusive no Brasil. Mais que isto, deve-se também agir cotidianamente contra estas limitações e denunciá-las com vigor, já que esta é uma parte indelével da nobre missão do jornalismo, informar, em ditaduras que buscam suprimir a liberdade de imprensa.

Desta forma, avaliamos como insuficientes as manifestações dos jornais brasileiros acerca do ocorrido com nosso repórter haja vista que estas, via de regra, não passaram de protestos contra o sequestro deste jornalista. Colocamos isto pois, se como foi dito

⁸⁰ “Silêncio da imprensa sobre os jornalistas perseguidos”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 25 abr. 1982, p. 2.

⁸¹ “O único guardião do jornalismo?”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 28 abr. 1982, p. 2.

em uma destas manifestações, o sequestro de Rodrigo de Lara Mesquita foi ‘totalmente ilegal e arbitrário’ [referência ao texto “Repórter brasileiro na Argentina é alvo de sequestro por forças ligadas ao governo”, publicado em *O Globo* no dia 27 de abril], muito pouco foi discutido sobre a ditadura de tal país ser a responsável por tal agressão a um jornalista no exercício de suas funções, sendo apenas comentado que o sequestro foi fruto da contrariedade de tal repórter à ação argentina de tomar as ilhas Malvinas [outra referência, agora velada, à *O Globo*]. Mais que isto, nada foi comentado acerca das limitações à liberdade de imprensa que ainda ocorrem no Brasil nos dias de hoje, como se elas não existissem e os governos argentino e brasileiro não comungassem de similaridades inegáveis neste sentido.

Assim, desejamos aqui convidar os jornais brasileiros a defenderem mais enfaticamente o jornalismo frente às agressões a este promovidas por governos ditatoriais tais como o argentino e o brasileiro. Não queremos apenas notas de repúdio ao que ocorreu com nosso jornalista e manifestações de solidariedade a este: estas se perdem no tempo e muito provavelmente nem serão lidas no futuro; desejamos sim que os jornais brasileiros atuem pelo jornalismo de nosso país. Para tanto, é necessário que estes combatam a ditadura ainda vigente em nosso país e as limitações à liberdade de imprensa por ela promovidas, bem como atuem pela redemocratização de nosso país: só assim tais jornais ganharão espaço dentro da História da imprensa e não ficarão, no futuro, perdidos em museus sob o inquietante breu da convivência com censura e o arbítrio. Queremos assim que os jornais brasileiros se juntem à nós em nossa defesa do jornalismo e da democracia nestes tempos tão complexos que estamos vivendo hoje⁸².

Desta forma, podemos afirmar que *O Estado de São Paulo* repercutia as diversas intimidações e constrangimentos que os jornalistas estrangeiros vivenciavam na Argentina durante a cobertura da Guerra das Malvinas, assim como realizava uma série de considerações e análises acerca destes eventos, sobretudo se estes se dessem com jornalistas brasileiros neste país. Além do mais, especialmente quando se abordou o sequestro de Rodrigo de Lara Mesquita, seu enviado especial à Argentina, *O Estado de São Paulo* promoveu a conexão entre as intimidações e constrangimentos que jornalistas estrangeiros sofriam na Argentina e fato de tal país ser naquele momento uma ditadura capitaneada por militares, se utilizando de tais eventos para se fazerem variadas referências às violações da liberdade de imprensa existentes no Brasil, assim como discutir a ditadura e transição democrática brasileiras.

4.2.3 Zero Hora: “Jornalismo, a profissão do perigo”

Como discutido anteriormente, o jornal gaúcho *Zero Hora* desenvolveu uma ampla cobertura da Guerra das Malvinas. Este conflito ocupou as manchetes deste jornal no período analisado em tal pesquisa e suscitou, além do envio à Argentina de dois enviados especiais, a criação de uma subseção específica dentro da seção deste periódico no qual eram tratadas as temáticas internacionais. As reportagens, análises e discussões acerca dos muitos aspectos que

⁸² “O único guardião do jornalismo?”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 28 abr. 1982, p. 2.

envolviam tal conflito veiculadas nesta subseção se somavam aos diversos editoriais deste jornal que tratavam da Guerra das Malvinas, assunto o qual também foi bastante abordado na coluna de Newton Carlos, comentarista internacional de tal periódico, bem como nos espaços opinativos deste, especialmente a seção “Opinião”, na qual se reproduziam textos opinativos enviados por leitores e colaboradores externos ao jornal.

Como também já foi brevemente comentado em segmento anterior deste trabalho, a posição de *Zero Hora* frente à Guerra das Malvinas foi mais favorável à Argentina que aquela adotada pelos jornais *O Globo* e *O Estado de São Paulo* face ao mesmo conflito. Se assim como estes jornais *Zero Hora* solicitava que as partes beligerantes negociassem diplomaticamente, pedindo por uma solução pacífica do conflito e que se evitassem ao máximo o escalar deste, é notável que a postura de *Zero Hora* frente ao embate anglo-argentino foi mais favorável a estes últimos que os demais jornais analisados nesta pesquisa, os quais demonstravam maiores simpatias pelo lado britânico. Assim, apesar da subseção que tratava do conflito pelas Malvinas ser inicialmente intitulada “A invasão das Malvinas”, o que poderia denotar uma reprovação à ação argentina de ocupar militarmente estas ilhas sob posse britânica, fica visível nesta e especialmente nos editoriais de *Zero Hora* uma significativa afinidade com a causa argentina, muito embora se desaprovassem os meios adotados por este país para fazer valer sua reivindicação de soberania sobre as ilhas. Neste sentido, no editorial publicado em 15 de abril de 1982 se coloca que

Embora reprovemos a ação argentina de tomar militarmente as Malvinas, não podemos deixar de notar que o pleito argentino de posse destas ilhas é absolutamente legítimo. Elas são reivindicadas como de seu domínio desde 1833, quando se deu a ocupação *de facto* – mas não *de jure* – de tal arquipélago por forças britânicas, as quais expulsaram a população argentina que naquele momento residia nas ilhas. Mais que isto, os britânicos jamais responderam à altura ao pedido argentino por negociações acerca da posse das Malvinas, o que se manteve mesmo após a Resolução 2065 da Assembleia Geral da ONU, a qual reconheceu a existência de uma disputa de soberania entre Reino Unido e Argentina sobre tais ilhas. Assim, se é muito comentado que a ocupação militar argentina destas ilhas representa uma violação do Direito Internacional, e isto não pode ser negado, devemos observar a contexto anterior que levou à tal fato. Se os britânicos respeitassem a já citada Resolução da ONU que pediu por negociações para solucionar a disputa pelas Malvinas os argentinos certamente não optariam pela tomada militar destas, a qual só foi feita pelo imobilismo das negociações. Se os britânicos tivessem sentado à mesa com os argentinos para discutir a posse destas ilhas trazendo propostas minimamente aceitáveis a estes últimos eles não teriam de se utilizar da força para fazer valer sua vontade de negociar a posse das Malvinas⁸³.

Portanto, diferentemente do que argumentavam *O Globo* e *O Estado de São Paulo*, *Zero Hora* colocava que os responsáveis pela Guerra das Malvinas seriam os britânicos e sua “notória

⁸³ “Os britânicos e as negociações sobre as Malvinas”. *Zero Hora*, Porto Alegre, 15 abr. 1982, p. 2. Grifos do texto.

indisposição em negociar a soberania das ilhas Malvinas com os argentinos”⁸⁴. Desta forma, a narrativa de *Zero Hora* acerca do conflito anglo-argentino por tais ilhas era a de que os britânicos e sua intransigência quanto à posse de tais ilhas haviam forçado os argentinos a tomar militarmente estas para buscar negociar a soberania de tal arquipélago.

Esta postura pró-argentina de *Zero Hora* ganhou ainda mais força quando da chegada da frota britânica ao Atlântico Sul e o início de maiores hostilidades militares entre as partes beligerantes. Assim, quando o conflito pelas Malvinas se tornou efetivamente uma guerra, com a subseção de *Zero Hora* que tratava desta passando a ser denominada “Guerra das Malvinas”, tal periódico passou a apontar que esta é de inteira responsabilidade dos britânicos, “os quais continuam a demonstrar sua indisposição em negociar a posse das Malvinas ao optarem por um conflito armado frente às negociações propostas pelos argentinos”⁸⁵. Além disto, como Newton Carlos escreveu em sua coluna dias após o efetivo início da guerra, ela seria fruto de um “exercício tardio de colonialismo”⁸⁶:

Se a crise das Malvinas recentemente se tornou uma guerra aberta entre argentinos e britânicos, isto se deu como fruto da incapacidade destes últimos em reconhecer os dias em que vivemos hoje. Ao exigir que suas tropas voltassem a ocupar as ilhas Malvinas para iniciar as negociações acerca da posse destas e não apenas que os argentinos se retirassem de tais ilhas para dar lugar às tropas da ONU, o Reino Unido adota uma posição intransigente e, mais que isto, aponta que ainda crê viver em tempos nos quais o colonialismo é aceitável. Pois, afinal de contas, o que representa a posse britânica destas ilhas distantes vários milhares de quilômetros de seu território se não um exercício tardio de colonialismo? Além do mais, com tal postura os britânicos se tornam os culpados por uma guerra que infelizmente vem provocando uma série de perdas de vidas e abalando o sistema internacional, o qual vem sendo fortemente conturbado por tal disputa dentre o bloco ocidental-capitalista⁸⁷.

A partir do desembarque britânico nas Malvinas *Zero Hora* deixa de lado sua postura pró-Argentina e passa a apontar este país como sendo o culpado por tal “guerra inútil e despropositada”⁸⁷ dada sua intransigência em negociar o término desta apesar das propostas britânicas neste sentido. Desta forma, a intransigência, termo tão frequente em *Zero Hora*, passa a ser agora associada também aos argentinos, os quais seriam os responsáveis pelo sangrento choque final nas Malvinas entre as forças argentinas e britânicas:

Se em vários editoriais anteriores expressamos nossas críticas à irredutibilidade britânica em negociar a posse das Malvinas com os argentinos, agora temos de tomar a mesma atitude com relação a estes últimos. Frente às propostas britânicas para retirarem-se das Malvinas e sem grandes alternativas a isto, já que estavam cercados pelo ar e pelo mar por forças britânicas, os argentinos optaram pelo orgulho nacional de ‘resistir até o último homem’, como disse o presidente argentino Galtieri.

⁸⁴ “Negociações travadas, ontem e hoje”. *Zero Hora*, Porto Alegre, 10 abr. 1982, p. 27.

⁸⁵ “Irredutibilidade britânica”. *Zero Hora*, Porto Alegre, 11 mai. 1982, p. 22.

⁸⁶ “Guerra das Malvinas e o colonialismo”. *Zero Hora*, Porto Alegre, 03 mai. 1982, p. 18.

⁸⁷ “Guerra inútil e despropositada”. *Zero Hora*, Porto Alegre, 24 mai. 1982, p. 6.

Intransigentes em não saírem das ilhas pacificamente, os argentinos são os culpados por um derramamento de sangue absolutamente desnecessário já que, exceto se ocorrer algo muito espetacular, os britânicos serão os vencedores no solo das Malvinas. Apesar de ainda sermos solidários ao pleito argentino de posse destas ilhas, não podemos deixar de manifestar aqui o nosso repúdio à posição intransigente que foi adotada por este país nos últimos dias, a qual só levará à inútil perda de vidas de seus soldados, abandonados à própria sorte neste gélido arquipélago do Atlântico Sul⁸⁸.

Portanto, a partir do desembarque das tropas britânicas nas Malvinas *Zero Hora* passou a caracterizar a Argentina como sendo a principal responsável pela “insensata e trágica continuidade do conflito nas terras das Malvinas”⁸⁹. Assim, *Zero Hora* passa a apontar que o culpado pelo continuar da guerra era “a Argentina”⁹⁰ ou “o governo argentino”⁹¹, assim como colocava *O Globo*, raramente sendo mencionado como responsável por esta a “Junta Militar argentina”⁹², a “ditadura argentina”⁹³ ou “os militares argentinos”⁹⁴, como afirmava repetidamente *O Estado de São Paulo*. Ademais, assim como ocorreu em *O Globo*, poucos foram os momentos em que *Zero Hora* afirmou o caráter ditatorial do governo militar argentino ou culpou diretamente os militares que governavam este país pelo conflito, como fazia diariamente *O Estado de São Paulo*. Mais que isto, pouquíssimas vezes foi apontado que a motivação dos militares argentinos para atacar as Malvinas era a crise política que o regime por eles capitaneado estava vivenciando dada a crise econômica deste país e as manifestações pela redemocratização argentina: excluindo cinco textos neste sentido enviados por leitores deste jornal, neste puderam ser encontrados apenas um editorial e uma reportagem em que isto é mencionado, ainda assim de forma superficial⁹⁵. Assim como *O Globo*, *Zero Hora* chegou inclusive a afirmar que a população argentina era indiretamente a responsável pela Guerra das Malvinas dado seu “intenso desejo, impresso nos corações e nas mentes argentinas, de retomar as ilhas que, em seu ver, foram ocupadas pelos britânicos há quase um século e meio”⁹⁶.

O que foi apontado no parágrafo acima se explica pelo posicionamento de *Zero Hora* frente à redemocratização brasileira, o qual foi muito similar àquele adotado por *O Globo*: estes dois jornais apresentavam posturas acerca da transição democrática brasileira que eram

⁸⁸ “Intransigência agora parte dos argentinos”. *Zero Hora*, Porto Alegre, 20 mai. 1982, p. 2.

⁸⁹ “Guerra chega de vez às Malvinas”. *Zero Hora*, Porto Alegre, 25 mai. 1982, p. 20.

⁹⁰ “Argentina e sua culpa pelo atual derramamento de sangue”. *Zero Hora*, Porto Alegre, 02 jun. 1982, p. 13.

⁹¹ “Governo argentino opta pela guerra”. *Zero Hora*, Porto Alegre, 23 mai. 1982, p. 21.

⁹² “Junta militar argentina decide pelo combate”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 25 mai. 1982, p. 10.

⁹³ “Ditadura argentina busca no conflito com os ingleses uma maior sobrevida”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 27 mai. 1982, p. 9.

⁹⁴ “Sangue nas mãos dos militares argentinos”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 10 jun. 1982, p. 8.

⁹⁵ “Os argentinos e as Malvinas, hoje”. *Zero Hora*, Porto Alegre, 04 abr. 1982, p. 2.

“Razões para o desembarque nas Malvinas”. *Zero Hora*, Porto Alegre, 03 abr. 1982, p. 23.

⁹⁶ “Nacionalismo argentino e as Malvinas”. *Zero Hora*, Porto Alegre, 16 jun. 1982, p. 2.

profundamente alinhadas com aquelas do governo que conduzia tal transição. Neste sentido, tais periódicos se diferenciavam d’*O Estado de São Paulo*, o qual procurava em alguma medida tencionar a abertura política “lenta, gradual e segura” executada pelo governo: por exemplo, tal jornal coloca que os brasileiros deveriam promover “[...] uma redemocratização que, pautada pelo bom senso e pela moderação, seja mais substantiva que a que vemos hoje de modo a que alcancemos no futuro uma democracia que melhor sirva a todos os brasileiros”⁹⁷. Assim, enquanto *O Estado de São Paulo* pedia “[...] moderação, comedimento e bom senso por parte da oposição”⁹⁸ ao discutir os comentários feitos por um grupo de deputados oposicionistas acerca do não julgamento de militares que participaram de atividades repressivas na ditadura civil-militar brasileira, *Zero Hora*, tratando o mesmo episódio em um editorial intitulado “A inutilidade do radicalismo”, afirmava com um toma mais duro que

A oposição vem adotando recentemente algumas posturas que vão contrariamente à redemocratização por ela defendida. O questionamento do fato de militares brasileiros não poderem ser julgados por suas atividades repressivas prévias à Lei da Anistia é um claro exemplo disto. [...] As falas de lideranças oposicionistas nas quais se pedia a responsabilização criminal destes militares não servem de nenhum modo para ‘fazer justiça às vítimas e suas famílias’, como foi dito em plenário, mas apenas para acentuar os temores de setores contrários à redemocratização de que esta possa abrir as portas para o revanchismo. Com estas, o governo brasileiro, que até então vem conduzindo a transição democrática sem grandes percalços, cada vez mais tem de enfrentar obstáculos neste sentido não só daqueles grupos que querem acelerar tal processo de abertura política, mas também daqueles que querem freá-lo dado que vêm nele nada mais que a possibilidade de revanchismo. [...] Desta forma, com suas posturas demasiado radicais em algumas temáticas, a oposição não apenas dificulta a redemocratização que ela tanto diz buscar, mas compromete esta e inclusive colabora para o possíveis retrocessos desta⁹⁹.

Por se mostrar favorável à uma abertura política “[...] ponderada e [...] conduzida pela razão e não pela emoção”¹⁰⁰, o jornal *Zero Hora* procurava não apresentar o governo argentino como uma ditadura dado que, pelas inegáveis similaridades desta com a brasileira, ao fazer transparecer tais semelhanças entre estas isto poderia minar a legitimidade do governo ditatorial brasileiro em conduzir a transição “lenta, gradual e segura” defendida por *Zero Hora*. Em sentido oposto a este jornal e a *O Globo*, *O Estado de São Paulo*, por ser abertamente favorável à redemocratização brasileira, responsabilizava os militares argentinos que lideravam a ditadura deste país pela Guerra das Malvinas dado que isto facilitava a ligação de sentidos e discursos entre as ditaduras brasileira e argentina: neste sentido, o conflito anglo-argentino pelas Malvinas foi empregado por este jornal paulista para se tecerem críticas diretas e indiretas ao

⁹⁷ “Transição hoje e democracia amanhã”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 29 jun. 1982, p. 2.

⁹⁸ “A Lei da Anistia e a transição brasileira”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 15 mai. 1982, p. 2.

⁹⁹ “A inutilidade do radicalismo”. *Zero Hora*, Porto Alegre, 16 mai. 1982, p. 2.

¹⁰⁰ “A democracia que queremos”. *Zero Hora*, Porto Alegre, 12 mai. 1982, p. 14.

governo brasileiro, se utilizando para tanto das similaridades deste com seu congêneres argentino.

Todavia, devemos aqui pontuar que enquanto o jornal *O Globo* usou a Guerra das Malvinas, de forma aberta ou velada, para defender a transição democrática liderada pelo governo civil-militar, como fica bem expresso no editorial “Para não nos tornarmos uma Argentina”¹⁰¹, isto não se deu em *Zero Hora*, o qual não realizou conexões de sentidos entre o que estava ocorrendo na Argentina e no Brasil. Portanto, se este periódico não empregou tal conflito para condenar os governos argentino e brasileiro, tal como fez *O Estado de São Paulo*, ele também não usou a Guerra das Malvinas para defender a transição democrática “lenta, gradual e segura” tal como fez *O Globo*. Desta forma, diferentemente dos outros dois jornais analisados nesta pesquisa, *Zero Hora* não empregou a Guerra das Malvinas para fazer discussões acerca da redemocratização brasileira; além disto, podemos afirmar que tal periódico se situou neste aspecto em uma posição intermediária entre estes outros dois jornais, já que enquanto *O Estado de São Paulo* empregou tal conflito para defender o aprofundamento da transição brasileira, *O Globo* usou este para defender a abertura política “lenta, gradual e segura”.

Apesar de se afirmar como “um jornal que dá espaço para todos: governo e oposição, campo e cidade, colorados e gremistas”¹⁰², como menciona uma propaganda recorrentemente veiculada nas suas páginas, *Zero Hora* deu um espaço bastante pequeno nestas às intimidações e constrangimentos vivenciados por jornalistas estrangeiros na Argentina durante a cobertura da Guerra das Malvinas. A repercussão de eventos neste sentido em *Zero Hora*, diferentemente do que se presenciou em *O Estado de São Paulo* e *O Globo*, se constituía tão somente de diminutas notas as quais muitas vezes se perdiam dentre as reportagens acerca da Guerra das Malvinas. Além disto, assim como se deu em *O Globo*, na repercussão em *Zero Hora* de tais intimidações e constrangimentos apenas descreviam-se tais eventos, não se fazendo maiores comentários e análises acerca destes. Outro aspecto que é necessário apontar aqui é que foram noticiados apenas as intimidações e constrangimentos vivenciados por jornalistas brasileiros, não sendo retratados nas páginas de *Zero Hora* eventos neste sentido sofridos por jornalistas de outros países que se encontravam na Argentina para realizar a cobertura da Guerra das Malvinas: a única exceção a isto é uma pequena reportagem na qual se repercute um balanço

¹⁰¹ “Para não nos tornarmos uma Argentina”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 20 jun. 1982, p. 5.

¹⁰² “Um jornal de todos”. *Zero Hora*, Porto Alegre, 30 abr. 1982, p. 25.

das detenções de jornalistas britânicos e estadunidenses realizada pelo Sindicato dos Editores de Jornais Britânicos¹⁰³.

Assim, as páginas de *Zero Hora* repercutiram brevemente a censura de uma matéria jornalística que seria veiculada no Jornal Nacional¹⁰⁴, o telejornal da TV Globo que então era mais assistido no Brasil, bem como as dificuldades do jornalista Paulo Alceu para enviar ao Brasil uma entrevista que ele realizou com o ex-chanceler argentino Oscar Camilion haja vista ele ter feito uma pergunta que não foi de agrado de tal autoridade¹⁰⁵. Além destes eventos, retratados em notas com menos de cem palavras, foram noticiados em *Zero Hora* a expulsão da Argentina do repórter Francisco José¹⁰⁶ e a prisão neste país do repórter Hermano Henning e o cinegrafista que o acompanhava, os quais ficaram detidos por três dias¹⁰⁷, todos os quais receberam manifestações de solidariedade por parte de *Zero Hora*.

Maiores expressões de solidariedade foram prestadas ao jornalista José Casado, enviado especial da *Gazeta Mercantil* à Argentina para cobrir a Guerra das Malvinas, o qual foi posto sob proteção de agentes policiais neste país sem que esta tenha sido requisitada por ele ou por autoridades brasileiras sob a justificativa de zelar pela sua segurança¹⁰⁸. Único dentro os jornais analisados nesta pesquisa que noticiou tal evento, provavelmente fruto do fato que “José Casado trabalhou na *Zero Hora* por longos anos e ainda hoje é amigo pessoal de vários jornalistas de nossa redação”¹⁰⁹, este periódico assinalou que

Se o oferecimento de proteção à jornalistas estrangeiros presentes na Argentina durante a Guerra das Malvinas é positivo, dado alguns eventos que ocorreram com estes nos últimos dias [por exemplo, no dia anterior havia sido sequestrado um grupo de jornalistas estrangeiros neste país, o que não foi noticiado por *Zero Hora*¹⁰⁸], o fato é que Casado tinha sim sérias razões para se preocupar, já que não havia solicitado tal ‘acompanhamento constante’ de policiais argentinos, o que poderia ser uma intimidação e vigilância deste por parte de autoridades deste país¹⁰⁹.

O único momento em que *Zero Hora* fez maiores considerações acerca das graves limitações à liberdade de imprensa presentes na Argentina foi quando este periódico repercutiu o sequestro de Rodrigo de Lara Mesquita, enviado especial de *O Estado de São Paulo* em tal

¹⁰³ “Jornalistas ingleses e americanos na Argentina: um duro balanço”. *Zero Hora*, Porto Alegre, 23 mai. 1982, p. 17.

¹⁰⁴ “Parte do Jornal Nacional é censurada na Argentina”. *Zero Hora*, Porto Alegre, 04 abr. 1982, p. 30.

¹⁰⁵ “Jornalista brasileiro enfrenta dificuldades para enviar material para o Brasil”. *Zero Hora*, Porto Alegre, 09 abr. 1982, p. 24.

¹⁰⁶ “Repórter brasileiro é expulso da Argentina”. *Zero Hora*, Porto Alegre, 8 jun. 1982, p. 17.

¹⁰⁷ “Jornalistas da Rede Globo são presos”. *Zero Hora*, Porto Alegre, 10 jun. 1982.

¹⁰⁸ Telegrama enviado da Embaixada do Brasil em Buenos Aires para o Ministério das Relações Exteriores no dia 14 de maio de 1982. Classificação 690.8 (B46). MSG (OF01180B), caráter Confidencial. Urgentíssimo.

¹⁰⁹ “Constantes temores na cobertura da Guerra das Malvinas”. *Zero Hora*, Porto Alegre, 15 mai. 1982, p. 33.

país durante a Guerra das Malvinas. Assim como *O Globo*, *Zero Hora* retratou e discutiu tal evento, analisando em suas páginas que este foi motivado por tal jornalista

[...] expressar contrariedade à ação do governo argentino em tomar as Malvinas, o que provocou a ira dos grupos parapoliciais que o sequestraram; grupos estes que, ao que tudo indica, não possuem ligação com o governo deste país, o qual ademais é descrito por Rodrigo como tendo traços de autoritarismo¹¹⁰.

Assim, além de repercutir o sequestro de Rodrigo de Lara Mesquita e apresentar seu “profundo repúdio a tal agressão à liberdade de imprensa”¹¹⁰, bem como expressar sua “solidariedade a este que é um dos mais promissores jornalistas do país”¹¹⁰, *Zero Hora* fez comentários e observações acerca das restrições à liberdade de imprensa na Argentina, assinalando que estas “[...] ocorrem mais pela tensão derivada do conflito pelas Malvinas, com a população agindo contra jornalistas estrangeiros, do que pelos traços autoritários do governo argentino denunciados por Rodrigo, muito embora estes não possam ser ignorados”¹¹⁰.

Assim como se deu em *O Globo*, *Zero Hora* não afirmava diretamente o caráter autoritário e ditatorial do governo argentino nem fez associações entre as limitações à liberdade de imprensa registradas neste país e aquelas que se presenciavam no Brasil, contrariamente ao que desejava *O Estado de São Paulo*, periódico no qual Rodrigo trabalhava, o qual colocou em um editorial que “[...] não basta o repúdio à tal atentado contra a liberdade de imprensa, deve-se também reconhecer que há sérias limitações à liberdade de imprensa na Argentina e inclusive no Brasil”¹¹¹. Isto fica expresso de forma bastante visível em três textos de autoria de Imara Stallbaum, correspondente de *Zero Hora* na Europa, os quais foram publicados nos dias 28, 29 e 30 de abril como uma resposta ao sequestro de Rodrigo de Lara Mesquita. Intitulados “Jornalismo, a profissão do perigo”, estes artigos opinativos argumentavam em linhas gerais que “as agressões à jornalistas e à atividade jornalística, tais como o sequestro de um jornalista brasileiro na Argentina noticiado ontem em ZH, se dão nos mais diversos cantos do mundo”¹¹²:

Em países em guerra ou em paz, em ditaduras ou democracias, cada vez mais o jornalismo e os jornalistas vem sendo tratados como inimigos e vistos como os responsáveis pelas mazelas políticas, econômicas e sociais. O jornalismo vem sendo perseguido na democracia italiana, onde dois repórteres foram presos recentemente por não revelarem suas fontes, bem como na ditadura norte-coreana, na qual os jornalistas os nacionais são submetidos à férreo controle do Estado e os estrangeiros são impedidos de entrar no país. O jornalismo vem sendo ameaçado na pacífica Suíça, onde a nova legislação que regula a atividade da mídia promove uma série de restrições a esta, bem como no conturbado Irã, no qual é divulgada a cada semana notícias que retratam a morte de jornalistas e a censura que vigora em tal país.

¹¹⁰ “Jornalista brasileiro é sequestrado na Argentina”. *Zero Hora*, Porto Alegre, 27 abr. 1982, p. 17.

¹¹¹ “O único guardião do jornalismo?”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 28 abr. 1982, p. 2.

¹¹² “Jornalismo, a profissão do perigo (I)”. *Zero Hora*, Porto Alegre, 28 abr. 1982, p. 2.

Nada disso tem a ver com ditadura ou democracia, paz ou guerra: o que há é um ataque global ao jornalismo e sua missão de bem informar. Rodrigo de Lara Mesquita foi sequestrado na Argentina não pelo fato deste país ser ou não uma ditadura, mas sim por sua atuação jornalística que desagradava seus sequestradores. Se hoje são denunciadas algumas limitações à liberdade de imprensa no Brasil, estas são um fenômeno global que independe de caracterizarmos nosso país como uma democracia ou uma ditadura¹¹³.

Assim, podemos afirmar que *Zero Hora* noticiava as intimidações e constrangimentos sofridos por jornalistas brasileiros na Argentina durante a cobertura da Guerra das Malvinas mas não chegava a denunciar com veemência a falta de liberdade de imprensa neste país, muito embora tenha feito algumas considerações neste sentido quanto tratou do sequestro de Rodrigo de Lara Mesquita. Em suas ponderações quanto à falta de liberdade de imprensa na Argentina durante a Guerra das Malvinas *Zero Hora* indicava que esta seria causada pela tensão provocada pelo clima de guerra neste país, não se vinculando esta ao fato do governo deste país ser autoritário e ditatorial – termos os quais eram evitados por *Zero Hora* para se referir ao governo argentino. Além disto, não foram realizadas maiores comentários e referências às violações da liberdade de imprensa no Brasil, presentes ou pretéritas, nem foi discutida a partir destas a ditadura e transição democrática brasileiras.

¹¹³ “Jornalismo, a profissão do perigo (III)”. *Zero Hora*, Porto Alegre, 30 abr. 1982, p. 2.

CONCLUSÃO

O presente estudo se propôs a analisar como três jornais brasileiros – *O Globo*, *O Estado de São Paulo* e *Zero Hora* – realizaram a cobertura da Guerra das Malvinas. Mais que verificar a forma como tais periódicos repercutiram e retrataram este embate militar, esta pesquisa intentou apreciar o modo como a Guerra das Malvinas foi empregado por estes jornais para se fazerem análises e discussões sobre a ditadura e redemocratização brasileiras. Como argumentado, a Guerra das Malvinas se constituiu em uma oportunidade singular para os periódicos analisados nesta pesquisa criticarem o governo argentino, que possuía naquele momento traços ditatoriais e autoritários em comum com o brasileiro, os quais poderiam ser evocados por tais periódicos para discutirem a ditadura e transição democrática brasileiras, bem como para se tecerem críticas e denúncias às posições e ações do governo brasileiro com relação à perseguição da oposição e à supressão da liberdade de imprensa. Isto ficou ainda mais viável já que durante o conflito variados jornalistas brasileiros que realizavam a cobertura deste em solo argentino, muitos dos quais trabalhavam para os periódicos aqui analisados, foram alvo de constrangimentos e intimidações por parte da ditadura argentina e seus colaboradores, tais eventos se constituindo em ocasiões *sui generis* para estes jornais criticarem as violações à liberdade de imprensa promovidas pelo governo ditatorial brasileiro bem como tecer críticas a este em uma série de outros aspectos.

Assim, tendo como pano de fundo o conflito pelas Malvinas, se intentou averiguar qual foi o papel e a atuação de *O Globo*, *O Estado de São Paulo* e *Zero Hora* frente ao processo de redemocratização brasileiro; em outras palavras, a partir da análise da cobertura de tal evento específico por estes jornais se procurou compreender qual era o papel e a atuação destes frente à transição democrática brasileira. Para tanto, se procedeu à análise dos textos veiculados nestes periódicos que se relacionavam ao conflito anglo-argentino, aos constrangimentos e intimidações que os jornalistas brasileiros sofreram na Argentina na cobertura deste e à liberdade de imprensa entre o dia primeiro de abril de 1982 e 30 de junho deste ano. Além de tal material empírico que constituiu a base fundamental desta pesquisa, empregamos nesta alguns livros e entrevistas de correspondentes internacionais e enviados especiais que participaram da cobertura deste conflito e delinearam como esta se deu, bem como telegramas enviados da embaixada brasileira em Buenos Aires que descreviam e discutiam as intimidações por eles sofridas na Argentina.

Após analisarmos como se deu a evolução dos estudos sobre as transições democráticas e o desenvolvimento daquela que se deu no Brasil, de caráter pactuado, dado que foi promovida e conduzida pelos governantes do regime autoritário, investigamos qual foi a atuação da grande imprensa na ditadura e redemocratização brasileira e o papel por ela desempenhado em tais períodos históricos, realizando uma série de discussões e observações neste sentido. Posteriormente a isto, apontamos algumas considerações sobre a da análise de discurso, metodologia empregada neste trabalho, bem como observações a respeito do uso dos jornais enquanto fonte e objeto de pesquisa.

Discutido tudo isto chegamos à parcela mais original deste trabalho em seu quarto capítulo. Na primeira seção deste traçamos o histórico de cada um dos três jornais analisados nesta pesquisa, falamos brevemente sobre a postura de cada um destes frente à redemocratização brasileira e tratamos sobre a repercussão que estes deram ao conflito. Além disto, discutimos a presença de seus jornalistas na Argentina durante a cobertura da Guerra das Malvinas e retratamos os constrangimentos e intimidações por eles sofridos durante esta.

Feito isto partimos na segunda seção deste capítulo à análise de como *O Globo*, *O Estado de São Paulo* e *Zero Hora* cobriram a Guerra das Malvinas e se utilizaram desta, bem como dos constrangimentos e intimidações aos jornalistas na cobertura deste conflito, para realizar análises e discussões sobre a transição democrática brasileira. Começamos apontando que todos estes jornais – os quais são analisados separadamente para fins didáticos, assim como se deu na seção acima – cobriram extensamente o conflito, repercutindo e discutindo este em seus mais variados aspectos. Assinalamos que embora tanto *O Globo*, *O Estado de São Paulo* e *Zero Hora* pedissem pela solução pacífica e negociada do conflito, estes jornais adotaram posicionamentos diferenciados quanto à este: enquanto *O Globo* sempre se mostrou favorável aos britânicos, *O Estado de São Paulo* demonstrou alguma simpatia pela causa argentina até a chegada dos britânicos ao Atlântico Sul e o conseqüente início da guerra, ao passo que *Zero Hora* se mostrou bastante pró-Argentina até o momento em que as tropas britânicas desembarcaram nas Malvinas, já ao final do conflito.

Quanto às discussões realizadas acerca da redemocratização brasileira a partir da Guerra das Malvinas, estes três jornais também adotaram posturas bastante diferentes entre si: se para *O Globo* a Guerra das Malvinas demonstrava os perigos de uma transição democrática demasiado acelerada, se utilizando tal conflito para apreçoar as virtudes da transição “lenta, gradual e segura” que vinha se desenvolvendo no Brasil, *O Estado de São Paulo* foi exatamente pelo caminho oposto, empregando a tal conflito para tensionar o processo de transição.

Enquanto isto, o jornal gaúcho *Zero Hora* não realizou ligações entre a Guerra das Malvinas e o processo de redemocratização brasileiro.

Por fim, ligando-se com o comentado anteriormente, se analisou como estes jornais retrataram as intimidações e constrangimentos sofridos por jornalistas durante cobertura da Guerra das Malvinas na Argentina e se utilizaram destas para falar sobre a liberdade de imprensa no Brasil. Neste aspecto, novamente os três jornais tiveram posturas bastante diferentes entre si. *O Globo*, que foi o periódico que teve mais jornalistas que sofreram intimidações e constrangimentos em solo argentino, repercutia os eventos neste sentido, seja aqueles que acontecia com seus jornalistas e aqueles de outros meios de comunicação, mesmo internacionais, muito embora não discutisse eles mais profundamente, com exceção do sequestro de Rodrigo de Lara Mesquita, nem realizasse a partir deles discussões acerca da liberdade de imprensa no Brasil. *O Estado de São Paulo*, que teve seu enviado especial Rodrigo de Lara Mesquita sequestrado na Argentina – este, ademais, era sobrinho do diretor de tal periódico – noticiava todos as agressões que ocorriam neste país contra a liberdade de imprensa, discutindo esta e associando elas ao fato de tal país ser uma ditadura, aproveitando as similaridades da ditadura deste país com a brasileira para tecer comentários sobre a liberdade de imprensa no Brasil e a redemocratização no país. Por outro lado, *Zero Hora* adotou uma postura bastante similar à *O Globo*: se nenhum de seus dois enviados especiais à Argentina reportou publicamente ter sofrido qualquer constrangimento ou intimidação neste país, tal periódico repercutia os eventos neste sentido que se davam com jornalistas brasileiros mas não chegava a discutir eles mais profundamente, com exceção do sequestro de Rodrigo de Lara Mesquita, nem realizava a partir destes eventos quaisquer discussões acerca da liberdade de imprensa no Brasil e a redemocratização deste país. Assim, podemos dizer que apenas *O Estado de São Paulo* se mobilizou efetivamente na denúncia de tais agressões à liberdade de imprensa e na defesa desta, fazendo considerações sobre as limitações à liberdade de imprensa no Brasil, tanto explícitas quanto veladas, seja em seu próprio texto quanto à partir de interlocutores externos, como colunas opinativas de leitores.

Foi colocado na introdução deste trabalho que se realizaria em tal conclusão deste não apenas a exposição sintética do que foi nele desenvolvido e seus principais achados, mas também que se indicariam alguns caminhos pertinentes de serem trilhados nos estudos acerca da imprensa na transição democrática brasileira, um campo de pesquisas tão vasto e complexo e até agora pouco explorado pela Ciência Política. Para evitar ser demasiado repetitivo, menciono que muitas das principais contribuições que posso colocar neste sentido se fazem

presentes no segundo capítulo de tal trabalho, no qual discuto especificamente a imprensa na redemocratização brasileira. Todavia, além de reforçar minha consideração de que não devemos tomar a imprensa como sendo a marionete do regime civil-militar ou a heroína que luta contra este, outra observação que gostaria de fazer aqui aos futuros estudos acerca da imprensa na redemocratização é que não se deve tomar a imprensa como sendo um monólito. Visualizamos neste trabalho que mesmo um setor bem específico desta, a grande imprensa escrita, pode adotar posturas bastante diferenciadas quanto à mesma temática como por exemplo a Guerra das Malvinas ou a redemocratização brasileira. Se poderíamos pensar inicialmente que a série de características compartilhadas pelos três jornais analisados nesta pesquisa contribuiria para que estes fizessem uma cobertura similar de tal conflito e adotassem posicionamentos similares quanto à este e a transição democrática brasileira, observamos nesta pesquisa que isto não se verifica; pelo contrário, cada um deles adotou posturas e posicionamentos singulares e únicos quanto à tais temáticas.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de. A mídia brasileira na transição democrática. *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 28., 2004, Caxambu. **Anais eletrônicos** [...]. Caxambu: ANPOCS, 2004, p. 1-18. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/papers-28-encontro/st-5/st09-5/3956-aabreu-a-midia/file>. Acesso em: 02 mai. 2019.
- ABREU, Alzira Alves de. A mídia na transição democrática brasileira. **Sociologia, problemas e práticas**, Lisboa, n. 48, p. 53-65, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/spp/n48/n48a05.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2019.
- ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Uma instituição ausente nos estudos de transição: a mídia brasileira. *In: ABREU, Alzira Alves de (org.). A democratização no Brasil: atores e contextos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 67-102.
- ANTONIOLLI, Gabriel Bandeira. **Censura e imprensa na ditadura militar brasileira: o golpe de Estado chileno pelas páginas do Correio do Povo e Zero Hora (setembro de 1973)**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990. 51 p.
- ARTURI, Carlos Schmidt. O debate teórico sobre mudança do regime político: o caso brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 17, p. 11-31, 2001.
- BARBOSA, Marialva. A reforma e a liderança de *O Globo*. *In: BARBOSA, Marialva. História cultural da imprensa: Brasil – 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 209-212.
- CABRAL, Antônio; MARTINEZ, Hugo; WILSON, Marcos; GODOY, Roberto. **Guerra santa nas Malvinas: história de uma derrota**. São Paulo: EMW Editores, 1983. 171 p.
- CAVAROZZI, Marcelo. Ciclos políticos na Argentina a partir de 1955. *In: O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C.; WHITEHEAD, Laurence. Transições do regime autoritário: América Latina*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988. p. 37-75.
- CORDEIRO, Rafaela Queiroz Ferreira. Considerações basilares para a análise dos jornais como fonte de pesquisa. **Estudos em jornalismo e mídia**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 15-22, 2004.
- DASSIN, Joan R. The Brazilian Press and the Politics of Abertura. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, Miami, v. 26, n. 3, p. 385-414, 1984. Disponível em: <https://scihub.tw/10.2307/165675>. Acesso em 12 ago. 2019.
- DUARTE, Celina Rabello. Imprensa e redemocratização no Brasil. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 181-195, jan./abr. 1983. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1YSitrWHQW73NQl5r0wTcRrZHBqyWHPKj/edit>. Acesso em 03 mai. 2019.
- DUARTE, Celina Rabello. **Imprensa e redemocratização no Brasil: um estudo de duas conjunturas, 1945 e 1974-1978**. 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Estudos de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1987.

ESTADO de São Paulo, O. *In*: CENTRO de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estado-de-sao-paulo-o>. Acesso em: 07 mai. 2019.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. (Coleção O Brasil Republicano, volume 4). 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 167-205.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997. 188 p.

GLOBO, O. *In*: CENTRO de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/globo-o>. Acesso em: 07 mai. 2019.

HUNTINGTON, Samuel. **A terceira onda**: a democratização no final do século XX. São Paulo: Ática. 1994. 335 p.

LEITE, Carlos Henrique Ferreira. Teoria, metodologia e possibilidades: os jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica. **Escritas**, Araguaína, v. 7, n. 1, p. 3-17, 2015. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/1629/8314>. Acesso em: 05 ago. 2019.

LIMA, Venício Artur de. Sete teses sobre mídia e política no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 61, p. 48-57, mar./mai. 2004. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13317>. Acesso em: 27 jul. 2019.

LINZ, Juan J.; STEPAN, Alfred. **Problems of Democratic Transition and Consolidation**: Southern Europe, South America and Post-Communist Europe. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1996. 504 p.

LOPEZ, Ernesto. Argentina: um longo caminho rumo ao controle civil sobre os militares. *In*: SAINT-PIERRE, Héctor Luis (org.). **Controle civil sobre os militares e política de defesa na Argentina, no Brasil, no Chile e no Uruguai**. São Paulo: Editora UNESP, 2007. p. 15-32.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos, e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

MAINWARING, Scott. Transition to Democracy and Democratic Consolidation: Theoretical and Comparative Issues. *In*: MAINWARING, Scott; O'DONNELL, Guillermo; VALENZUELA, Arturo. **Issues in Democratic Consolidation**: The New South American Democracies in Comparative Perspective. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1992. p. 19-50.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. Transições políticas na América Latina em perspectiva comparada. **Pensamento plural**, Pelotas, n. 06, p. 57-69, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pensamentoplural/article/view/3655/2991>. Acesso em: 13 jun. 2019.

MEMÓRIA GLOBO. [Guerra das Malvinas]. Rio de Janeiro, RJ: Memória Globo, c. 2013. Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/coberturas/guerra-das-malvinas.htm>. Acesso em: 14 jun. 2019.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014. 368 p.

NETO, Tomaz Espósito. **A Política Externa Brasileira frente ao conflito das Falklands/Malvinas (1982)**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. 189 p.

NOHLEN, Dieter; THIBAUT, Bernard. Investigación sobre la transición en América Latina: enfoques, conceptos, tesis. **Arbeitspapier**, Heidelberg, n. 11, p. 117-139, 1994. Disponível em: <https://sci-hub.se/10.1590/S0104-44782001000200006>. Acesso em: 13 jul. 2019.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C. **Transições do regime autoritário: primeiras conclusões**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988. 147 p.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. Campinas: Pontes, 2015. 98 p.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Com a palavra o senhor presidente José Sarney: o discurso do Plano Cruzado**. São Paulo: Hucitec, 1989. 193p.

PINTO, Céli Regina Jardim. Elementos para uma análise do discurso político. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 24, p. 78-109, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/821/605>. Acesso em: 03 ago. 2019.

RÜDIGER, Francisco Ricardo. Rede Brasil Sul: jornalismo e indústria cultural. In: RÜDIGER, Francisco Ricardo. **Tendências do jornalismo**. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 106-119.

SHARE, Donald; MAINWARING, Scott. Transições através da negociação: a democratização no Brasil e na Espanha. In: SELCHER, Wayne A. (org.). **A abertura política no Brasil: dinâmica, dilemas e perspectivas**. São Paulo: Convívio, 1988, p. 54-72.

SOARES, Glaucio Ary Dillon. A censura durante o regime autoritário. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 4, n. 10, p. 21-43, jun. 1989. Disponível em http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/10/rbcs10_02.pdf. Acesso em 23 jun. 2019.

UHLIG Jr, Frank. The South Atlantic War, 1982. In: UHLIG Jr, Frank. **How Navies Fight: The U.S. Navy and Its Allies**. Annapolis: US Naval Institute Press, 1994. p. 363-374.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira (Alte.). Conflito no Atlântico Sul: A Luta pela Posse do Arquipélago das Falklands/Malvinas. In: VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira (Alte.); ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de (CMG) (orgs.). **Guerra no mar: batalhas e campanhas navais que mudaram a história**. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 495-532.

ZAMBON, Antônio Lídio de Mattos. A posição dos jornais brasileiros perante a Guerra das Malvinas. **Revista Sociais e Humanas**, v. 12, n. 1, p. 33-42, 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/1156/675>. Acesso em: 15 jun. 2019.

ZAVERUCHA, J. Relações civil-militares: o legado autoritário da Constituição brasileira de 1988. *In*: TELES, Edson, SAFATLE, Vladimir (orgs.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 41-76.

ZERO Hora. *In*: CENTRO de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/zero-hora>. Acesso em: 07 mai. 2019.